

FECOP

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



Jan/Junho 2015

Volume I



CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – CCPIS

Hugo Santana de Figueirêdo Júnior
Presidente

Josbertini Virgínio Clementino
Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Júnior Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho Suplente: Marcus Augusto Vasconcelos Coelho
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino Suplente: Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
Casa Civil	Alexandre Lacerda Landim Suplente: Rinaldo Azevedo Cavalcante
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa Suplente: Francisco Rennys Aguiar Frota
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia Suplente: Armando Amorim Simões
Secretaria da Cultura	Guilherme de Figueiredo Sampaio Suplente: Fabiano dos Santos Piúba
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira Suplente: Wilson Vasconcelos Brandão Júnior
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda Suplente: Antônio Gilvan da Silva Paiva
Secretaria das Cidades	Lúcio Ferreira Gomes Suplente: Francisco Quintino Vieira Neto
Secretaria do Esporte	José Jeová Souto Mota Suplente: Gotardo Gomes Gurgel Júnior
Conselho Estadual da Assistência Social	Marlúcia Ramos de Fátima de Souza Gomes Suplente: Renata Moreira da Silva
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Mônica Araújo Gomes Suplente: Maria Walhirtes Frota de Albuquerque
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte Suplente: Ada da Pimentel Gomes Fernandes Vieira
Conselho Estadual de Saúde	Antonio Marcos Gomes da Silva Suplente: Antonio Cleyton Martins Magalhães
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Francisca Malvinier Macedo Suplente: Helena Selma Azevedo
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Francisco Nilson Freitas Suplente: Nicolas Arnaud Fabre



**COORDENADORIA DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE COMBATE A POBREZA E INCLUSÃO
SOCIAL**

José de Lima Freitas Júnior

Célula de Análise e Monitoramento de Projetos do FECOP

Everton Cabral Maciel
Lara Maria Silva Costa

Célula de Controle e Acompanhamento Financeiro do FECOP

Larisa Fátima Martins Bezerra
João Batista Rolim
Samuel Alves de Oliveira Júnior

Apoio Técnico

Silvana Jereissati Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 5

INTRODUÇÃO, 6

1. O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO E PÚBLICO-ALVO

- 1.1. Concepção, 7
- 1.2. Estratégia de Atuação, 8
- 1.3. Público-alvo, 9

2. DESEMPENHO FINANCEIRO

- 2.1. Arrecadação, 10
- 2.2. Liberação dos Recursos, 12
- 2.3. Aplicação dos Recursos, 54
- 2.4. Relatório Financeiro, 56
- 2.5. Alocação dos Recursos por Setorial, 58
- 2.6. Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 62
- 2.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 65
- 2.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 69

3. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS

- 3.1. Secretaria da Educação, 71
- 3.2. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 95
- 3.3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, 120
- 3.4. Secretaria dos Recursos Hídricos, 138
- 3.5. Secretaria das Cidades, 166
- 3.6. Secretaria da Infraestrutura, 202
- 3.7. Gabinete do Governador, 205
- 3.8. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, 213
- 3.9. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, 220
- 3.10. Secretaria do Esporte, 227
- 3.11. Secretaria da Cultura, 231
- 3.12. Conselho Estadual de Educação, 234

Apresentação

O presente Relatório de Desempenho visa atender aos princípios constitucionais que regem o funcionamento da Administração Pública, quanto à publicidade e transparência dos atos públicos, e ao Decreto nº. 29.910, de 29 de setembro de 2009, cujo inciso VII, do art. 13 determina que o Conselho Consultivo de Políticas e Inclusão Social (CCPIS) deverá dar publicidade aos critérios de alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), encaminhando, semestralmente, à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, à Controladoria Geral do Estado (CGE) e ao Tribunal de Contas (TCE), relatório de desempenho físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre. Refere-se ao período compreendido entre janeiro e junho de 2015.

Segundo o mesmo Decreto, as Secretarias de Estado prestam contas à Gerência Executiva do FECOP (GEF) através de ofício assinado pelo seu titular, informando detalhadamente a aplicação dos recursos em conformidade com o projeto aprovado, e declarando, expressamente, que a documentação comprobatória das despesas está à disposição dos órgãos fiscalizadores da Administração Pública e da Gerência Executiva do FECOP (GEF), quando assim exigido.

Ressalta-se que pelo Decreto nº 31.262, de 31 de julho de 2013, que alterou a estrutura organizacional da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), a Gerência Executiva do FECOP, que antes estava vinculada à Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (CPLOG), constitui-se hoje na Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social (CCOPI).

Este Relatório de Desempenho, além de ser submetido à análise dos órgãos de fiscalização do Estado do Ceará, ficará à disposição da sociedade para consulta via internet, no site <http://fecop.seplag.ce.gov.br>, o que confere transparência à ação do Estado no combate à pobreza, mediante a utilização de recursos do FECOP.

Os principais dados da execução financeira tem por fonte a Secretaria da Fazenda (SEFAZ), responsável pela gestão financeira do Fundo, e o sistema WebMapp, uma ferramenta gerencial utilizada pelo Governo do Estado para acompanhamento e monitoramento de projetos.

Introdução

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), ao longo de um pouco mais de dez anos de atuação (2004/2015), vem se consolidando como um instrumento de referência no Estado do Ceará, fundamentalmente por oportunizar o desenvolvimento de ações governamentais, que tenham por objetivo possibilitar aos seus beneficiários, em curto prazo, as condições mínimas de sobrevivência e acesso a políticas sociais, e, em médio e longo prazo, a sua inclusão produtiva e a superação da pobreza, mediante o fortalecimento do capital humano, social e físico.

O período janeiro a junho de 2015 encerra com um total de 171 projetos de 12 Setoriais aprovados pelo CCPIS com um valor anual referente à Fonte FECOP de R\$565.865.086,25 (quinhentos e sessenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos). Deste total, R\$288.562.112,56 (duzentos e oitenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, cento e doze reais e cinquenta e seis centavos) apresentava desembolso previsto para o primeiro semestre, tendo sido empenhado 58,70% e pago 52,27%, deste valor.

Os recursos arrecadados pelo FECOP, no primeiro semestre de 2015, foram da ordem de R\$210.505.000,00 (duzentos e dez milhões e quinhentos e cinco mil reais), que somados a R\$9.071.646,87 (nove milhões, setenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos) provenientes dos rendimentos de sua aplicação, totalizaram um montante de R\$219.576.723,84 (duzentos e dezenove milhões, quinhentos e setenta e seis mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos).

O presente relatório compõe-se de cinco tópicos, mais anexos. O primeiro contempla a concepção, estratégia de atuação e público-alvo do FECOP. O segundo apresenta o desempenho financeiro do Fundo em termos de arrecadação, liberação e aplicação de recursos. O terceiro dedica-se à análise de desempenho das setoriais na aplicação dos recursos do FECOP. O quarto contempla o monitoramento de projetos indicados pelo CCPIS. O quinto trata das considerações finais da gerência executiva do Fundo.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): Concepção, Estratégia de Atuação e Público-alvo

1.1. Concepção

A concepção do FECOP considera que a redução da pobreza e o exercício da cidadania, dependem fundamentalmente do fortalecimento do capital social capaz de superar problemas coletivos, que não poderiam ser abordados individualmente, bem como do capital humano e físico, por meio do desenvolvimento de políticas públicas de educação, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, dentre outras.

Compreende-se como capital humano o potencial de um ser humano em poder transformar, interpretar e produzir, ligado a capacidades técnicas e cognitivas; como capital social, o potencial de um grupo de indivíduos em construir e manter redes sociais de maneira que essa organização e intercâmbio gerem melhorias no bem-estar social; e como capital físico, o potencial de máquinas, ferramentas e edifícios a serem utilizados na produção de bens e serviços. Este tipo de capital, por sua vez, surge da interação do capital natural, humano e social.

O FECOP atua como um instrumento complementar às políticas públicas estatais, apoiando projetos em duas grandes categorias: Projetos Assistenciais e Projetos Estruturantes. Tais projetos devem ser planejados e executados na perspectiva da intersetorialidade e transversalidade, com vistas a garantir ações integradas que potencializem os recursos disponíveis. Os Projetos Assistenciais priorizarão ações direcionadas aos pobres crônicos, ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Os Projetos Estruturantes se destinam à população em situação de pobreza, visando proporcionar condições que possibilitem a migração da condição de pobre para não pobre.

A implementação do FECOP tem como diretrizes:

a – Transparência - disponibilizar para a comunidade assistida, e para a sociedade em geral, informações sobre a aplicação dos recursos e a provisão dos serviços;

b – Participação - envolver os beneficiários em todas as etapas do processo de aplicação dos recursos: planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento;

c – Co-responsabilidade social - fortalecer a participação da comunidade assistida, no sentido de melhorar seu acesso às informações sobre políticas públicas e melhorar sua articulação com outros atores, que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com atividades fins;

d – Eficiência, eficácia e efetividade - utilizar os recursos em ações que promovam a superação da pobreza;

e – Sustentabilidade – planejar, respeitando o saber local, e levando em consideração a realidade da área de atuação, criando oportunidades, e aproveitando potencialidades; e

f – Monitoramento e avaliação - aplicar mecanismos que possibilitem a criação de indicadores capazes de medir, quantitativamente e qualitativamente, os resultados obtidos pelas ações financiadas, permitindo verificar o impacto sobre a pobreza e identificar oportunidades de melhoria;

1.2. Estratégia de Atuação

O FECOP destina-se a financiar integralmente, ou de forma complementar, projetos demandados pela comunidade, ou resultantes de propostas técnicas, oriundas da identificação de problemas ou oportunidades. São apresentados à Gerência Executiva do FECOP (GEF) pelas Secretarias Setoriais, conforme roteiro padronizado, analisados e posteriormente submetidos à aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS).

Os projetos podem ser executados em parceria com o poder público federal, municipal, ONGs, empresas privadas e comunidades. As ações financiadas objetivam sempre contribuir no combate à pobreza.

Os critérios para seleção dos projetos a serem financiados com recursos do FECOP estão definidos na legislação que regulamenta o Fundo, conforme segue:

- a)** O público-alvo do projeto deve ser representado prioritariamente, pela população que se situa abaixo da linha da pobreza (renda familiar *per capita* inferior a ½ salário mínimo);
- b)** O projeto deve apresentar em seu objeto ações assistenciais e/ou ações estruturantes de combate à pobreza;
- c)** As ações assistenciais deverão priorizar os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre;

- d)** As ações estruturantes devem estar direcionadas à população pobre para proporcionar condições de acumular meios que possibilitem a migração de pobre para não pobre;
- e)** O projeto deve priorizar municípios e bairros de Fortaleza, cujas populações estejam situadas abaixo da linha da pobreza;
- f)** Os recursos do projeto deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, combate à seca, e em outras ações de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre.

1.3. Público-alvo

O público-alvo do FECOP são as famílias que estão em situação de pobreza, não se limitando às famílias de forma isolada, mas sempre, que possível, estimulando a integração destas por meio de ações comunitárias.

Tradicionalmente, a pobreza é definida como privação material, medida pela renda ou consumo do indivíduo ou da família. Em relatório sobre a pobreza, publicado em 2000 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), define-se a pobreza extrema ou absoluta como a insuficiência de rendimentos para satisfazer as necessidades alimentares básicas de uma pessoa, sendo, muitas vezes, expressas em termos de requisitos calóricos mínimos. Por outro lado, define-se pobreza geral, ou relativa, como a insuficiência de renda para satisfazer necessidades alimentares básicas e necessidades não básicas, que são vestuário, habitação e energia.

Nos anos recentes, diversos estudiosos do tema tendem a concordar com uma definição mais abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar e ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda e a condições precárias de nutrição, saúde, educação, moradia, acesso a bens de consumo e direitos de participação na vida social, e política da comunidade em que vivem.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por ocasião do Programa de Erradicação da Extrema Pobreza, estipulou o valor de renda familiar mensal correspondente a R\$ 77,00 por pessoa, como linha entre o pobre e o extremamente pobre. Esse valor continuou sendo parâmetro em 2015.

A Lei Estadual nº 14.859, de 28 de dezembro de 2010, estabeleceu o conceito de pobreza e, por consequência, passou a delimitar o público-alvo de FECOP. Em seu art. 1º, preconiza que “é considerado pobre, para a inscrição em programas sociais, e para a obtenção de benefícios do Estado, toda pessoa que apresente privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência digna, tais como: alimentação, habitação e vestuário”. Por sua vez, dispõe, em seu art. 2º, que “a solicitação de qualquer benefício ou serviço público, relacionado à condição de pobreza, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Ceará, deverá ser acompanhada de documentação que comprove esse estado”.

2. Desempenho Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)

2.1. Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo FECOP no período de 2004 a junho de 2015, em valores absolutos, registra a importância de R\$2.849.598.000,00 (dois bilhões, oitocentos e quarenta e nove milhões e quinhentos e noventa e oito mil reais), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2%) na alíquota do ICMS incidentes sobre os produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º, da Lei Complementar nº 37, de 26 de novembro de 2003.

No primeiro semestre de 2015, foram arrecadados R\$210.505.000,00 (duzentos e dez milhões e quinhentos e cinco mil reais). Em comparação com o valor arrecadado no primeiro semestre de 2014 este valor apresenta um crescimento de 13,73%. Deve-se destacar ainda que ao longo dos anos de existência do FECOP o valor arrecadado no primeiro semestre tem sido sempre significativamente inferior ao arrecadado no segundo semestre.

Quadro 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2015.I

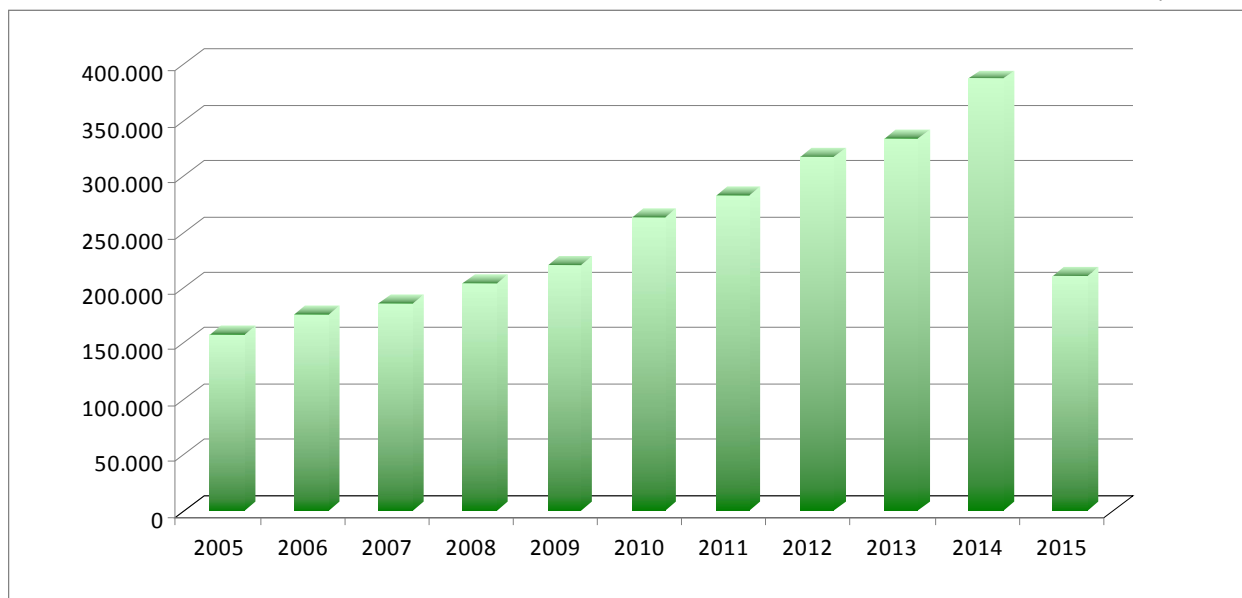
(R\$1.000)

Período	Ano												Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Semestre													
1º	42.804	76.282	85.646	91.495	97.321	102.969	127.070	132.973	153.950	162.318	181.603	210.505	1.464.936
2º	65.302	82.190	90.995	94.288	106.627	117.381	136.720	149.597	163.892	172.133	205.537	-	1.384.662
Total	108.106	158.473	176.642	185.783	203.948	220.350	263.790	282.570	317.842	334.451	387.140	210.505	2.849.598

Fonte: SEFAZ

Gráfico 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2015.I

(R\$1.000)



Fonte: SEFAZ

A evolução observada ao longo dos anos pode ser atribuída ao crescimento da arrecadação própria do Estado.

2.2. Liberação dos Recursos

- **Recursos Liberados por Secretaria Setorial e Projeto**

A programação dos recursos do FECOP por secretaria e por projeto decorre de decisões de caráter técnico e operacional, homologadas em reuniões do CCPIS. Durante o ano são incluídos novos projetos em função de novas demandas, ou da necessidade emergencial do desenvolvimento de algumas ações, excluídos projetos aprovados anteriormente que tenham enfrentado problemas de execução e, ainda, modificados os valores de projetos já aprovados. No primeiro semestre de 2015 foram realizadas 7 reuniões sendo 2 reuniões ordinárias e 5 reuniões virtuais, com um valor total deliberado na ordem de R\$434.563.866,86 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos).

A programação do ano de 2015 foi iniciada em 27 de fevereiro, quando foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho Estadual de Políticas de Inclusão Social (CCPIS). Desta reunião resultou a alocação de um valor total de R\$303.860.982,23 (trezentos e três milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos) em 113 projetos.

Em 07 de abril foi realizada a primeira reunião virtual do CCPIS, que aprovou o uso de recursos da ordem de R\$62.485.370,86 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e setenta reais e oitenta e seis centavos) destinados a 26 projetos.

Em 27 abril foi realizada a segunda reunião virtual do CCPIS de 2015, com a aprovação de 05 projetos, sendo 03 (três) novos, 01 (um) aumento e 01 (uma) retificação de orçamento, com recursos correspondentes a R\$5.588.085,75 (cinco milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).

A terceira reunião virtual foi realizada em 13 de maio, e autorizou a inclusão de um único projeto novo, sendo aprovada a aplicação de recursos equivalentes a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

A quarta reunião virtual foi realizada em 25 de maio, em caráter emergencial, visando aprovar 03 (três) projetos, sendo 02 (dois) novos e 01 (um) aumento, resultando na liberação de R\$1.682.327,57 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

A segunda reunião ordinária, realizada em 03 de junho, aprovou uma alocação correspondente a R\$50.432.015,90 (cinquenta milhões, quatrocentos e trinta e dois mil, quinze reais e noventa centavos), para um total de 33 (trinta e três) projetos.

A quinta reunião virtual ocorreu em 22 de junho, com a aprovação de deliberação de recursos para 03 (três) projetos, sendo 02 (dois) novos e 01 (um) aumento, restando deliberado o equivalente a R\$5.515.084,55 (cinco milhões, quinhentos e quinze mil, oitenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos).

Do total de projetos deliberados no decorrer do primeiro semestre de 2015, a saber: 171 (cento e setenta e um), 41 são a projetos novos, enquanto que 130 dizem respeito a projetos de continuidade. Deste modo tem-se um percentual de 76% de projetos de continuidade, ou seja, projetos que foram executados em anos anteriores com recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

Quadro 2 - Recursos Liberados por Resolução e por Secretaria Setorial - 2014

Nº	Secretaria	Resolução CCPIS 27.02.15	Resolução CCPIS 07.04.15	Resolução CCPIS 27.04.15	Resolução CCPIS 13.05.15	Resolução CCPIS 25.05.15	Resolução CCPIS 03.06.15	Resolução CCPIS 22.06.15	Valor Total Deliberado (R\$)
		1ª Reunião Ordinária	1ª Reunião Virtual	2ª Reunião Virtual	3ª Reunião Virtual	4ª Reunião Virtual	2ª Reunião Ordinária	5ª Reunião Virtual	
1	Secretaria da Educação – SEDUC	105.360.357,48	2.912.677,30	-	-	-	33.731.565,98	-	142.004.600,76
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA	86.576.047,64	37.908.097,64	3.538.085,75	-	-	(3.150.266,25)	-	124.871.964,78
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	61.949.215,09	2.125.317,85	-	-	-	7.306.850,00	-	71.381.382,94
4	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	19.615.654,43	19.486.377,71	-	5.000.000,00	1.198.748,85	2.422.203,23	-	47.722.984,22
5	Secretaria das Cidades - CIDADES	20.054.812,99	-	1.850.000,00	-	-	5.445.144,84	-	27.349.957,83
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	2.000.000,00	-	-	-	-	-	5.000.000,00	7.000.000,00
7	Gabinete do Governador – GABGOV	7.186.551,60	-	-	-	-	(934.105,90)	-	6.252.445,70
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	678.605,00	-	-	-	-	3.368.000,00	515.084,55	4.561.689,55
9	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	-	1.842.624,00	-	1.842.624,00
10	Secretaria do Esporte - SESPORTE	-	-	200.000,00	-	483.578,72	-	-	683.578,72
11	Secretaria da Cultura - SECULT	439.738,00	52.900,36	-	-	-	-	-	492.638,36
12	Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	-	400.000,00	-	400.000,00
TOTAL		303.860.982,23	62.485.370,86	5.588.085,75	5.000.000,00	1.682.327,57	50.432.015,90	5.515.084,55	434.563.866,86

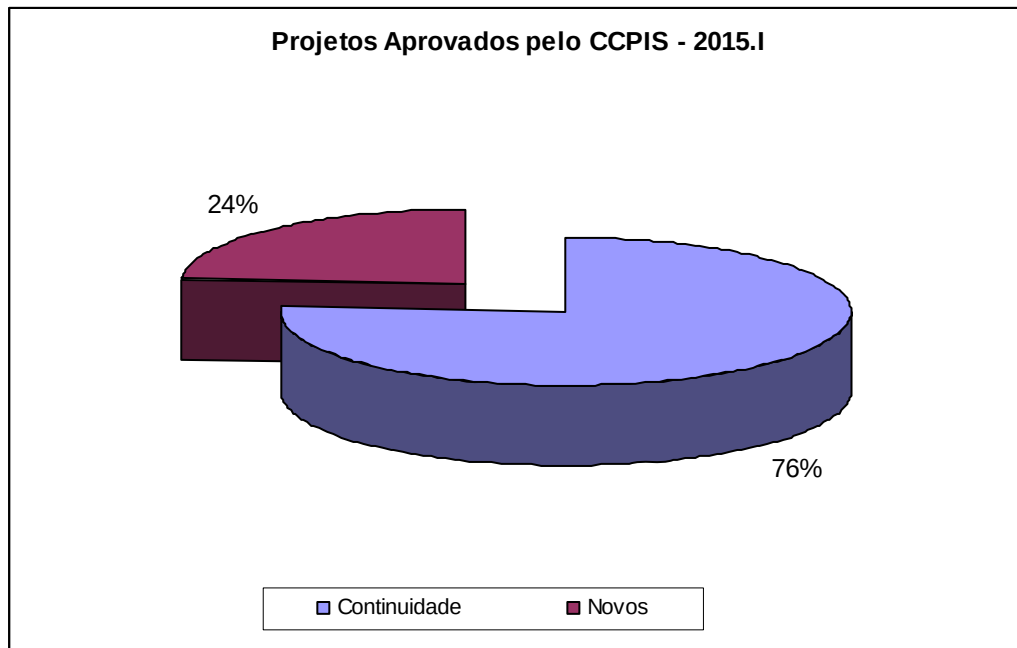
Fonte: GEF

Quadro 3 - Projetos Novos e de Continuidade - 2015.I

nº	Secretarias	Proposta	Participação (%)	Projetos		
				Continuidade	Novos	Total
1	Secretaria da Educação – SEDUC	142.004.600,76	32,68	26	6	32
2	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	124.871.964,78	28,74	41	4	45
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	71.381.382,94	16,43	30	0	30
4	Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	47.722.984,22	10,98	12	17	29
5	Secretaria das Cidades - SCIDADES	27.349.957,83	6,29	16	1	17
6	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	7.000.000,00	1,61	1	0	1
7	Gabinete do Governador - GABGOV	6.252.445,70	1,44	1	2	3
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	4.561.689,55	1,05	1	4	5
9	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	1.842.624,00	0,42	0	4	4
10	Secretarias do Esporte - SESPORTE	683.578,72	0,16	1	2	3
11	Secretaria da Cultura - SECULT	492.638,36	0,11	1	0	1
12	Conselho Estadual de Educação - CEE	400.000,00	0,09	0	1	1
TOTAL GERAL		434.563.866,86	100%	130	41	171

Fonte: GEF

Gráfico 2 – Projetos Novos e de Continuidade



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 4 – Recursos Liberados por Secretaria e por Projetos – 2015.I

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1. Secretaria da Educação - SEDUC								
1	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	1.334.658,56	1.334.658,56	1.334.658,56	100,00	1.165.500,27	87,33
2	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	782.220,05	391.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	0,00	0,00	0,00	0,00
5	736	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	600.000,00	165.744,15	27,62	165.744,15	27,62
6	739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
7	744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	1.454.632,35	561.050,01	38,57	561.050,01	38,57
8	745	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	802	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	767.607,96	682.105,02	88,86	682.105,02	88,86
10	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	26.000.000,00	9.096.486,01	3.793.877,57	41,71	2.825.688,90	31,06
11	900	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
12	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	46.000.000,00	46.000.000,00	100,00	46.000.000,00	100,00
13	1200	Construção de EEM no Município de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
14	1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
16	1213	Construção de EEEM no Município de Icó	51.419,89	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
17	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	230.000,00	48.452,50	21,07	25.500,00	11,09
18	1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	1339	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa –PAIC	7.000.000,00	4.935.327,30	246.610,00	5,00	246.610,00	5,00
21	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	6.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	4.000.000,00	1.941.016,04	48,53	772.087,88	19,30
23	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.500.000,00	1.151.535,32	76,77	742.633,79	49,51
24	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.485.000,00	1.969.980,00	43,92	130.200,00	2,90
25	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.700.000,00	112.112,20	6,59	8.400,32	0,49
26	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	671.715,00	671.715,00	671.715,00	100,00	387.090,00	57,63

27	1463	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
28	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	631.862,64	631.862,64	631.862,64	100,00	631.862,64	100,00
29	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34
30	1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.420.105,22	1.283.007,49	90,35	1.228.915,09	86,54
31	1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	472.065,28	97.688,52	20,69	5.854,77	1,24
32	1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	734.817,81	51.693,04	7,03	48.819,83	6,64
Subtotal			142.004.600,76	96.630.304,02	65.908.369,40	68,21	60.793.324,01	62,91
2. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA								
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão.	286.205,68	286.205,68	165.011,43	57,65	165.011,43	57,65
2	5	Agente Rural.	10.000.000,00	5.678.632,00	4.460.026,00	78,54	4.460.026,00	78,54
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas).	600.000,00	100.000,00	64.487,52	64,49	7.150,00	7,15
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	17.200.000,00	1.300.000,00	1.307.430,60	100,57	1.304.130,60	100,32
5	32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.500.000,00	608.780,00	13,53	608.780,00	13,53
	67		500.000,00	500.000,00	-	0,00	-	0,00
6	38	Garantia Safra do Ceará.	28.587.132,00	24.665.558,40	22.869.745,60	92,72	22.869.745,60	92,72
7	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	-	0,00	-	0,00
8	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrama Pobreza no Ceará	1.091.449,81	801.449,81	537.338,31	67,05	482.337,13	60,18
9	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	5.403.934,11	5.403.934,11	5.281.333,49	97,73	1.999.367,72	37,00
10	56	Cédula da Terra	456.000,00	228.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.500.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00	1.200.000,00	100,00
12	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	1.500.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	3.000.000,00	1.836.769,95	61,23	1.504.671,00	50,16
14	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	37.181,60	0,00	0,00	0,00	0,00
15	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	548.208,60	0,00	0,00	0,00	0,00
16	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	6.689.373,52	5.020.368,83	75,05	2.048.807,09	30,63
17	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
	350		113.532,98	113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00
18	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	2.114.644,95	845.857,98	123.125,20	14,56	36.545,20	4,32
19	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	600.002,03	0,00	0,00	0,00	0,00
20	363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
21	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	998.987,46	0,00	0,00	0,00	0,00
22	372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	179.087,35	75,13	31.450,00	13,19
24	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	371.548,90	371.548,90	283.829,32	76,39	283.829,32	76,39
25	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do	79.560,00	79.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00

		Estado do Ceará						
26	378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	7.317.485,82	4.995.967,27	68,27	3.357.405,69	45,88
28	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.549,11	196.450,89	96,51	196.450,89	96,51
29	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	1.149.479,31	52,35	272.095,32	12,39
30	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	844.702,34	0,00	0,00	0,00	0,00
31	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
32	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandioca	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33	431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	57.953,00	0,00	0,00	0,00	0,00
34	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	1.640.235,91	0,00	0,00	0,00	0,00
35	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	769.632,30	0,00	0,00	0,00	0,00
37	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
38	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	2.937.182,55	0,00	0,00	0,00	0,00
39	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	361.950,00	27.000,00	7,46	0,00	0,00
40	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	241.413,10	0,00	0,00	0,00	0,00
41	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	512.077,92	73.637,76	14,38	26.649,85	5,20
42	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	300.000,00	230.046,40	76,68	0,00	0,00
43	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
45	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	279.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal			124.871.964,78	83.372.199,53	53.879.928,21	64,63	44.113.538,59	52,91
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS								
1	8	Criando Oportunidade - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	825.000,00	825.000,00	100,00	825.000,00	100,00
	40		850.000,00	212.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	1.400.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	300.000,00	172.148,00	166.300,59	96,60	166.300,59	96,60
4	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	2.690.490,30	2.098.346,64	77,99	2.091.713,56	77,74
5	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's,	6.400.000,00	3.382.362,92	3.320.513,63	98,17	2.992.958,01	88,49

		Circos e CIP'S)						
6	18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	969.330,00	915.227,03	94,42	913.028,55	94,19
7	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	1.153.312,00	1.008.140,33	87,41	1.003.622,28	87,02
8	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	1.110.500,00	1.098.700,00	98,94	1.084.450,00	97,65
9	23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.450.000,00	725.000,00	506.023,49	69,80	506.023,49	69,80
10	24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	2.600.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	7.300.000,00	3.442.500,00	3.377.700,00	98,12	3.326.400,00	96,63
12	26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.350.000,00	950.000,00	70,37	950.000,00	70,37
13	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	6.100.000,00	3.050.349,98	1.734.783,50	56,87	1.728.812,06	56,68
14	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	32	Investimento Cidadão	650.000,00	282.240,00	137.760,00	48,81	137.760,00	48,81
16	34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	802.000,00	478.000,00	59,60	473.500,00	59,04
17	43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.101.209,52	837.933,60	76,09	837.933,60	76,09
18	44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.000.000,00	3.693.945,00	1.356.964,40	36,73	1.340.424,20	36,29
19	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	250.000,02	244.696,65	97,88	244.696,65	97,88
20	71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	600.000,00	473.640,27	78,94	473.640,27	78,94
21	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00
22	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	559.919,12	559.919,12	0,00	0,00	0,00	0,00
23	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	1.896.580,50	1.858.756,25	98,01	1.769.956,25	93,32
24	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	475.000,00	63,33	475.000,00	63,33
25	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	0,00	0,00	0,00	0,00
26	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	675.203,84	675.203,84	675.203,84	100,00	0,00	0,00
27	181	Geração Livre	200.000,00	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
28	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	1.444.170,35	1.444.170,35	291.961,18	20,22	243.981,18	16,89
30	258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	21.794,31	20,40	21.794,31	20,40
Subtotal			71.381.382,94	34.140.850,98	22.935.776,71	67,18	21.690.326,00	63,53
4. Secretaria de Recursos Hídricos - SRH								
1	202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.243.809,31	957.733,17	720.911,10	75,27	616.388,62	64,36
2	221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do	1.456.803,00	971.202,00	199.999,60	20,59	101.500,00	10,45

		Ceará.						
3	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	4.112.270,94	0,00	0,00	0,00	0,00
4	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	340.752,80	123.576,47	36,27	79.124,58	23,22
5	255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	5.000.000,00	4.000.000,00	1.936.942,01	48,42	1.898.543,55	47,46
6	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - AGUA DOCE	1.808.748,85	1.489.546,53	170.824,46	11,47	38.942,51	2,61
7	264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	4.238.925,00	2.825.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.333.333,32	0,00	0,00	0,00	0,00
9	268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	5.576.355,00	3.717.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	192.433,44	192.433,44	0,00	0,00	0,00	0,00
11	269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.260.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	1.778.665,48	135.862,00	7,64	135.862,00	7,64
13	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	24.901,29	99,61	24.901,29	99,61
14	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	1.555.737,70	1.555.737,70	745,39	0,05	745,39	0,05
15	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	53.286,23	2.203,74	4,14	2.203,74	4,14
16	297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	1.514.394,07	1.514.394,07	1.331.662,11	87,93	1.331.662,11	87,93
17	308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape-Ce.	325.000,00	216.925,95	195.990,23	90,35	195.990,23	90,35
18	315	Projeto Executivo da Adutora de Coreau/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
19	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	1.000.000,00	600.000,00	382.132,68	63,69	382.132,68	63,69
20	330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu	986.895,35	986.895,35	691.107,33	70,03	683.471,33	69,25
21	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	288.438,48	288.438,48	0,00	0,00	0,00	0,00
22	335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha - Município de Frecheirinha	494.707,62	494.707,62	0,00	0,00	0,00	0,00
23	337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	25.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	372.290,00	186.145,00	2.274,41	1,22	0,00	0,00

25	345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	360.950,00	180.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
28	359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	1.658.028,66	1.658.028,66	470.354,98	28,37	470.354,98	28,37
29	374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	786.296,49	786.296,49	361.442,74	45,97	361.442,74	45,97
Subtotal			47.722.984,22	37.618.894,31	9.909.300,17	26,34	9.481.635,38	25,20
5. Secretaria das Cidades - CIDADES								
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	3.742.294,80	3.631.294,80	2.542.446,17	70,01	2.507.458,89	69,05
2	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.623.297,32	81,16	1.343.808,03	67,19
3	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	3.500.000,00	3.500.000,00	2.212.556,31	63,22	897.062,81	25,63
4	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
5	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.196.173,59	0,00	0,00	0,00	0,00
6	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	843.986,20	0,00	0,00	0,00	0,00
7	187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	99.409,04	0,00	0,00	0,00	0,00
8	835	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.216.625,72	0,00	0,00	0,00	0,00
9	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	1.000.000,02	298.632,94	1.697,00	0,57	1.697,00	0,57
10	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.905.491,94	1.820.000,00	8.244,00	0,45	8.244,00	0,45
11	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.899.400,48	2.899.400,48	1.941.921,53	66,98	1.941.921,53	66,98
12	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	300.000,00	300.000,00	269.800,00	89,93	101.000,00	33,67
13	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	342.944,48	130.186,49	37,96	122.209,41	35,64
14	1613	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	415.346,04	0,00	0,00	0,00	0,00
16	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	2224	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	971.953,80	100,00	971.953,80	100,00
Subtotal			27.349.957,83	20.912.172,14	9.702.102,62	46,39	7.895.355,47	37,75
6. Secretaria da Infra-estrutura - SEINFRA								
1	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	7.000.000,00	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
Subtotal			7.000.000,00	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
7. Gabinete do Governador - GABGOV								
1	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano (I).	1.085.236,10	1.085.236,10	1.085.236,07	100,00	1.085.236,07	100,00
2	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano (II).	3.711.657,60	2.474.438,40	1.237.219,20	50,00	1.237.219,20	50,00
3	103	Projovem Campo “ Saberes da Terra”	1.455.552,00	970.368,00	485.184,00	50,00	485.184,00	50,00
Subtotal			6.252.445,70	4.530.042,50	2.807.639,27	61,98	2807639,27	61,98

8. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE								
1	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	395.084,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	239	Agentes Digitais	568.000,00	138.720,00	133.140,00	95,98	133.140,00	95,98
5	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop) - INTERCAJU II	678.605,00	539.511,00	5.000,00	0,93	5.000,00	0,93
Sub-Total			4.561.689,55	3.478.231,00	138.140,00	3,97	138.140,00	3,97
9. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD								
1	6	Ponto da Cidadania	564.754,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	7	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	12	Juventude em Ação	450.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	25	Juventude do Futuro	350.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal			1.842.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10. Secretaria do Esporte - SESPORTE								
1	11	Viva +.	200.000,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	265.886,07	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
3	496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	217.692,65	217.692,65	124.395,80	57,14	124.395,80	57,14
Subtotal			683.578,72	581.178,72	390.281,87	67,15	390.281,87	67,15
11. Secretaria da Cultura - SECULT								
1	68	Agentes de Leitura.	492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal			492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
12. Conselho Estadual de Educação - CEE								
1	38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica – CEFEB	400.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub - Total			400.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL			434.563.866,86	288.562.112,56	169.389.554,65	58,70	150.825.018,56	52,27

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Conforme pode ser visualizado nos Quadros 2, 3 e 4, a Secretaria da Educação (SEDUC) Desenvolvimento Agrário (SDA) engloba o maior volume de projetos aprovados no primeiro semestre de 2015, considerando em 2015 o quadro de estiagem se repetiu, impactando a população dos municípios do interior do estado, cuja principal atividade econômica é a agricultura de sequeiro e a pecuária extensiva desenvolvidas em base familiar. Destaca-se que a SDA é a segunda Secretaria em volumes de recursos programados para o período.

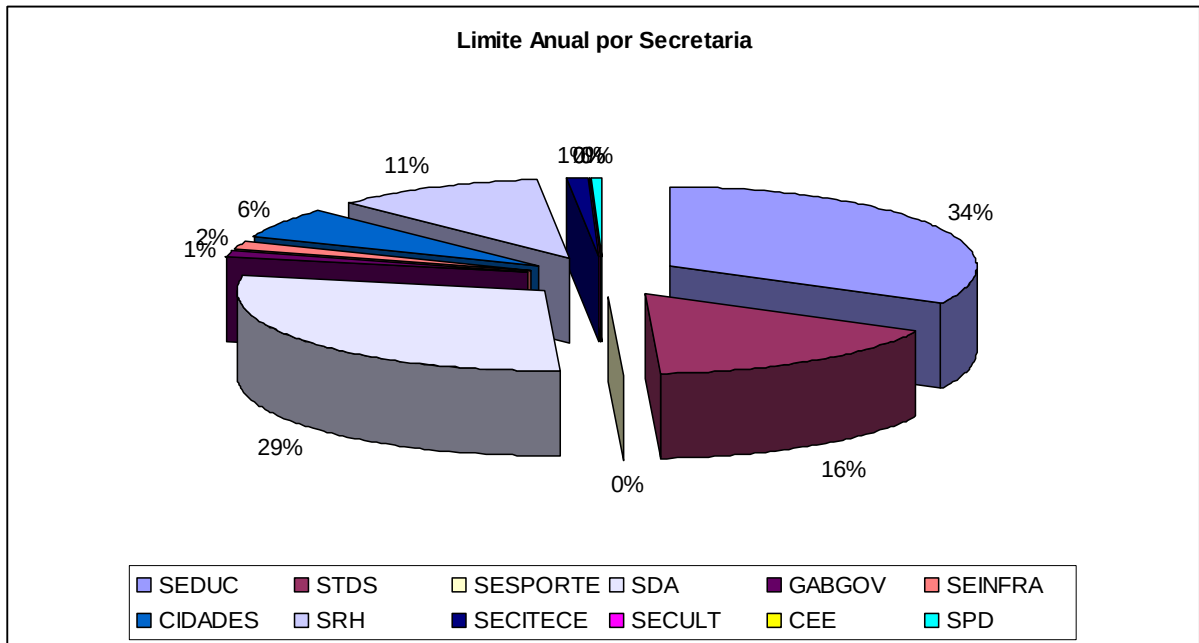
A Secretaria da Educação (SEDUC) situa-se na primeira posição em volume de recursos do FECOP alocados no primeiro semestre de 2015. Trata-se de projetos, na sua maioria, voltados para a construção de Centros de Educação Infantil – CEI, de Escolas Estaduais de Ensino Médio – EEEM e Escolas Estaduais de Educação Profissional – EEEP, notadamente em municípios com baixo índice de desenvolvimento humano.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) é a terceira colocada em volumes de recursos programados para o ano no ranking de setoriais beneficiadas com recursos do FECOP, e executa 30 projetos que, em sua maioria, visam a garantia de direitos socioassistenciais da população beneficiada. Contudo, ressalta-se que a Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH) embora esteja na quarta posição em volumes de recursos anuais, apresenta no primeiro semestre do ano, um volume de recursos programados superior a STDS.

Destaca-se ainda a atuação inovadora da Secretaria das Cidades (CIDADES), que obteve incremento considerável, tanto em volume de projetos, como em volume de recursos, bem como da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD), que, por sua vez, tratando-se de uma nova pasta, apresentou projetos novos.

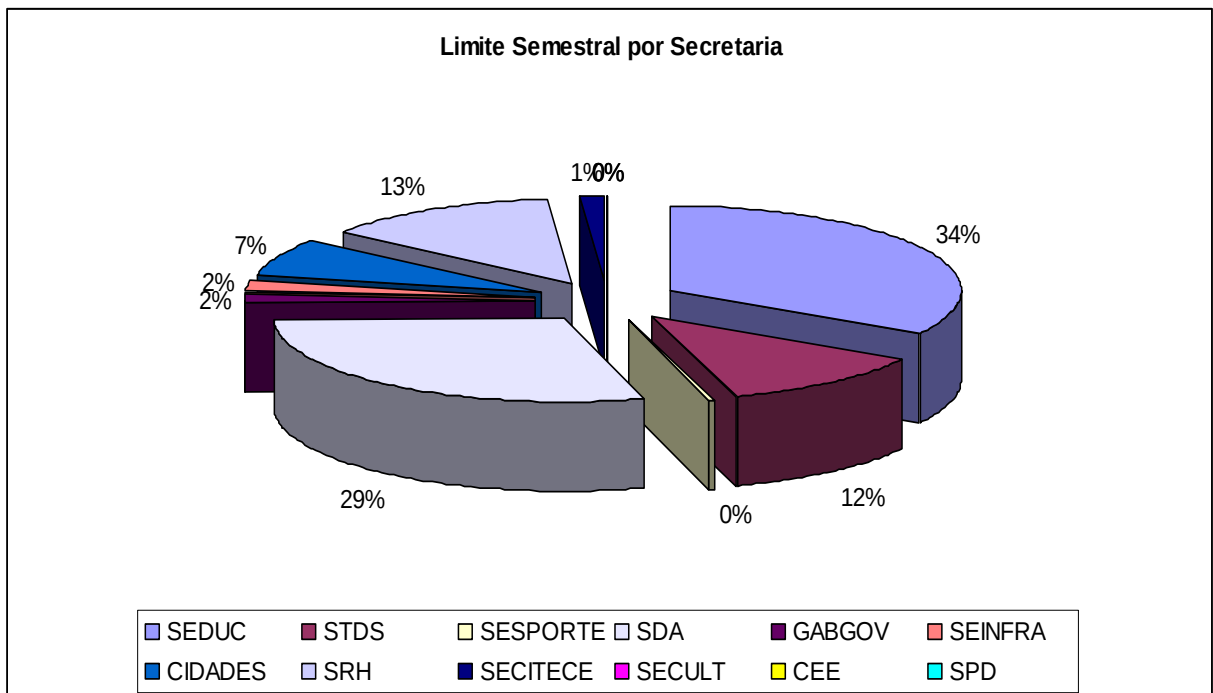
Registre-se mais uma vez que, embora o valor liberado pelo CCPIS para cada projeto, seja restrito ao ano fiscal, a maioria dos projetos aprovados para execução em 2015 é de continuidade, ou seja, já vinham sendo implementados em anos anteriores, e alguns destes são financiados com recursos do FECOP desde sua criação em 2004, como é o caso, principalmente, dos projetos de responsabilidade da STDS.

Gráfico 3 – Projetos 2015.I



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 4 – Projetos 2015.I



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- **Recursos Liberados por Categoria de Projeto**

De acordo com o art. 25, do Decreto nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 37, de 26 de Novembro de 2003, os projetos financiados pelo FECOP compreendem duas categorias, quais sejam: projetos assistenciais e projetos estruturantes.

Para fazer uma análise mais criteriosa da aplicação de recursos por categoria de projeto, a GEF e o IPECE definiram, tendo como referência o mesmo Decreto, uma subclassificação dos projetos, a partir das duas grandes categorias, ficando da seguinte forma:

a) Projetos Assistenciais: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Segurança Alimentar e Nutricional.

b) Projetos Estruturantes: Educação, Ocupação e Renda (inclusão produtiva urbana e rural), Infraestrutura (comunitária e domiciliar), Participação Social, Esporte e Cultura.

Os projetos assistenciais são aqueles que priorizam ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis, com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. Desta categoria, foi aprovado pelo FECOP, em 2015, um total de 24 projetos no valor total de R\$52.216.558,11 (cinquenta e dois milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), dos quais R\$27.010.376,65 (vinte e sete milhões, dez mil, trezentos e setenta e seis reais e sessenta e cinco centavos) com desembolso previsto para o primeiro semestre.

Os projetos estruturantes visam proporcionar condições de ampliar o capital físico, humano e social, sendo suas ações atualmente existentes voltadas para as áreas de educação, ocupação e renda, infraestrutura, esporte e cultura. Em 2015, foi aprovado pelo FECOP um total de 147 projetos desta categoria no valor de R\$382.347.308,75 (trezentos e oitenta e dois milhões, trezentos e quarenta e sete mil, trezentos e oito reais e setenta e cinco centavos), dos quais R\$261.551.735,91 (duzentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos) com desembolso previsto para o primeiro semestre.

Quadro 5 – Recursos Liberados por Categoria de Projetos – 2015.I

Categoria	Nº de Projetos	Limite Anual	% sobre total	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Projetos Assistenciais								
Proteção Social Básica	10	26.600.000,00	50,94	13.292.244,94	10.580.737,64	79,60	10.176.415,49	76,56
Proteção Social Especial (Média Complexidade)	2	2.500.000,00	4,79	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)	5	14.250.000,00	27,29	7.014.197,80	4.837.364,33	68,97	4.824.759,81	68,79
Segurança Alimentar e Nutricional	3	7.023.934,11	13,45	6.603.934,11	6.481.333,49	98,14	3.199.367,72	48,45
Políticas sobre Drogas	4	1.842.624,00	3,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	24	52.216.558,11	12,02	27.010.376,65	21.982.766,46	81,39	18.283.874,02	67,69
Projetos Estruturantes								
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural)	36	91.132.959,13	23,84	56.148.028,63	35.783.969,95	63,73	35.177.667,72	62,65
Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana)	15	113.219.934,55	29,61	70.095.081,51	59.506.308,49	84,89	58.329.067,74	83,21
Infraestrutura Domiciliar	15	32.904.078,34	8,61	23.323.345,64	10.285.293,00	44,10	7.397.015,16	31,72
Infraestrutura Comunitária	70	104.637.673,95	27,37	91.031.492,25	36.416.705,61	40,00	28.062.662,78	30,83
Educação	7	39.276.445,70	10,27	20.104.369,80	5.024.229,27	24,99	3.184.449,27	15,84
Esporte	3	683.578,72	0,18	581.178,72	390.281,87	67,15	390.281,87	67,15
Cultura	1	492.638,36	0,13	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	147	382.347.308,75	87,98	261.551.735,91	147.406.788,19	56,36	132.541.144,54	50,67
Total	171	434.563.866,86	100,00	288.562.112,56	169.389.554,65	58,70	150.825.018,56	52,27

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Os projetos assistenciais representam 12,02% do total dos recursos liberados para o ano de 2015 pelo FECOP. Do total de 24 projetos, 17 são projetos de continuidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), nas subcategorias Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Na subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional se destacam os projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos, inclusos na subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional são executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), bem como foi iniciado esse ano um projeto da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Educação Superior. Os demais projetos foram incluídos na Categoria Políticas sobre Drogas e são executados pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD)

Na subcategoria Proteção Social Básica - PSB agrupou-se os projetos que atuam na prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Tem como público-alvo a população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Nesta categoria destaca-se, em volume de recursos o projeto Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF (27,44% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços de proteção social básica às famílias e indivíduos por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o projeto Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (24,06% do valor liberado para a subcategoria) o qual se utiliza de estratégias metodológicas envolvendo ações complementares nas áreas da arte, cultura e esporte para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, tendo como prioridade crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Na subcategoria Proteção Social Especial - PSE agrupou-se os projetos que têm como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Têm como público-alvo os indivíduos em situação de violação de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar. As ações de PSE, de natureza protetiva, articulam-se diretamente com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão integrada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Destaca-se nesta subcategoria o projeto Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS (36,41% do valor liberado para a subcategoria), que tem por objetivo ofertar serviços especializados de assistência a famílias e indivíduos com direitos violados por meio dos CREAS, e o projeto Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia (29,85% do valor liberado para a subcategoria),

O Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC é uma unidade voltada para o atendimento de pessoas portadoras de deficiência mental, em regime de abrigo, por se encontrarem submetidos à situação de abandono, vitimizados e perdidos. O Abrigo Tia Júlia tem como foco atender crianças na faixa etária de 0 a 7 anos que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção. No primeiro semestre do corrente ano os dados da STDS registravam 82 crianças de 0 a 7 anos acolhidas no Abrigo Tia Júlia e 88 acolhidos no ADOC, totalizando 170 acolhidos.

Os projetos da subcategoria Segurança Alimentar e Nutricional atendem a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que a define como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Dentre os projetos desta subcategoria destaca-se, em volume de recursos, o projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (76,93% do valor liberado para a subcategoria), que fortalece a cadeia da pecuária leiteira do Estado, mediante ações de apoio aos produtores familiares de leite bovino e caprino, e beneficia crianças, gestantes, nutrízes e idosos com um litro de leite por dia.

Em 2015 foi criada a subcategoria Políticas sobre Drogas a contemplar os quatro projetos da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD), sendo que o projeto Ponto da Cidadania agrega 30,64% de volumes de recursos liberado pela subcategoria, seguido dos seguintes projetos: Fortalecendo Minha Comunidade, Juventude em Ação e Juventude do Futuro, com respectivamente, 25,85%, 24,45% e 19,03% do volume de recursos destinados a esta subcategoria.

Quadro 6 – Recursos Liberados por Projetos Assistenciais – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Proteção Social Básica									
1	STDS	13	Apoio as Famílias em Situação de Vulnerabilidade - Estação Família.	1.400.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	STDS	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Circos e CIP'S)	6.400.000,00	3.382.362,92	3.320.513,63	98,17	2.992.958,01	88,49
3	STDS	18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	969.330,00	915.227,03	94,42	913.028,55	94,19
4	STDS	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	1.153.312,00	1.008.140,33	87,41	1.003.622,28	87,02
5	STDS	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	1.110.500,00	1.098.700,00	98,94	1.084.450,00	97,65
6	STDS	24	Fortalecimento da Rede de Socioassistencial da Proteção Social Básica.	2.600.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	STDS	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	7.300.000,00	3.442.500,00	3.377.700,00	98,12	3.326.400,00	96,63
8	STDS	32	Investimento Cidadão	650.000,00	282.240,00	137.760,00	48,81	137.760,00	48,81
9	STDS	34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	802.000,00	478.000,00	59,60	473.500,00	59,04
10	STDS	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	250.000,02	244.696,65	97,88	244.696,65	97,88
SubTotal				26.600.000,00	13.292.244,94	10.580.737,64	79,60	10.176.415,49	76,56
Proteção Social Especial (Média Complexidade)									
1	STDS	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceira da STDS (Proteção Social Especial)	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2	STDS	181	Geração Livre	200.000,00	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
SubTotal				2.500.000,00	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)									
1	STDS	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	300.000,00	172.148,00	166.300,59	96,60	166.300,59	96,60
2	STDS	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	2.690.490,30	2.098.346,64	77,99	2.091.713,56	77,74
3	STDS	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	6.100.000,00	3.050.349,98	1.734.783,50	56,87	1.728.812,06	56,68
4	STDS	43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.101.209,52	837.933,60	76,09	837.933,60	76,09
5	STDS	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal				14.250.000,00	7.014.197,80	4.837.364,33	68,97	4.824.759,81	68,79
Segurança Alimentar e Nutricional									
1	SDA	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	5.403.934,11	5.403.934,11	5.281.333,49	97,73	1.999.367,72	37,00
2	SDA	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.500.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00	1.200.000,00	100,00
3	SECITECE	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal				7.023.934,11	6.603.934,11	6.481.333,49	98,14	3.199.367,72	48,45

Políticas sobre Drogas									
1	SPD	6	Ponto da Cidadania	564.754,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	SPD	7	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	SPD	12	Juventude em Ação	450.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	SPD	25	Juventude do Futuro	350.820,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal				1.842.624,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				52.216.558,11	27.010.376,65	21.982.766,46	81,39	18.283.874,02	67,69

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Para efeito de análise, os projetos estruturantes também foram divididos por subcategorias, em conformidade com seus objetivos principais.

Os projetos da subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural são predominantemente executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário e totalizaram 23,84% dos recursos liberados para a categoria de Projetos Estruturantes para o ano de 2015. Envolvem principalmente a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e ações de fomento à produção agrícola por meio da disponibilização de sementes, matrizes, máquinas e equipamentos. Trata-se de 32 projetos direcionados para os produtores de base familiar e focados nas boas práticas de convivência com o semiárido.

Destaca-se na subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Rural o projeto Garantia Safra, um tipo de seguro que garante uma remuneração mínima para os produtores em caso de perda da safra por falta ou excesso de chuva, apresentando 31,36% de volume de recursos da subcategoria programados para o ano e 43,92% do volume de recursos programados para o primeiro semestre.

A subcategoria Ocupação e Renda - Inclusão Produtiva Urbana inclui principalmente projetos de capacitação profissional com vistas à inserção e reinserção de seus beneficiários no mercado formal de trabalho, e os projetos de estímulo ao empreendedorismo que promovem o cooperativismo e apoiam empreendimentos de economia solidária. Totalizaram 29,61% dos recursos da categoria de Projetos Estruturantes. Dentre eles destaca-se, pelo volume de recursos alocado, o projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional, que totalizam 50,34% dos recursos da categoria alocados para o corrente ano e 65,62% de volume de recursos programados para o período.

Destaca-se ainda, o projeto Bolsa Estágio para alunos das Escolas Estaduais de Educação que agrega 22,96% dos recursos da categoria programados para o ano de 2015, seguido pelos projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), Primeiro Passo e CE – Jovem Aprendizagem em Serviço, ambos atuando na oferta de qualificação profissional de jovens e juntos apresentam 13,69% do volume de recursos programados na subcategoria para o ano.

Os projetos da subcategoria Infraestrutura Comunitária caracterizam-se por seus benefícios não serem apropriados individualmente, mas abrangerem toda uma coletividade, totalizando 27,37% dos recursos liberados para a categoria de Projetos Estruturantes no ano de 2015.

Dentre eles destacam-se a Construção de Centros de Educação Infantil, Escolas de Ensino Médio e Escolas de Educação Profissional, totalizando 23,39% do valor alocado na subcategoria e os projetos voltados a melhoria do abastecimento de água e esgotamento sanitário, envolvendo a Secretaria das Cidades (CIDADES), Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e Secretaria e Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que totalizam 56,38% dos recursos programados para esta subcategoria.

Na subcategoria Infraestrutura Domiciliar agrupou-se os projetos cujos benefícios são restritos ao indivíduo e/ou a família, totalizando 8,61% dos recursos liberados para a execução de projetos da categoria. Dentre eles destacam-se os projetos de Abastecimento de Água, com destaque para a construção de cisternas destinadas à captação e armazenamento da água da chuva para consumo familiar, de responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (58,18% do valor alocado na subcategoria), bem como os projetos de Habitação, com foco nas melhorias sanitárias e habitacionais e na construção de unidades residenciais de interesse social, executados pela Secretaria das Cidades, com 41,81% dos recursos alocados nesta categoria para o corrente ano.

A subcategoria Educação, que tem como foco suplementar ações na área da educação formal, totaliza 10,27% dos recursos liberados para a categoria. Registra sete projetos, sendo três executados na Secretaria da Educação (SEDUC), três no Gabinete do Governador (GABGOV) e um no Conselho Estadual de Educação (CEE). Dentre estes, destaca-se o Prêmio Escola Nota Dez, com 53,78% dos recursos alocados na subcategoria para o ano. Ressalta-se ainda, os três projetos executados pelo GABGOV, que juntos alocaram 15,91% dos recursos da subcategoria, a saber: o ProJovem Urbano I, o ProJovem Urbano II e o ProJovem Rural que atendem jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, proporcionando principalmente a elevação de escolaridade, além da qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de atividades de participação cidadã.

A subcategoria Esporte totalizou 0,18% dos recursos da categoria em 2015 e abrangem os projetos com foco na democratização da prática esportiva e de lazer, gerando mais saúde, contribuindo para o desenvolvimento psicológico, físico e motor, e agregando conceitos de responsabilidade social aos agentes envolvidos.

A subcategoria Cultura engloba apenas 1 projeto que totalizou 0,13% dos recursos da categoria. Trata-se do projeto Agentes de Leitura, que busca a democratização do acesso ao livro e à leitura por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos.

Quadro 7– Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 1. Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Rural) – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)									
1	SDA	5	Agente Rural.	10.000.000,00	5.678.632,00	4.460.026,00	78,54	4.460.026,00	78,54
2	SDA	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	SDA	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrama Pobreza no Ceará	1.091.449,81	801.449,81	537.338,31	67,05	482.337,13	60,18
4	SDA	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	3.000.000,00	1.836.769,95	61,23	1.504.671,00	50,16
SubTotal				16.891.449,81	10.780.081,81	6.834.134,26	63,40	6.447.034,13	59,81
Fomento									
1	SDA	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão.	286.205,68	286.205,68	165.011,43	57,65	165.011,43	57,65
2	SDA	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudanças).	600.000,00	100.000,00	64.487,52	64,49	7.150,00	7,15
3	SDA	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudanças).	17.200.000,00	1.300.000,00	1.307.430,60	100,57	1.304.130,60	100,32
4	SDA	32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.500.000,00	608.780,00	13,53	608.780,00	13,53
		67		500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	SDA	38	Garantia Safra do Ceará.	28.587.132,00	24.665.558,40	22.869.745,60	92,72	22.869.745,60	92,72
6	SDA	56	Cédula da Terra	456.000,00	228.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	SDA	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cujucultura	1.500.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	SDA	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	37.181,60	0,00	0,00	0,00	0,00
9	SDA	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	548.208,60	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SDA	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	95.534,33	10.927,23	11,44	0,00	0,00
		350		113.532,98	113.532,98	0,00	0,00	0,00	0,00

11	SDA	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	600.002,03	0,00	0,00	0,00	0,00
12	SDA	363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	SDA	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	998.987,46	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SDA	372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SDA	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	179.087,35	75,13	31.450,00	13,19
16	SDA	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	371.548,90	371.548,90	283.829,32	76,39	283.829,32	76,39
17	SDA	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	79.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	SDA	378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	SDA	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.549,11	196.450,89	96,51	196.450,89	96,51
20	SDA	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	844.702,34	0,00	0,00	0,00	0,00
21	SDA	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	32.617,80	0,00	0,00	0,00	0,00
22	SDA	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	SDA	431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	57.953,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	SDA	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	1.640.235,91	0,00	0,00	0,00	0,00
25	SDA	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	232.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00

26	SDA	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	769.632,30	0,00	0,00	0,00	0,00
27	SDA	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28	SDA	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	241.413,10	0,00	0,00	0,00	0,00
29	SDA	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	SDA	495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00	3.259.085,75	100,00
31	SDA	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	279.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	SECITECE	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop) - INTERCAJU II	678.605,00	539.511,00	5.000,00	0,93	5.000,00	0,93
SubTotal				74.241.509,32	45.367.946,82	28.949.835,69	63,81	28.730.633,59	63,33
Total				91.132.959,13	56.148.028,63	35.783.969,95	63,73	35.177.667,72	62,65

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 8 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 2. Ocupação e Renda (Inclusão Produtiva Urbana) – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	26.000.000,00	9.096.486,01	3.793.877,57	41,71	2.825.688,90	31,06
2	SEDUC	900	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
3	SEDUC	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	57.000.000,00	46.000.000,00	46.000.000,00	100,00	46.000.000,00	100,00
4	SEDUC	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.700.000,00	112.112,20	6,59	8.400,32	0,49
5	STDS	8	Criando Oportunidade - Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	825.000,00	825.000,00	100,00	825.000,00	100,00
		40		850.000,00	212.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	STDS	23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.450.000,00	725.000,00	506.023,49	69,80	506.023,49	69,80
7	STDS	26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.350.000,00	950.000,00	70,37	950.000,00	70,37
8	STDS	44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	8.000.000,00	3.693.945,00	1.356.964,40	36,73	1.340.424,20	36,29
9	STDS	71	Garantindo à Acessibilidade (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	1.000.000,00	600.000,00	473.640,27	78,94	473.640,27	78,94
10	STDS	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	1.896.580,50	1.858.756,25	98,01	1.769.956,25	93,32
11	STDS	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	475.000,00	63,33	475.000,00	63,33
12	STDS	258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	21.794,31	20,40	21.794,31	20,40
13	CIDADES	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SECITECE	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	395.084,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SECITECE	239	Agentes Digitais	568.000,00	138.720,00	133.140,00	95,98	133.140,00	95,98
Total				113.219.934,55	70.095.081,51	59.506.308,49	84,89	58.329.067,74	83,21

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 9 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 3. Infraestrutura Domiciliar – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água									
1	SDA	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	2.114.644,95	845.857,98	123.125,20	14,56	36.545,20	4,32
2	SDA	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	7.317.485,82	4.995.967,27	68,27	3.357.405,69	45,88
3	SDA	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	1.149.479,31	52,35	272.095,32	12,39
4	SDA	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	2.937.182,55	0,00	0,00	0,00	0,00
5	SDA	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	361.950,00	27.000,00	7,46	0,00	0,00
6	SDA	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	512.077,92	73.637,76	14,38	26.649,85	5,20
SubTotal				19.145.556,06	14.170.374,27	6.369.209,54	44,95	3.692.696,06	26,06
Habitação									
1	CIDADES	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	3.742.294,80	3.631.294,80	2.542.446,17	70%	2.507.458,89	69,05%
2	CIDADES	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.196.173,59	0,00	0%	0,00	0,00%
3	CIDADES	835	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.216.625,72	0,00	0%	0,00	0,00%
4	CIDADES	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	1.000.000,02	298.632,94	1.697,00	1%	1.697,00	0,57%
5	CIDADES	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	300.000,00	300.000,00	269.800,00	90%	101.000,00	0,00%
6	CIDADES	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	342.944,48	130.186,49	38%	122.209,41	35,64%
7	CIDADES	1613	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	780.000,00	0,00	0%	0,00	0,00%
8	CIDADES	1944	Projeto: Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	415.346,04	0,00	0%	0,00	0,00%
9	CIDADES	2224	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	971.953,80	100%	971.953,80	100,00%
SubTotal				13.758.522,28	9.152.971,37	3.916.083,46	42,78	3.704.319,10	40,47
Total				32.904.078,34	23.323.345,64	10.285.293,00	44,10	7.397.015,16	31,72

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 10 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 4. Infraestrutura Comunitária – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário									
1	SDA	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	6.689.373,52	5.020.368,83	75,05	2.048.807,09	30,63
3	CIDADES	29	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2	596.405,05	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
4	CIDADES	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	843.986,20	0,00	0,00	0,00	0,00
5	CIDADES	187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	99.409,04	0,00	0,00	0,00	0,00
6	SRH	202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.243.809,31	957.733,17	720.911,10	75,27	616.388,62	64,36
7	SRH	221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	1.456.803,00	971.202,00	199.999,60	20,59	101.500,00	10,45
8	SRH	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	4.112.270,94	0,00	0,00	0,00	0,00

9	SRH	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	340.752,80	123.576,47	36,27	79.124,58	23,22
10	SRH	255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	5.000.000,00	4.000.000,00	1.936.942,01	48,42	1.898.543,55	47,46
11	SRH	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - AGUA DOCE	1.808.748,85	1.489.546,53	170.824,46	11,47	38.942,51	2,61
12	SRH	264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	4.238.925,00	2.825.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	SRH	267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.333.333,32	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SRH	268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	5.576.355,00	3.717.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SRH	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	192.433,44	192.433,44	0,00	0,00	0,00	0,00
16	SRH	269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.260.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

17	SRH	270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	1.778.665,48	135.862,00	7,64	135.862,00	7,64
18	SRH	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	24.901,29	99,61	24.901,29	99,61
19	SRH	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	1.555.737,70	1.555.737,70	745,39	0,05	745,39	0,05
20	SRH	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	53.286,23	2.203,74	4,14	2.203,74	4,14
21	SRH	297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	1.514.394,07	1.514.394,07	1.331.662,11	87,93	1.331.662,11	87,93
22	SRH	308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape-Ce.	325.000,00	216.925,95	195.990,23	90,35	195.990,23	90,35
23	SRH	315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
24	SRH	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	1.000.000,00	600.000,00	382.132,68	63,69	382.132,68	63,69
25	SRH	330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu	986.895,35	986.895,35	691.107,33	70,03	683.471,33	69,25
26	SRH	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	288.438,48	288.438,48	0,00	0,00	0,00	0,00

27	SRH	335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha	494.707,62	494.707,62	0,00	0,00	0,00	0,00
28	SRH	337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	25.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29	SRH	338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	372.290,00	186.145,00	2.274,41	1,22	0,00	0,00
30	SRH	345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	360.950,00	180.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
31	SRH	346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32	SRH	350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
33	SRH	359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	1.658.028,66	1.658.028,66	470.354,98	28,37	470.354,98	28,37
34	SRH	374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	786.296,49	786.296,49	361.442,74	45,97	361.442,74	45,97
SubTotal				58.977.647,83	45.848.068,12	14.929.669,00	32,56	11.530.442,47	25,15
Educação									
1	SECITECE	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	SEDUC	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	1.334.658,56	1.334.658,56	1.334.658,56	100,00	1.165.500,27	87,33
3	SEDUC	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	782.220,05	391.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4	SEDUC	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
5	SEDUC	735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	0,00	0,00	0,00	0,00
6	SEDUC	736	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	600.000,00	165.744,15	27,62	165.744,15	27,62
7	SEDUC	739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
8	SEDUC	744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	1.454.632,35	561.050,01	38,57	561.050,01	38,57
9	SEDUC	745	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
10	SEDUC	802	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	767.607,96	682.105,02	88,86	682.105,02	88,86
11	SEDUC	1200	Construção de EEM no Município de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
12	SEDUC	1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	SEDUC	1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
14	SEDUC	1213	Construção de EEEM no Município de Icó	51.419,89	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
15	SEDUC	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	230.000,00	48.452,50	21,07	25.500,00	11,09
16	SEDUC	1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	SEDUC	1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
18	SEDUC	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	4.000.000,00	1.941.016,04	48,53	772.087,88	19,30

19	SEDUC	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.500.000,00	1.151.535,32	76,77	742.633,79	49,51
20	SEDUC	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	671.715,00	671.715,00	671.715,00	100,00	387.090,00	57,63
21	SEDUC	1463	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
22	SEDUC	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	631.862,64	631.862,64	631.862,64	100,00	631.862,64	100,00
23	SEDUC	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	1.727.426,22	299.468,75	17,34	299.468,75	17,34
24	SEDUC	1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.420.105,22	1.283.007,49	90,35	1.228.915,09	86,54
25	SEDUC	1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	472.065,28	97.688,52	20,69	5.854,77	1,24
26	SEDUC	1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	734.817,81	51.693,04	7,03	48.819,83	6,64
SubTotal				24.480.600,76	24.089.490,71	10.785.789,63	44,77	8.582.424,79	35,63
Assistência Social									
1	STDS	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	25.317,85	-	0,00	-	-
2	STDS	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo de Idosos	559.919,12	559.919,12	-	0,00	-	-
3	STDS	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	-	0,00	-	-
4	STDS	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	675.203,84	675.203,84	675.203,84	1,00	-	-
5	STDS	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	1.444.170,35	1.444.170,35	291.961,18	20,22	243.981,18	16,89
SubTotal				3.574.532,94	3.574.532,94	967.165,02	27,06	243.981,18	6,83

Comercialização									
1	SDA	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	300.000,00	230.046,40	76,68	0,00	0,00
SubTotal				300.000,00	300.000,00	230.046,40	76,68	-	0,00
Transporte									
1	SEINFRA	285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba/Mucuripe.	7.000.000,00	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
SubTotal				7.000.000,00	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
Urbanização									
1	CIDADES	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	2.000.000,00	2.000.000,00	1.623.297,32	81,16	1.343.808,03	67,19
2	CIDADES	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	3.500.000,00	3.500.000,00	2.212.556,31	63,22	897.062,81	25,63
3	CIDADES	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	1.905.491,94	1.820.000,00	8.244,00	0,45	8.244,00	0,45
4	CIDADES	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.899.400,48	2.899.400,48	1.941.921,53	66,98	1.941.921,53	66,98
SubTotal				10.304.892,42	10.219.400,48	5.786.019,16	56,62	4.191.036,37	41,01
Total				104.637.673,95	91.031.492,25	36.416.705,61	40,00	28.062.662,78	30,83

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 11 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 5. Educação – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	SEDUC	1339	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa –PAIC	7.000.000,00	4.935.327,30	246.610,00	5,00	246.610,00	5,00
2	SEDUC	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	6.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	SEDUC	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.485.000,00	1.969.980,00	43,92	130.200,00	2,90
4	GABGOV	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano (I).	1.085.236,10	1.085.236,10	1.085.236,07	100,00	1.085.236,07	100,00
5	GABGOV	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano (II).	3.711.657,60	2.474.438,40	1.237.219,20	50,00	1.237.219,20	50,00
6	GABGOV	103	Projovem Campo “ Saberes da Terra”	1.455.552,00	970.368,00	485.184,00	50,00	485.184,00	50,00
7	CEE	38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica – CEFEB	400.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				39.276.445,70	20.104.369,80	5.024.229,27	24,99	3.184.449,27	15,84

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 12 – Recursos Liberados por Projetos Estruturantes – 6. Esporte e Cultura – 2015.I

Nº	Setorial	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Esporte									
1	SESPORTE	11	Viva +.	200.000,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	SESPORTE	477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	265.886,07	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
3	SESPORTE	496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	217.692,65	217.692,65	124.395,80	57,14	124.395,80	57,14
SubTotal				683.578,72	581.178,72	390.281,87	67,15	390.281,87	67,15
Cultura									
1	SECULT	68	Agentes de Leitura.	492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal				492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Total				1.176.217,08	849.418,08	390.281,87	45,95	390.281,87	45,95

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

- **Participação de Outras Fontes de Recursos**

O FECOP, no sentido de combater a pobreza no Ceará, alia-se às Secretarias na formação de parcerias que potencializam os recursos disponíveis e ampliam a capacidade de resolução dos problemas a serem enfrentados. Desta forma, os recursos do Fundo constituem-se em muitos projetos apoiados, na contrapartida do Governo do Estado para mobilização de recursos de outras fontes. É função das Secretarias Setoriais identificarem projetos, com objetivos, metas, e público-alvo compatíveis com o FECOP, tendo como perspectiva não somente assegurar recursos novos ou adicionais, mas também a otimização dos recursos existentes mediante a troca de experiências e a incorporação de métodos e técnicas inovadoras e exitosas.

No ano de 2015, do total de 171 projetos aprovados pelo CCPIS no primeiro semestre, 53,80% contam com recursos de outras fontes. Dentre as Secretarias que executam projetos com recursos exclusivos do FECOP destaca-se a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), face aos investimentos promovidos no âmbito de combate à seca, especialmente quando neste mesmo ano, preocupado com o problema da estiagem na grande maioria dos municípios do interior do Estado do Ceará, o Governo adotou estratégia voltada para o enfrentamento da seca, criando e implementando o Plano Estadual de Combate à Seca.

Quadro 13 – Total de Projetos por Fonte de Recursos – 2015.I

Nº	Secretarias	Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
			Abs.	%	Abs.	%
1	Secretaria da Educação – SEDUC	32	14	43,75	18	56,25
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	45	8	17,78	37	82,22
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	30	26	86,67	4	13,33
4	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	29	13	44,83	16	55,17
5	Secretaria das Cidades - SCIDADES	17	9	52,94	8	47,06
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	1	1	100,00	0	0,00
7	Gabinete do Governador – GABGOV	3	0	0,00	3	100,00
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	5	2	40,00	3	60,00
9	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	4	3	75,00	1	25,00
10	Secretaria de Esporte - SESPORTE	3	1	33,33	2	66,67
11	Secretaria da Cultura - SECULT	1	1	100,00	0	0,00
12	Conselho Estadual de Educação CEE	1	1	100,00	0	0,00
Total		171	79	46,20	92	53,80

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Analisando o orçamento dos projetos aprovados em 2015, destaca-se a significativa contribuição do FECOP para captação de recursos. Do valor total planejado para o referido ano, 53,80% corresponde a outras fontes, dentre as quais o Governo Federal assume posição de destaque (84,94% dos recursos de outras fontes).

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), com um total de 45 projetos, tem 8 projetos com recursos exclusivos da fonte FECOP, representando 17,78%, se comparado aos 37 projetos apoiados com outras fontes (82,22%), além da fonte FECOP.

A Secretaria da Educação (SEDUC) possui 32 projetos aprovados, sendo que 56,25% do valor total destes advém de outras fontes. Do total, 14 projetos representam, em termos absolutos, 43,75% de recursos exclusivos da fonte FECOP.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), com 30 projetos, possui 26 com financiamentos exclusivos do FECOP, representando 86,67% e apenas 04 projetos com recursos de outras fontes que, por sua vez representam 13,33%.

A Secretaria dos Recursos Hídricos (SRH), contendo 29 projetos, tem, em termos absolutos, 13 projetos com recursos exclusivos do FECOP, representando 44,83%, e 16 projetos, contemplados com recursos outros, estes correspondentes a 53,17%.

Quadro 14 – Valor Planejado por Fonte de Recursos – 2015.1

Nº	Secretarias	Valor Anual FECOP		Valor Anual Outras Fontes		Total
		Abs.	%	Abs	%	
1	Secretaria da Educação – SEDUC	142.004.600,76	59,23	97.754.891,33	40,77	239.759.492,09
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	124.871.964,78	19,31	521.957.979,94	80,69	646.829.944,72
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	71.381.382,94	56,69	54.526.919,82	43,31	125.908.302,76
4	Secretaria de Recursos Hidricos - SRH	47.722.984,22	5,84	769.704.347,38	94,16	817.427.331,60
5	Secretaria das Cidades - SCIDADES	27.349.957,83	12,71	187.804.729,79	87,29	215.154.687,62
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	7.000.000,00	100,00	-	-	7.000.000,00
7	Gabinete do Governador – GABGOV	6.252.445,70	22,42	21.640.777,11	77,58	27.893.222,81
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	4.561.689,55	81,51	1.035.000,00	18,49	5.596.689,55
9	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	1.842.624,00	57,90	1.339.949,00	42,10	3.182.573,00
10	Secretaria de Esporte - SESPORTE	683.578,72	94,95	36.359,29	5,05	719.938,01
11	Secretaria da Cultura - SECULT	492.638,36	100,00	-	-	492.638,36
12	Conselho Estadual de Educação CEE	400.000,00	100,00	-	-	400.000,00
Total		434.563.866,86	20,79	1.655.800.953,66	79,21	2.090.364.820,52

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Quadro 15 – Valor Anual de Outras Fontes por Secretaria – 2015.I

Nº	Secretarias	Outras Fontes												Valor Anual Outras Fontes
		Tesouro (00)	%	Governo Federal	%	Governo Municipal	%	Financiamento Externo	%	Financiamento Interno	%	Órgãos Privados	%	
1	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	389.851,70	0,40	63.097.405,63	64,55	8.000.000,00	8,18	3.142.642,37	3,21	23.124.991,63	23,66	0,00	0,00	97.754.891,33
2	Secretaria da Educação – SEDUC	650.000,00	0,12	402.584.830,08	77,13	14.295.167,52	2,74	89.330.922,94	17,11	2.740.291,40	0,53	12.356.768,00	2,37	521.957.979,94
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	0,00	0,00	54.526.919,82	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.526.919,82
4	Secretaria das Cidades - CIDADES	0,00	0,00	769.704.347,38	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	769.704.347,38
5	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	0,00	93.795.576,51	49,94	0,00	0,00	3.624.227,42	1,93	90.384.925,86	48,13	0,00	0,00	187.804.729,79
6	Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	0,00	0,00	21.640.777,11	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.640.777,11
8	Gabinete do Governador – GABGOV	1.035.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.035.000,00
9	Secretaria de Esporte - SESPORTE	0,00	0,00	1.152.550,00	86,01	187.399,00	13,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339.949,00
10	Secretaria da Cultura - SECULT	0,00	0,00	0,00	0,00	36.359,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.359,29
11	Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas - SPD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Conselho Estadual de Educação CEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		2.074.851,70	0,13	1.406.502.406,53	84,94	22.518.925,81	1,36	96.097.792,73	5,80	116.250.208,89	7,02	12.356.768,00	0,75	1.655.800.953,66

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

2.3. Aplicação dos Recursos

No primeiro semestre de 2015 foram empenhados R\$169.389.554,65 (cento e sessenta e nove milhões, trezentos e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) e pagos R\$150.825.018,56 (cento e cinquenta milhões, oitocentos e vinte e cinco mil, dezoito reais e cinquenta e seis centavos), correspondendo respectivamente a 80,46% e 71,65% do valor arrecadado no período.

Vale ressaltar que as despesas pagas com recursos do FECOP correm à conta de dotações orçamentárias consignadas, anualmente, nas Secretarias Setoriais e nos órgãos e entidades vinculadas, denominados de executores locais, responsáveis pela execução das ações financiadas pelo fundo.

Os recursos do fundo são transferidos diretamente da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) para as Secretarias Setoriais que, por sua vez, prestam contas de sua aplicação à Gerência Executiva do FECOP, nos termos do art. 41, do Decreto n.º 29.910, de 29 de setembro de 2009, no prazo máximo de sessenta dias após a liberação das parcelas.

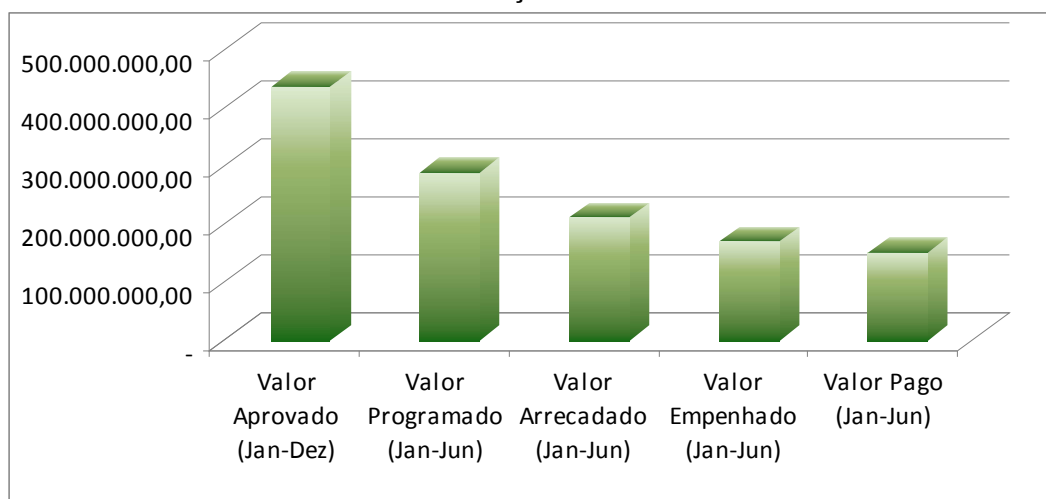
Todo esse fluxo (arrecadação, empenho e pagamento), é de responsabilidade da SEFAZ, gestora financeira do fundo. No entanto, a execução financeira dos projetos financiados pelo FECOP só inicia após a deliberação do CCPIS, que aprova o valor e limites financeiros para execução do projeto.

A GEF acompanha a execução financeira dos projetos em dois momentos: na solicitação das parcelas, quando são verificadas quanto ao cumprimento do orçamento e do cronograma de desembolso e na prestação de contas.

Quadro 16 – Execução Financeira 2015.I

Movimentação do FECOP - 2015	
Valor Aprovado (Jan-Dez)	434.563.866,86
Valor Programado (Jan-Jun)	288.562.112,56
Valor Arrecadado (Jan-Jun)	210.505.076,97
Valor Empenhado (Jan-Jun)	169.389.554,65
Valor Pago (Jan-Jun)	150.825.018,56

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 5 – Execução Financeira 2015.I

Fonte: GEF / SEFAZ

Observando o Gráfico 5, verifica-se que o valor arrecadado representa apenas 72,94% do valor programado para janeiro a junho de 2015. Entretanto, desse valor foi pago apenas 71,65%, que pode ser coberto pela receita do período. Destaca-se, ainda, que, além de historicamente, a arrecadação do FECOP no segundo semestre do ano, ser superior à do primeiro semestre, o saldo em conta registrado até junho, segundo dados da SEFAZ, é de R\$153.800.164,82 (cento e cinquenta e três milhões, oitocentos mil, cento e sessenta e quatro reais e oitenta e dois centavos).

Quadro 17 – Desempenho Financeiro 2004 / 2015.I

Período	Recursos Arrecadados	%	Valor Pago	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	4,09	92.075.911,35	3,96	85,17
2005	158.472.722,86	5,99	136.565.300,51	5,87	86,18
2006	176.641.547,50	6,68	175.699.124,59	7,55	99,47
2007	185.782.581,03	7,03	139.942.070,87	6,02	75,33
2008	203.947.870,26	7,71	149.753.801,24	6,44	73,43
2009	220.349.638,71	8,33	199.326.302,76	8,57	90,46
2010	263.789.638,90	9,98	300.616.615,64	12,93	113,96
2011	282.570.482,47	10,69	224.205.634,21	9,64	79,35
2012	317.841.835,82	12,02	233.650.085,35	10,05	73,51
2013	334.451.816,87	12,65	369.175.953,54	15,87	110,38
2014	387.596.425,14	13,60	383.300.047,76	15,00	98,89
2015	210.505.076,97	7,96	150.825.018,56	6,48	71,65
TOTAL	2.850.055.867,04	100,00	2.555.135.866,38	100,00	89,65

Fonte: GEF / SEFAZ

O quadro acima demonstra uma evolução positiva dos valores arrecadados pelo FECOP desde o primeiro ano de sua criação. Em 2015, considerando-se apenas o primeiro semestre, já se observa uma arrecadação equivalente a 54,31% de toda arrecadação do ano de 2014.

Quanto à execução financeira, destaca-se o ano de 2010 em que pela primeira vez foi utilizado o saldo dos superávits acumulados da fonte FECOP. No ano de 2013 teve-se que recorrer pela segunda vez ao saldo de exercícios anteriores, dado que o desembolso de recursos no período foi superior à arrecadação do ano.

A execução dos recursos do FECOP, de forma geral, tem sido impactada tanto por alterações na conjuntura política do Estado, como é o caso do desempenho observado nos anos de 2007 / 2008, quando houve alternância de poder e um reordenamento institucional promovido pelo governo, quanto por problemas de ordem climática, como é o caso do ano de 2012 em que foi alocado um volume expressivo de recursos em projetos para a agropecuária e que tiveram sua execução frustrada pelo quadro de estiagem severa.

No ano de 2013, embora tenha permanecido o quadro de estiagem, afetando a execução dos projetos produtivos rurais, observou-se um desempenho expressivo principalmente em função do valor alocado em projetos estruturantes de infraestrutura domiciliar e comunitária.

2.4. Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um demonstrativo elaborado trimestralmente, conforme determina o inciso VI, do artigo 13, do Decreto n.º 29.910, de 29 de setembro de 2009. O objetivo desse relatório é evidenciar a movimentação financeira do fundo, confrontando os recursos arrecadados com o que foi aplicado pelas diversas secretarias setoriais que executam os projetos financiados pelo FECOP. No valor aplicado está incluso o valor pago para a execução dos projetos aprovados para o ano vigente e o valor de restos a pagar empenhados em anos anteriores.

Este relatório é elaborado com base em informações contábeis, o que pode causar divergências entre o saldo apurado e o saldo bancário, pois parte da arrecadação do mês só é transferida para a conta-corrente do FECOP no início do mês seguinte. Além disso, a aplicação dos recursos é apurada segundo o regime de competência e a compensação bancária poderá ocorrer no mês subsequente.

Quadro 18 – Relatório Financeiro 2014.I/ 2015.I

Relatório Financeiro	1º SEM/14	%	1º SEM/15	%	Δ%
	(a)		(b)		(b/a)
RECEITA					
ARRECADACÃO	182.077.441,43	92,98	210.505.076,97	95,87	15,61
RENDIMENTOS	13.750.365,41	7,02	9.071.646,87	4,13	-34,03
TOTAL GLOBAL	195.827.806,84	100,00	219.576.723,84	100,00	12,13
APLICAÇÃO					
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	67.463.641,71	34,51	63.301.287,18	34,83	-6,17
Secretaria da Educação – SEDUC	60.431.604,43	30,91	68.516.750,69	37,69	13,38
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	26.643.947,24	13,63	22.589.997,25	12,43	-15,22
Secretaria das Cidades - CIDADES	12.963.828,43	6,63	9.988.608,79	5,50	-22,95
Secretaria da Saúde - SESA	3.252.213,11	1,66	118.861,48	0,07	-96,35
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	19.567.158,36	10,01	4.349.850,72	2,39	-77,77
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	520.901,22	0,27	9.482.962,69	5,22	1.720,49
Gabinete do Governador - GABGOV	3.781.549,93	1,93	2.807.639,27	1,54	-25,75
Secretaria do Esporte - SESPORTE	786.795,45	0,40	390.281,87	0,21	-50,40
Secretaria da Cultura - SECULT	83.780,00	0,04	69.003,54	0,04	-17,64
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	-	-	153.440,00	0,08	-
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	-	-	-	-	-
Conselho Estadual de Educação - CEE	-	-	-	-	-
TOTAL APLICADO	195.495.419,88	100,00	181.768.683,48	100,00	-7,02
Saldo	332.386,96		37.808.040,36		11.274,71

Fonte: SEFAZ / GEF

O quadro acima demonstra que o primeiro semestre de 2015 registrou aumento de 15,61% em relação ao valor da fonte FECOP aplicado no mesmo período de 2014. Em termos percentuais destaca-se a concentração de recursos na Secretaria da Educação (SEDUC) com 37,69%; Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) com 34,83%; e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) com 12,43% do valor aplicado. Em 2014, neste mesmo período, destacaram-se a SDA, a SEDUC e a CIDADES, que juntas englobaram 79,05%. Em uma análise comparativa entre os dois anos, deve-se destacar o crescimento do valor e da participação percentual da SEDUC e da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

Observa-se uma significativa alocação dos recursos do FECOP em projetos estruturantes, que por sua natureza propiciam aos seus beneficiários mais oportunidades de superar a condição de pobreza, embora existam também relevantes projetos assistenciais em execução, principalmente no âmbito da STDS.

Registre-se ainda que a Secretaria da Saúde (SESA) não teve projetos aprovados no primeiro semestre de 2015 e a Secretaria da Cultura (SECULT), embora tenha projeto aprovado no primeiro semestre do corrente ano, não houve desembolso neste período, pois o projeto iniciará a execução apenas no segundo semestre. Deste modo, os valores aplicados nesse período pela SESA e na SECULT referem-se a restos a pagar empenhados em anos anteriores.

2.5. Alocação dos Recursos por Setorial

O CCPIS aprovou em 2015 um total de 171 projetos, orçados em R\$434.563.866,86 (quatrocentos e trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos), apresentados por doze Secretarias Setoriais, sendo: 32 projetos da Secretaria da Educação envolvendo 32,68% do valor total aprovado; 45 projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (28,74% do valor total); 30 da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (16,43% do valor total); 29 da Secretaria dos Recursos Hídricos (10,98% do valor total); 17 da Secretaria das Cidades (6,29% do valor total); 1 da Secretaria da Infraestrutura (1,61% do valor total); 3 do Gabinete do Governador (1,44% do valor total); 5 da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (1,05% do valor total); 4 da Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (0,42% do valor total); 3 da Secretaria do Esporte (0,16% do valor total) e 1 da Secretaria da Cultura (0,11% do valor total); e 1 do Conselho Estadual da Educação (0,09% do valor total).

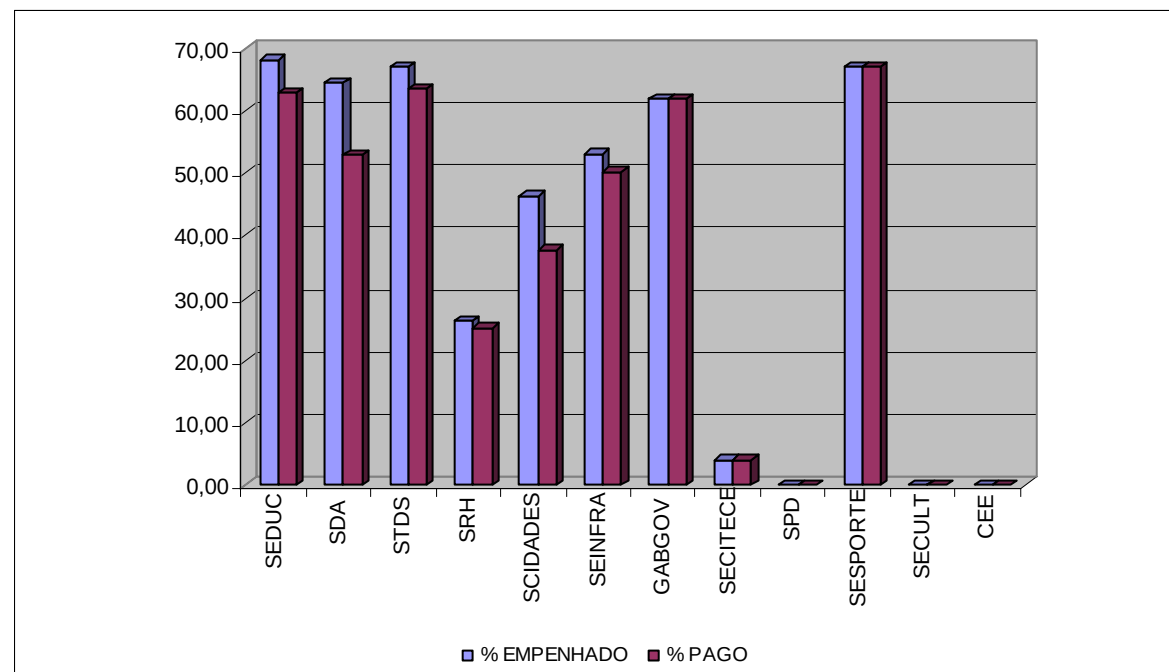
O resultado do primeiro semestre de 2015 demonstra um desempenho abaixo do desejável para o conjunto das secretarias que tiveram projetos aprovados. Foi empenhado apenas 58,70% e pago 52,27% dos recursos programados para o período. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário que, conforme citado anteriormente, engloba um elevado percentual do total de recursos, empenhou apenas 64,63%; a Secretaria da Educação empenhou 68,21%, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social empenhou 67,18%, a secretaria dos Recursos Hídricos empenhou 26,34%, e a Secretaria das Cidades empenhou 46,39% dos recursos planejados para este período.

Quadro 19 – Desempenho Financeiro por Setorial – 2015.I

Nº	SECRETARIAS	Nº de Projetos	Limite Anual (A)	%	Limite Jan-Jun (A)	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	Valor Pago (C)	% (C/A)
1	Secretaria da Educação - SEDUC	32	142.004.600,76	32,68	96.630.304,02	65.908.369,40	68,21	60.793.324,01	62,91
2	Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA	45	124.871.964,78	28,74	83.372.199,53	53.879.928,21	64,63	44.113.538,59	52,91
3	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	30	71.381.382,94	16,43	34.140.850,98	22.935.776,71	67,18	21.690.326,00	63,53
4	Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	29	47.722.984,22	10,98	37.618.894,31	9.909.300,17	26,34	9.481.635,38	25,20
5	Secretaria das Cidades - SCIDADES	17	27.349.957,83	6,29	20.912.172,14	9.702.102,62	46,39	7.895.355,47	37,75
6	Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	1	7.000.000,00	1,61	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
7	Gabinete do Governador - GABGOV	3	6.252.445,70	1,44	4.530.042,50	2.807.639,27	61,98	2.807.639,27	61,98
8	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	5	4.561.689,55	1,05	3.478.231,00	138.140,00	3,97	138.140,00	3,97
9	Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	4	1.842.624,00	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Secretaria do Esporte - SESPORTE	3	683.578,72	0,16	581.178,72	390.281,87	67,15	390.281,87	67,15
11	Secretaria da Cultura - SECULT	1	492.638,36	0,11	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Conselho Estadual de Educação - CEE	1	400.000,00	0,09	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		171	434.563.866,86	100,00	288.562.112,56	169.389.554,65	58,70	150.825.018,56	52,27

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 6 – Valor Empenhado e Pago – 2015.I



Fonte: GEF / SEFAZ

2.6. Aplicação de Recursos por Função de Governo

No primeiro semestre de 2015 as funções Educação e Agricultura foram as que tiveram maior volume de recursos empenhados, concentrando 70,33% do valor total.

A função Educação engloba projetos de responsabilidade da Secretaria da Educação, os quais foram responsáveis por 39,20% do valor empenhado e por 40,63% do valor pago pela Fonte FECOP no primeiro semestre de 2015.

Merece destaque o Projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que empenhou e pagou R\$46.000.000,00 no período em análise, representando respectivamente, 69,28% e 75,06% do valor total empenhado e pago na função Educação.

Na função Agricultura, foram alocados valores expressivos para fazer frente ao quarto ano de estiagem que vitimiza principalmente os agricultores de base familiar. Coordenados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário, a totalidade dos projetos inclusos nesta função responderam por 31,13% e 28,49% do valor total da Fonte FECOP empenhado e pago no período, respectivamente.

Merece destaque o projeto Garantia Safra, que assegura uma renda mínima ao agricultor que contribuiu para o fundo Seguro Safra para o caso de perda total ou parcial da produção, o qual foi responsável por 43,36% do valor empenhado e por 53,28% do valor pago no período na função Agricultura.

As funções Assistência Social, Direitos da Cidadania e Trabalho incluem-se na área de atuação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Em conjunto, estas funções respondem por 14,91% e 15,92% dos valores total empenhados e pagos pela Fonte FECOP no período.

Na função Assistência Social e Direitos da Cidadania, registram-se os valores referentes a projetos que desenvolvem ações preventivas (Proteção Social Básica), os quais têm como objetivo prevenir a incidência de agravos à vida humana, em face das situações de vulnerabilidade, e ações protetivas (Proteção Social Especial), que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos. Na função Trabalho predominam os projetos de Inclusão Produtiva,

que têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional e intermediação de emprego.

Na função Habitação, os valores alocados pela fonte FECOP constituem-se principalmente na contrapartida de projetos financiados pelo Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Minha Casa, Minha Vida, cujo objetivo é a melhoria das condições de habitabilidade da população mais pobre do Estado. Os recursos da função Urbanismo são complementares aos utilizados na função Habitação. A Secretaria das Cidades, responsável maior por ambas as funções e pela função Saneamento, entende que habitabilidade é conceito complexo envolvendo aspectos que afetam a qualidade da moradia, a segurança da posse da terra, a infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, drenagem e sistema viário; a forma do bairro; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de serviços públicos como transporte, segurança, a existência de áreas de lazer e convivência comunitária, entre outros.

Na função Transporte inclui-se apenas o Projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio do VLT Parangaba Mucuripe, coordenado pela Secretaria da Infraestrutura.

É oportuno destacar o que estabelece o art. 1.º da Lei n.º 37 de 26 de novembro de 2003, alterado pela Lei Complementar n.º 89 de 26 de outubro de 2010, quando trata do objetivo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP:

É instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, de natureza contábil, com o objetivo de viabilizar para toda a população do Ceará acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em **ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida**, conforme disposto no art.82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal. (grifo nosso)

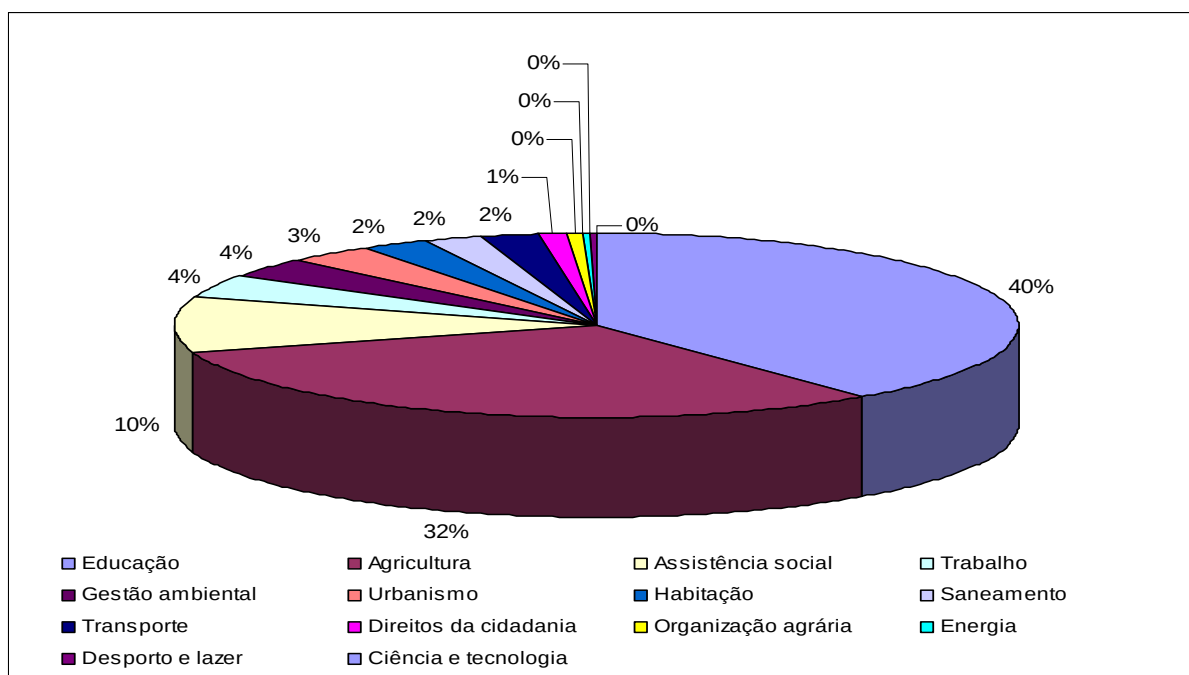
Desta forma, os projetos financiados pelo fundo não se limitam à satisfação de necessidades básicas e imediatas, mas possibilitam a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, considerando, assim, o conceito amplo de combate à pobreza, que não está vinculada apenas a renda, mas às limitações impostas pelas privações da capacidade básica de um indivíduo.

Quadro 20 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo 2015.I

Nº	Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Educação	66.393.553,40	39,20	61.278.508,01	40,63
2	Agricultura	52.733.614,19	31,13	42.967.224,57	28,49
3	Assistência social	16.468.597,99	9,72	15.328.487,48	10,16
4	Trabalho	6.467.178,72	3,82	6.361.838,52	4,22
5	Gestão ambiental	6.170.052,31	3,64	5.876.543,88	3,90
6	Urbanismo	5.786.019,16	3,42	4.191.036,37	2,78
7	Habitação	3.916.083,46	2,31	3.704.319,10	2,46
8	Saneamento	3.739.247,86	2,21	3.605.091,50	2,39
9	Transporte	3.718.016,40	2,19	3.514.777,97	2,33
10	Direitos da cidadania	2.322.455,27	1,37	2.322.455,27	1,54
11	Organização agrária	608.780,00	0,36	608.780,00	0,40
12	Energia	537.534,02	0,32	537.534,02	0,36
13	Desporto e lazer	390.281,87	0,23	390.281,87	0,26
14	Ciência e tecnologia	138.140,00	0,08	138.140,00	0,09
Total		169.389.554,65	100,0	150.825.018,56	100,0

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 7 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo 2015.I



Fonte: GEF / SEFAZ

2.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

No primeiro semestre de 2015, do total de recursos do FECOP que foram empenhados por macrorregião, observa-se um predomínio no volume de recursos alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) que absorveu neste período 37,72% do valor total empenhado e 37,95% do valor pago. Estes valores foram empenhados principalmente pela SEDUC (42,12%), STDS (25,95%), e CIDADES (14,12%) e SEINFRA (5,82%).

A Região Metropolitana de Fortaleza recebeu o maior volume dos recursos aplicados pela Secretaria da Educação (SEDUC), uma vez que concentra a maior parte da população residente no Ceará, de aproximadamente 43%, com elevada demanda de acesso à educação no Estado, refletindo-se no maior número de atendimento aos jovens dessa região por meio de projetos como o de formação técnica de alunos do ensino médio integrado à educação profissional. Embora a SEDUC tenha investido um percentual significativo na RMF em comparação com as demais setoriais, houve uma distribuição igualitária entre as regiões considerando apenas a execução da SEDUC, tendo a maior aplicação, com percentual de 48,68%, na Região de Sobral/Ibiapaba e a menor aplicação na Região Litoral Leste, com percentual de 30,68%. Deste modo, podemos visualizar que o investimento em Educação vem ocorrendo em todo o Estado.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) concentra recursos na Região Metropolitana de Fortaleza por diversos motivos, entre os quais se destaca o financiamento às políticas de proteção especial (abrigo) destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes, deficientes mentais e idosos em situação de abandono que têm estrutura centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

O volume de recursos empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades (CIDADES) resulta principalmente da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente nessa região. Faz-se necessário ainda destacar o volume de recursos alocados nos projetos Maranguapinho e Cocó, que são desenvolvidos em parceria com o Governo Federal através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que tem abrangência metropolitana (inclui os municípios de Fortaleza, Caucaia, Maranguape e Maracanaú).

A SEINFRA executa apenas um projeto financiado pelo FECOP em 2015, cuja área de abrangência é especificamente o Município de Fortaleza e busca melhorar as condições de acessibilidade das pessoas usuárias de transporte público.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) apresenta também aplicação mais equitativa de recursos que, pela sua própria missão, atua principalmente no interior do Estado e empenhou valores em todas as macrorregiões, especialmente na Região Litoral Leste/Jaguaribe, com 57,25% dos recursos aplicados, Baturité com 51,02%, Sertão Central com 49,88 e Sertão dos Inhamuns com 49,02% do total de recursos aplicados no período.

O quadro a seguir apresenta a distribuição geral dos recursos por Macrorregião do estado, evidenciando a concentração dos recursos aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza.

Quadro 21 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2015.I

Macrorregião	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%	População Beneficiada	%
1-RMF	63.893.412,50	37,72	57.238.568,13	37,95	201.007	10,63
2-LITORAL OESTE	18.828.963,57	11,12	17.560.188,61	11,64	190.218	10,06
3-SOBRAL/IBIAPABA	14.580.336,64	8,61	12.450.500,04	8,25	229.916	12,16
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	11.808.600,10	6,97	10.606.740,95	7,03	229.103	12,11
5-SERTÃO CENTRAL	14.219.150,96	8,39	12.937.262,07	8,58	317.815	16,80
6-BATURITÉ	4.499.975,41	2,66	3.875.015,97	2,57	94.042	4,97
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	14.102.031,38	8,33	12.845.894,03	8,52	168.506	8,91
8-CARIRI/CENTRO SUL	27.457.084,09	16,21	23.310.848,76	15,46	460.722	24,36
TOTAL	169.389.554,65	100,00	150.825.018,56	100,00	1.891.329,00	100,00

No intuito de compreender melhor a distribuição espacial de recursos do FECOP e o aparente “privilegiamento” da Região Metropolitana de Fortaleza, buscaram-se informações adicionais no Censo de 2010.

O primeiro dado a ser destacado refere-se ao número de pessoas no Estado que se enquadram como público-alvo do FECOP. Mais da metade da população cearense (53%) tem renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Embora a RMF apresente a menor proporção de pessoas nestas condições, ela concentra 43% dos pobres do Ceará.

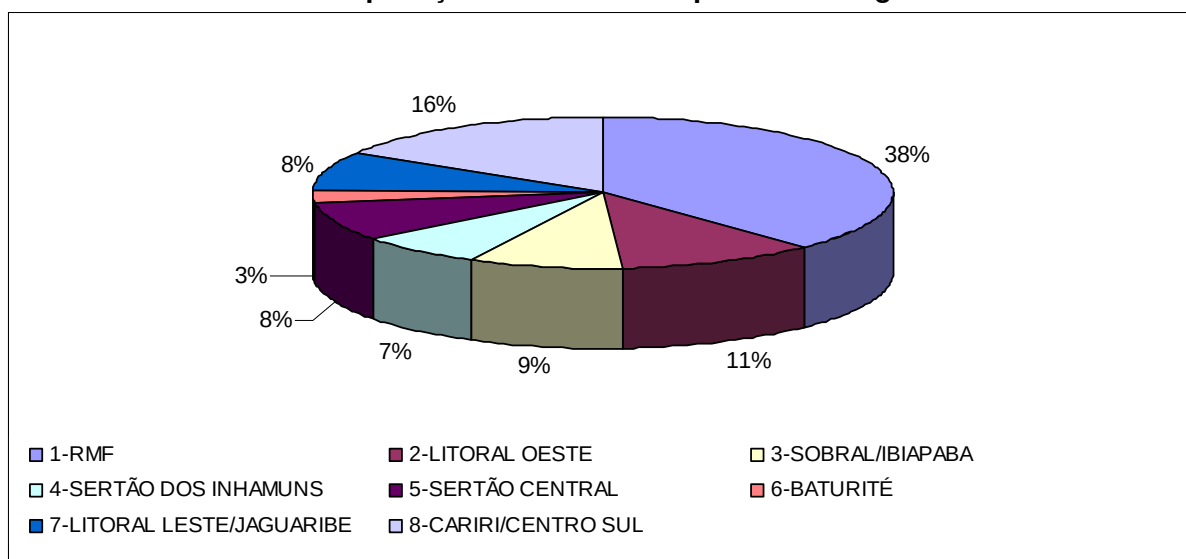
Segundo o quadro a seguir apresentado, a proporção de recursos do FECOP aplicados por região guarda coerência com a distribuição da população em situação de pobreza do Estado do Ceará.

Quadro 22 – População com Renda Inferior a ½ salário-mínimo por Macrorregião

Macrorregião	População Total	Nº de Pessoas com Renda Domiciliar Per Capita Inferior a 1/2 Salário Mínimo	%
1-RMF	3.615.767	1.401.109	31,28%
2-LITORAL OESTE	834.780	591.492	13,20%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	533.060	11,90%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	272.063	6,07%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	410.479	9,16%
6-BATURITÉ	230.523	152.122	3,40%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	323.555	7,22%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	795.468	17,76%
TOTAL	8.452.381	4.479.349	100,00%

Fonte: IPECE / Censo 2010

Gráfico 8 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2015.I



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 23 – Aplicação proporcional dos Recursos por Secretaria segundo a Macrorregião – 2015.I

Macrorregião	Participação das Secretarias (%)												Total
	SEDUC	SDA	STDS	SRH	CIDADES	SEINFRA	GABGOV	SECITECE	SPD	SESPORTE	SECULT	CEE	
1-RMF	42,12	9,29	25,95	0,91	15,18	5,82	0,61	0,11	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
2-LITORAL OESTE	30,68	34,72	5,18	27,93	0,00	0,00	1,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	48,38	43,15	4,67	0,01	0,00	0,00	3,67	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	33,29	49,02	3,92	7,93	0,00	0,00	2,40	0,14	0,00	3,31	0,00	0,00	100,00
5-SERTÃO CENTRAL	37,63	49,88	7,08	3,82	0,00	0,00	1,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
6-BATURITÉ	31,10	51,02	13,13	0,21	0,00	0,00	4,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	33,69	57,25	2,57	3,59	0,00	0,00	2,68	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	39,08	43,21	8,30	7,55	0,00	0,00	1,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00
TOTAL	38,91	31,81	13,54	5,85	5,73	2,19	1,66	0,08	0,00	0,23	0,00	0,00	100,00

Fonte: SEFAZ / GEF

2.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

A distribuição na aplicação de recursos do FECOP por Programa de Governo guarda estreita correlação com o analisado no item 2.6, relativo à aplicação de recursos por Função de Governo.

Entre os programas com maior volume de recursos do FECOP alocados no primeiro semestre de 2015, está o Programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, Desenvolvimento Agropecuário, Enfrentamento à Pobreza Rural, Assistência Social e Promoção da Juventude, que juntos totalizam 76,22% dos recursos empenhados.

O programa Ensino Médio Articulado à Educação Profissional, de responsabilidade da SEDUC empenhou 32,64% do valor total. Constituindo-se em um dos principais compromissos assumidos pela atual gestão, envolve ações de incremento na qualidade do ensino médio ofertado pelo Estado mediante o reforço nas atividades docentes profissionalizantes e a modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional.

Os Programas Desenvolvimento Agropecuário e Enfrentamento à Pobreza Rural, executados pela SDA empenharam juntos 31,44% do valor total. Tal fato é justificado pela necessidade de incrementar o atendimento à parcela da população cearense mais vitimada pela estiagem, notadamente para os agricultores de base familiar.

O programa Assistência Social, executado pela STDS empenhou 6,81% e desenvolveu ações de Proteção Social Básica e Especial, com foco nas famílias vulneráveis.

O programa Promoção da Juventude, executado principalmente pelo Gabinete do Governador mas com participação de outras secretarias, empenhou 5,33% dos recursos programados para o período, para o desenvolvimento de ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional.

Quadro 24 – Aplicação de Recursos por Programa de Governo 2015.I

Nº	Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
1	028	Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	55.289.841,99	32,64	53.856.271,54	35,71
2	021	Desenvolvimento Agropecuário	34.425.473,52	20,32	33.885.099,70	22,47
3	049	Enfrentamento à Pobreza Rural	18.834.747,46	11,12	9.619.658,89	6,38
4	039	Assistência Social	11.538.395,49	6,81	11.132.601,90	7,38
5	029	Promoção da Juventude	9.023.359,92	5,33	8.918.019,72	5,91
6	031	Transferência Hídrica e Suprimento de Água	6.732.962,57	3,97	6.357.385,67	4,22
7	022	Organização e Gestão da Educação Básica	6.037.258,85	3,56	2.524.942,20	1,67
8	037	Desenvolvimento Urbano	5.786.019,16	3,42	4.191.036,37	2,78
9	073	Habitacional	3.916.083,46	2,31	3.704.319,10	2,46
10	014	Transporte e Logística do Estado do Ceará	3.718.016,40	2,19	3.514.777,97	2,33
11	026	Acumulação Hídrica	3.176.337,60	1,88	3.124.249,71	2,07
12	072	Atenção à Pessoa com Deficiência	2.954.443,56	1,74	2.947.810,48	1,95
13	027	Trabalho, Emprego e Renda	2.777.817,80	1,64	2.777.817,80	1,84
14	051	Aprendizagem das Crianças na Idade Certa	1.581.268,56	0,93	1.412.110,27	0,94
15	033	Atenção à Pessoa Idosa	1.315.933,60	0,78	1.311.433,60	0,87
16	003	Promoção e Proteção dos Direitos Humanos	967.165,02	0,57	243.981,18	0,16
17	071	Desenvolvimento Territorial Rural	619.707,23	0,37	608.780,00	0,40
18	034	Infraestrutura Esportiva e de Lazer	390.281,87	0,23	390.281,87	0,26
19	050	Equidade de Gênero	166.300,59	0,10	166.300,59	0,11
20	032	Ciência, Tecnologia e Inovação	138.140,00	0,08	138.140,00	0,09
Total			169.389.554,65	100,00	150.825.018,56	100,00

Fonte: GEF

3. Análise de Desempenho das Setoriais

3.1. Secretaria da Educação

3.1.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Educação – SEDUC tem como missão garantir educação básica com equidade e foco no sucesso do aluno. Em sua visão de futuro, objetiva ser uma organização eficaz que valoriza o desenvolvimento de pessoas, tendo como prioridade garantir, até 2014, o atendimento educacional de todas as crianças e jovens de 04 a 18 anos, a melhoria dos resultados de aprendizagem em todos os níveis de ensino e a efetiva articulação do ensino médio à educação profissional e ao mundo do trabalho.

Seus valores se traduzem em: Ética, Transparência, Efetividade, Equidade, Respeito, Busca de Excelência, Disposição de Servir.

No sentido do alcance da sua finalidade e objetivos, a SEDUC atua, por meio dos seus programas e projetos, desenvolvendo parcerias, buscando fortalecer o regime de colaboração entre União, Estado e Municípios, focalizando a alfabetização de crianças na idade certa e as ações voltadas para a educação profissional, a inclusão e o respeito à diversidade.

Para o ano de 2015, a SEDUC foram aprovado 32 projetos pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão social – CCPIS para financiamento por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, sendo 18 novos e 14 de continuidade. Do total de projetos ressalta-se ainda, que 16 são financiados exclusivamente pela fonte FECOP e os outros 16 projetos contam ainda com recursos de outras fontes.

Os recursos capitados da fonte FECOP pra o corrente ano totalizam R\$142.004.600,79 (cento e quarenta e dois milhões, quatro mil, seiscentos reais e setenta e nove centavos), sendo que para o primeiro semestre o valor programado é de R\$96.630.304,02 (noventa e seis milhões, seiscentos e trinta mil, trezentos e quatro reais e dois centavos), representando 68% do valor total.

Os recursos financeiros que compreendem as outras fontes (Tesouro Estadual, Governo Federal, Governo Municipal, Financiamento Externo e Financiamento Interno) somam R\$97.754.891,33 (noventa e sete milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e um reais e trinta e três centavos).

O Quadro a seguir referente à execução financeira da SEDUC, mostra um desempenho do limite para o semestre e do valor total pago. O projeto Prêmio Escola Nota 10, que detém um valor bastante significativo, é executado apenas no segundo semestre, uma vez que sua

execução depende dos resultados do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará para o cálculo do prêmio.

Quadro 25 - Execução Financeira da SEDUC

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	1.334.658,56	1.334.658,56	1.334.658,56	100,00	1.165.500,27	87,33
2	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	782.220,05	391.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	0,00	0,00	0,00	0,00
5	736	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	600.000,00	165.744,15	27,62	165.744,15	27,62
6	739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00
7	744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	1.454.632,35	561.050,01	38,57	561.050,01	38,57
8	745	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	802	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	767.607,96	682.105,02	88,86	682.105,02	88,86
10	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	26.000.000,00	9.096.486,01	3.793.877,57	41,71	2.825.688,90	31,06
11	900	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100,00	3.000.000,00	100,00
12	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação	57.000.000,00	46.000.000,00	46.000.000,00	100,00	46.000.000,00	100,00

		Profissional						
13	1200	Construção de EEM no Município de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
14	1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
16	1213	Construção de EEEM no Município de Icó	51.419,89	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
17	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	230.000,00	48.452,50	21,07	25.500,00	11,09
18	1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	1339	Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC	7.000.000,00	4.935.327,30	246.610,00	5,00	246.610,00	5,00
21	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	6.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	4.000.000,00	1.941.016,04	48,53	772.087,88	19,30
23	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual	1.500.000,00	1.500.000,00	1.151.535,32	76,77	742.633,79	49,51

24	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.485.000,00	1.969.980,00	43,92	130.200,00	2,90
25	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.700.000,00	112.112,20	6,59	8.400,32	0,49
26	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	671.715,00	671.715,00	671.715,00	100,00	387.090,00	57,63
27	1463	Construção de EEPP no Município de Forquilha	1.256.041,65	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
28	1464	Construção de EEPP no Município de Caridade	631.862,64	631.862,64	631.862,64	100,00	631.862,64	100,00
29	1465	Construção de EEPP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	1.727.426,22	299.468,75	17,34%	299.468,75	17,34%
31	1466	Construção de EEPP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.420.105,22	1.283.007,49	90,35	1.228.915,09	86,54
31	1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	472.065,28	97.688,52	20,69	5.854,77	1,24
32	1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	734.817,81	51.693,04	7,03	48.819,83	6,64
Total			142.004.600,76	96.630.304,02	65.908.369,40	68,21	60.793.324,01	62,91

3.1.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SEDUC incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, nas seguintes categorias:

- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda uma comunidade.
- Inclusão Produtiva Urbana abrangendo os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas a inserção e reinserção do mercado de trabalho.
- Educação, que abrange projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.

Os 32 projetos financiados pelo FECOP em 2015 encontram-se agregados nas três categorias mencionadas: Infraestrutura comunitária, com destaque para a Construção de Escolas Profissionais e de Ensino Médio, Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino, Construção de Centros de Educação Infantil, a Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas e os projetos referentes à aquisição de equipamentos para as Unidades Escolares da rede Estadual; Inclusão Produtiva Urbana, por meio dos projetos de formação técnica, com destaque para a Concessão de Bolsas para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, a Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e o Projeto e-Jovem; Educação, com os projetos voltados a gestão escolar, por meio Apoio Técnico-Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC, o Projeto Jovem de Futuro e o do Prêmio Escola Nota 10, este último voltado a escolas que obtiveram o melhor desempenho no Sistema Permanente de Avaliação da Educação do Ceará – SPAECE, com ênfase nas escolas inseridas no Programa de Alfabetização na Idade Certa.

3.1.2.1. Projetos Estruturantes - Infraestrutura Comunitária

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional prioritária do Estado, e no fortalecimento da política de formação e profissionalização dos jovens cearenses, expandindo a rede física, com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Entre os 25 projetos desta categoria destaca-se a construção de 12 Escolas de Educação Profissional, com funcionamento em tempo integral, com capacidade de atendimento a 6.480 jovens cearenses, contribuindo para a geração de emprego e renda, além da possibilidade de

ingresso na universidade, bem como a construção de 08 Escolas Estaduais de Ensino Médio, com funcionamento nos três turnos que permitirá o acesso a 6.480 alunos a continuidade de estudos. Incluem-se ainda, reformas e ampliações de 119 unidades escolares estaduais, propiciando a melhoria das condições físicas das escolas, o bem estar dos alunos e sua aprendizagem.

Complementam essa categoria a construção de 02 Escolas atendidas com as Unidades Técnico Agropecuárias, 02 projetos referentes à aquisição de equipamentos para as Unidades Escolares da rede Estadual e a Construção de 08 Centros de Educação Infantil, sendo que desses, 02 estão concluídos e 06 estão com obras em andamento.

No ano de 2015, os 25 projetos destinados à Infraestrutura Comunitária financiados com recursos do FECOP totalizaram R\$21.680.600,79 (vinte um milhões seiscientos e oitenta mil, seiscientos reais e setenta e nove centavos) de limite financeiro anual concedido, sendo que o programado para o primeiro semestre foi de R\$21.289.490,71 (vinte e um milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e um centavos), sendo executado R\$10.785.789,63 (dez milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e três centavos), representando 50,66% do limite programado para o período, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 26 - Projetos de Infraestrutura Comunitária

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI	1.334.658,56	1.334.658,56	1.334.658,56	100,00	1.165.500,27	87,33
2	645	Construção de EEEP no Município de Canindé	782.220,05	391.110,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	695	Construção de EEEP no Município de Limoeiro do Norte	929.105,22	929.105,22	189.432,80	20,39	189.432,80	20,39
4	735	Construção de EEEP no Município de Itapajé	177.383,66	177.383,66	0,00	0,00	0,00	0,00
5	736	Construção de EEEP no Município de Itarema	600.000,00	600.000,00	165.744,15	27,62	165.744,15	27,62
6	739	Construção de EEEP no Município de Maranguape	698.400,49	698.400,49	698.384,41	100,00	698.384,41	100,00

7	744	Construção de EEEP no Município de Palmácia	1.454.632,35	1.454.632,35	561.050,01	38,57	561.050,01	38,57
8	745	Construção de EEEP no Município de Redenção	545.394,88	545.394,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9	802	Construção de EEEP no Município de Barro	767.607,96	767.607,96	682.105,02	88,86	682.105,02	88,86
10	1200	Construção de EEM no Município de Acaraú na Localidade de Lagoa do Carneiro	825.345,93	825.345,93	825.345,93	100,00	825.345,93	100,00
11	1203	Construção de EEEM no Município de Beberibe, na Localidade de Forquilha	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	1208	Construção de EEEM no Município de Caucaia	54.397,95	54.397,95	0,00	0,00	0,00	0,00
13	1213	Construção de EEEM no Município de Icó	51.419,89	51.419,89	0,00	0,00	0,00	0,00
14	1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	230.000,00	230.000,00	48.452,50	21,07	25.500,00	11,09
15	1315	Construção de EEEM no Município de Parambu, na Localidade de Monte Sion	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	1316	Construção de EEEM no Município de Potiretama	330.000,00	330.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	4.000.000,00	4.000.000,00	1.941.016,04	48,53	772.087,88	19,30
18	1343	Aquisição de Equipamentos para as Unidades	1.500.000,00	1.500.000,00	1.151.535,32	76,77	742.633,79	49,51

		Escolares da Rede Estadual						
19	1407	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual do Município de Fortaleza	671.715,00	671.715,00	671.715,00	100,00	387.090,00	57,63
20	1463	Construção de EEEP no Município de Forquilha	1.256.041,65	1.256.041,65	152.629,45	12,15	152.629,45	12,15
21	1464	Construção de EEEP no Município de Caridade	631.862,64	631.862,64	631.862,64	100,00	631.862,64	100,00
22	1465	Construção de EEEP no Município de Alto Santo	1.727.426,22	1.727.426,22	299.468,75	17,34%	299.468,75	17,34%
23	1466	Construção de EEEP no Município de São Gonçalo do Amarante	1.420.105,22	1.420.105,22	1.283.007,49	90,35	1.228.915,09	86,54
24	1470	Construção de EEEM no Município de Arneiroz	472.065,28	472.065,28	97.688,52	20,69	5.854,77	1,24
25	1473	Construção de EEEM no Município de Acopiara	734.817,81	734.817,81	51.693,04	7,03	48.819,83	6,64
Total			21.680.600,76	21.289.490,71	10.785.789,63	50,66	8.582.424,79	40,31

Fonte: Gerência Executiva do FECOP/2015 (GEF)

Construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP)

No ano de 2007, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Profissionalizado com o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica. Através do repasse de recursos para os Estados investirem na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrada à educação profissional, o Programa busca integrar o conhecimento do ensino médio à prática.

Nesse contexto, o Governo do Estado do Ceará, através da SEDUC, comprometido com a tarefa de elevar os resultados da escola pública e com atenção especial para o ensino médio, assumiu em 2008 o desafio de promover a articulação do currículo do ensino médio com a formação para o mundo do trabalho.

A estrutura das EEEP abrange 4,5 mil metros quadrados, com 12 salas de aula, auditório para 200 lugares, biblioteca e dependências administrativas. Dispõe de Laboratórios Tecnológicos, de Línguas, Informática, Química, Física, Biologia e Matemática. Disponibiliza para a comunidade escolar também um ginásio poliesportivo e um teatro de arena. A construção segue o padrão estabelecido pelo Ministério da Educação (MEC) para escolas profissionais e tem capacidade para atender 540 alunos em tempo integral.

A rede de EEEP apresenta um currículo que integra a formação geral do ensino médio às disciplinas dos cursos técnicos, com aulas das 7 às 17 horas. São modelos inovadores em conteúdo, método e gestão. Os estudantes contam com três refeições diárias, uniforme escolar, livros didáticos e técnicos, apoio permanente à aprendizagem e à formação.

Em 2015 a proposta é de conclusão de 12 EEEP nos municípios de Canindé, Limoeiro do Norte, Caridade, Forquilha, São Gonçalo do Amarante, Barro, Palmácia, Itarema, Maranguape, Redenção, Alto Santo e Itapajé.

Construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM)

A construção de Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM) objetiva ampliar e melhorar a estrutura física da rede ensino na área rural para atender aos estudantes no mesmo local onde vivem, contribuindo para a permanência do aluno na escola.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013 revelou que a escolaridade média da população cearense de 18 a 29 anos residente na zona rural é de 8,25 anos, contra 9,76 anos no meio urbano. Portanto, o investimento na infraestrutura fortalece o trabalho pedagógico da escola, proporcionando o interesse dos alunos pelos estudos.

A taxa de alfabetização também é menor no campo: entre as pessoas de 15 anos ou mais, os residentes da zona rural têm uma taxa de alfabetização de 79,2%, enquanto na zona urbana essa taxa é de 93,6%, segundo dados da PNAD de 2013.

A estrutura física das EEEM está de acordo com o padrão MEC em tamanho para atender a necessidade de cada distrito e todas terão a mesma qualidade de uma escola construída na área urbana.

Para o corrente ano a proposta é a construção de 8 EEEM nos municípios de Acaraú, Beberibe, Caucaia, Iço, Parambú, Potiretama, Arneiroz e Acopiara.

Ampliação e Reforma de Escolas de Ensino Fundamental e Médio

Os projetos de ampliação e reforma de Escolas de Ensino Fundamental (EEF) e Escolas Estaduais de Ensino Médio (EEEM) foram elaborados considerando a persistência histórica das desigualdades educacionais entre a zona rural e urbana, embora o acesso ao ensino fundamental seja dado como universalizado em todo o Brasil. Na zona urbana, a criança que ingressa na educação infantil tem mais oportunidades de concluir o ensino superior, mas isso ainda não faz parte da realidade da grande maioria dos sujeitos do campo. Ainda no século 21, milhares de crianças e jovens enfrentam inúmeras barreiras para continuar os estudos e concluir as etapas do fundamental e do médio, em cenário que muitas vezes evoca os primeiros anos do século passado.

O projeto Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino tem como objetivos: reformar escolas e ampliar salas de aula nas escolas da rede pública de ensino de acordo com as demandas recebidas das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) e da Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR), bem como possibilitar aos jovens de 15 a 17 anos da área de cobertura da Escola Estadual de Ensino Médio a oportunidade de uma educação de qualidade.

Aquisição de Equipamentos para as Unidades Escolares da Rede Estadual

O projeto destina-se à aquisição de Acervo Bibliográfico, Equipamentos diversos, Equipamentos de TI e Mobiliários para salas de aula, ambientes de aprendizagem complementares (Centro de Multimeios e Laboratórios) e espaços administrativos (Secretaria, Direção, sala do professor) para as escolas em fase de construção, equipamentos que proporcionarão uma melhoria na sua estrutura visando uma educação de qualidade e assim reduzir o quantitativo de jovens fora da escola.

Quanto aos objetivos, visa-se garantir as condições básicas de funcionamento das unidades escolares, dotando-as de um padrão satisfatório no que se refere a Acervo Bibliográfico, Equipamentos diversos, Equipamentos de TI e Mobiliários adequados proporcionando aos alunos, na faixa etária de 15 a 17 anos, do Ensino Médio matriculados em Escolas Estaduais, professores e corpo administrativo um ambiente acolhedor e com as ferramentas necessárias ao bom desenvolvimento de suas atividades. É nesse contexto que o Governo do Estado do Ceará vem executando um conjunto de políticas e ações, que assegurem, no âmbito da escola, a construção de uma educação básica com qualidade social.

Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

No sentido de fortalecer o Regime de Colaboração entre Estado e Município, o governo estadual, no conjunto de suas políticas educacionais, apoia os municípios cearenses no sentido de reverter os atuais indicadores de qualidade e acesso das crianças na Educação Infantil, fundamentado em incentivo à universalização do atendimento de crianças na primeira etapa da educação básica com qualidade, através dos Centros de Educação Infantil (CEI)

Existe uma forte diferença entre o quarto mais pobre e o quarto mais rico dos brasileiros de 4 e 5 anos que não estão matriculados nos sistemas de ensino público. Em 2013, segundo dados da PNAD, a porcentagem de crianças que frequentava a escola era de 81,3% entre os 25% mais pobres. Nos 25% mais ricos, essa taxa sobe para 94,4%.

Os desafios que se colocam para o desenvolvimento das políticas direcionadas à educação infantil são abrangentes, requerendo, tanto dos setores públicos, quanto da sociedade civil, integração e parceria para superação das demandas de acesso e qualidade desse nível de ensino, constituindo um importante incremento na cobertura dessas faixas, em particular das crianças de 4 e 5 anos, seja pelas condições físicas e materiais que serão ofertadas, seja pela iniciativa indutora do Estado.

A rede municipal, conforme prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) é a principal responsável pela oferta de educação infantil.

Em 2013 no Ceará, PNAD evidencia um déficit de 4,6% no atendimento às crianças de 4 e 5 anos e uma taxa de atendimento de 24,8% para as crianças de 0 a 3. Este quadro, agregado às precárias condições existentes na estrutura física dos estabelecimentos e espaços educativos, amplia a responsabilidade dos gestores públicos quanto à adoção de medidas para a solução deste grave problema social.

Nesse sentido, o governo do Estado instituiu o projeto Centro de Educação Infantil, firmando o propósito de fortalecer, no âmbito do regime de colaboração, a parceria com os municípios na área de planejamento e gestão das políticas municipais para esta etapa da educação básica, estabelecendo como objetivos: qualificar o atendimento da educação infantil nos municípios atendidos com a construção e equipamento de Centros de Educação Infantil – CEI; oferecer condições efetivas de atendimento às crianças de 0 a 5 anos; e capacitar profissionais para o cuidado e educação das crianças matriculadas na rede pública municipal.

Os Centros de Educação Infantil serão construídos e equipados no âmbito do Programa com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças que a eles tiverem acesso. As metas previstas para a implementação do referido Programa podem ser assim resumidas: construção de 98 Centros

de Educação Infantil; atendimento anual a 20.384 crianças, sendo 208 por cada Centro; geração de 1.250 empregos diretos na gestão pedagógica e 6.100 indiretos no processo de construção; capacitação de 1.300 profissionais em conteúdos e metodologias pertinentes à educação infantil.

Abaixo, as figuras 01 e 02 retratam o CEI concluído de Sobral – Domingos Olímpio, obra construída pelo Estado do Ceará e a figura 03 retrata o CEI de Guaraciaba do Norte, obra construída com 50% de recurso pelo Estado do Ceará e 50% com recurso do município.



Fachada do CEI Sobral – Domingos Berçário do CEI de Sobral – Domingos Olímpio



Fachada do CEI Guaraciaba do Norte



CEI Guaraciaba do Norte



Banheiro do CEI de Guaraciaba do Norte



Sala de Aula do CEI de Guaraciaba do Norte

Implantação de Unidades Técnico Pedagógicas

O projeto se apóia na necessidade de suprir as escolas agropecuárias de Granja e Lavras da Mangabeira de unidades técnico-pedagógicas de produção que auxiliem o ensino e aprendizagem dos discentes, na perspectiva de proporcionar-lhes as práticas de manejo agrícola e manejo animal imprescindíveis para o desenvolvimento de uma formação eficaz, centradas nos princípios da convivência com o semi-árido e agroecologia.

O projeto é constituído das seguintes ações: 1- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Avicultura Caipira; 2- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Ovinocaprinocultura; 3- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Bovinocultura; 4- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Aquicultura; 5- Implantação de Unidade Técnico-Pedagógica de Produção de Horticufruticultura.

Para que os projetos fossem executados, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar nº 137 de 23.05.2014. A Portaria nº 064/2015, que regulamenta a citada lei, foi publicada em 13/02/2015 e, só a partir desta data, foi possível dar início aos encaminhamentos necessários à realização do aporte.

3.1.2.2 Projetos Estruturantes – Inclusão Produtiva Urbana

Constitui a segunda subcategoria de projetos estruturantes, com 04 projetos, dentre os quais se destacam a Formação Técnica e Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, as escolas que tratam das disciplinas específicas de cada curso e que não estão contempladas nas contratações

realizadas por meio de concurso exclusivo para as demais áreas do conhecimento do núcleo comum.

Em 2015 os quatro projetos destinados a Inclusão Produtiva Urbana totalizaram R\$87.700.000,00 (oitenta e sete milhões e setecentos mil reais), de limite financeiro anual concedido, tendo como limite programado para o primeiro semestre o valor de R\$59.796.486,01 (cinquenta e nove milhões, setecentos e noventa e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e um centavo), com execução de R\$52.905.989,77 (cinquenta e dois milhões, novecentos e cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), equivalente a 88,47%, conforme demonstra o quadro a seguir:

Quadro 27 – Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	26.000.000,00	9.096.486,01	3.793.877,57	41,71	2.825.688,90	31,06
2	900	Projeto e-Jovem	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	100	3.000.000,00	100
3	1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	57.000.000,00	46.000.000,00	46.000.000,00	100	46.000.000,00	100
4	1382	Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	1.700.000,00	1.700.000,00	112.112,20	6,59	8.400,32	0,49
Total			87.700.000,00	59.796.486,01	52.905.989,77	88,47	51.834.089,22	86,68

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação

O projeto se apoia na evidência que a demanda do mundo do trabalho por maior educação acaba por agir como um mecanismo de exclusão para aqueles que não contam com ela. O objetivo é tornar os educandos mais preparados para o mundo laboral tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

A política de estágio envolve: concessão bolsa estágio, auxílio transporte, seguro contra acidentes pessoais e aquisição de Equipamento de Proteção Individual, esse conjunto de

ações visa possibilitar aos educandos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP) e do Projeto e-Jovem o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Para que os projetos fossem executados, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar nº 137 de 23.05.2014. A Portaria nº 064/2015, que regulamenta a citada lei, foi publicada em 13/02/2015 e, só a partir desta data, foi possível dar início aos encaminhamentos necessários à realização do aporte.

Projeto e-Jovem

O Projeto e-Jovem visa integrar a Educação Profissional às diferentes modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, oferecendo formação complementar em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e empreendedorismo com ênfase no protagonismo juvenil.

Sua proposta foi idealizada respeitando as características sociais e culturais dos estudantes tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio e egressos da rede pública. E, assim, possibilitar o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando e se transformando em uma estratégia que amplia o tempo de permanência no ambiente escolar, além disso, facilita a transição entre a escola e o mundo do trabalho.

Durante a formação os educandos estudam conteúdos direcionados em módulos: Módulo Fundamental, Módulo I e Módulo II.

O Módulo Fundamental é voltado para educandos que cursam o 8º e 9º ano do ensino fundamental. É uma proposta de formação complementar para os jovens, com conteúdos inovadores que visam formar os jovens nas áreas de empreendedorismo e tecnologias da informação e comunicação, para uma formação integral dos educandos, desenvolvendo, através da educação empreendedora, habilidades para a vida. Constam neste módulo as seguintes disciplinas:

Educação Empreendedora - 100h/a;

Informática Básica - 100h/a.

O Módulo I destina-se aos educandos de ensino médio e egressos da rede estadual. Formação profissionalizante de nível básico (extensão), nas áreas de empreendedorismo social e tecnologias da informação e comunicação, voltadas para a inserção do jovem no mundo do trabalho e para a intervenção social através de projetos sociais. As disciplinas deste módulo estão destacadas a seguir:

Informática Básica - 200h/a;

Preparação para o Trabalho e Prática Social - 200h/a.

O Módulo II, com um total de 880 horas/aula, é voltado para alunos do ensino médio e/ou egressos da Rede Pública de Ensino. A matriz curricular é composta por conteúdos técnicos de informática voltados para a área de web, redes, hardware e programação, observando as políticas de softwares livres, através da universalização que a cultura digital oferece. Segue as disciplinas deste módulo:

Qualificação Profissional em Suporte Técnico e Manutenção de Computadores - 204h/a;

Qualificação Profissional em Webdesign - 356h/a;

Qualificação Profissional em Programação Web e Banco de Dados – 320/ha.

Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional

A gestão governamental tem privilegiado investimentos na expansão do ensino médio, responsabilidade constitucional do Estado, fortalecendo a política de formação e profissionalização dos jovens cearenses expandindo a rede física com a construção de Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), com a oferta de cursos técnicos nas mais diversas áreas, tendo como objetivo propiciar oportunidade de inserção no processo produtivo e melhoria da qualidade de vida da população jovem.

Constitui-se também em uma estratégia que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho.

Compreendendo essa dinâmica, as Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), oportunizam a profissionalização dos educandos e novos caminhos para a busca do conhecimento, geração de emprego e renda, implantação de incubadoras para atender a demanda local além de incentivar a permanência do jovem no próprio local de moradia.

Constitui-se também em uma estratégia que visa estimular a permanência do jovem no ambiente escolar, facilitando, a transição entre a escola e o trabalho, assegurando-lhes direitos de acesso à educação e ao mundo de trabalho.

No sentido de fortalecer e Instrumentalizar os estudantes, são utilizados:

- materiais pedagógicos de modo a lhes permitir o desenvolvimento da autonomia intelectual dos fundamentos teórico-metodológicos dos conteúdos, tanto nas situações de aprendizagem desenvolvidas em sala de aula quanto no autodesenvolvimento profissional dos alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries do ensino médio;
- Tecnologia SEBRAE para desenvolvimento do conceito de empreendedorismo no sentido de garantir condições materiais que possibilitem, na capacitação as competências empreendedoras, que contribuam para o planejamento e criação de negócios sustentáveis, com foco em oportunidades identificadas no mercado para os alunos de 1ª série do ensino médio;
- material didático da parte diversificada do currículo, atendendo às Disciplinas Mundo do Trabalho e Projeto de Vida.

3.11.2.3. Projetos Estruturantes – Educação

A categoria Educação compreende os Projetos: Jovem de Futuro, Apoio Técnico Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC e Prêmio Escola Nota Dez, totalizando em 2015 o valor de R\$32.624.000,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil reais) de limite financeiro anual, e valor programado para o primeiro semestre de R\$15.544.327,30 (quinze milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e sete reais e trinta centavos) com execução R\$2.216.590,00 (dois milhões, duzentos e dezesseis mil quinhentos e noventa reais), equivalente a 14,25% do programado para o período, conforme o quadro a seguir:

Quadro 28 – Projetos na Área de Educação

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	1339	Apoio Técnico Pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC	7.000.000,00	4.935.327,30	246.610,00	5,00	246.610,00	5,00
2	1341	Prêmio Escola Nota Dez	21.124.000,00	6.124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro	4.500.000,00	4.485.000,00	1.969.980,00	43,92	130.200,00	2,90
Total			32.624.000,00	15.544.327,30	2.216.590,00	14,25	376.810,00	2,42

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)- 2015

Projeto Jovem de Futuro

O Projeto Jovem de Futuro é voltado para a Gestão Escolar para Resultados e realizado em parceria com o Instituto Unibanco, tendo como foco garantir que os jovens entrem, permaneçam, tenham um bom desempenho e concluam o ensino médio.

Com duração de três anos, o Projeto oferece apoio técnico e financeiro para a concepção, implantação e avaliação de suas atividades e visa aumentar significativamente a proficiência dos alunos em língua portuguesa e matemática.

No sentido do alcance desses objetivos, foram estabelecidas metas, a serem alcançadas ao longo do Projeto, como: redução de 50% na proporção de alunos com rendimento abaixo do nível intermediário das avaliações em larga escala do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE; aumento de 25 pontos na média de desempenho nas disciplinas de língua portuguesa e matemática e, ainda, redução de 40% na evasão de alunos entre o primeiro e último ano de sua implementação.

A verificação dos resultados acontece no final dos três anos de implantação do Projeto, sendo que para as 100 primeiras escolas do ciclo 1 a conclusão desse período aconteceu ao final de 2014. Os outros dois ciclos 2 e 3 (293 escolas) estão em andamento, sendo que a verificação das metas feitas nas escolas do ciclo 2 (123 escolas) acontecerá no final de 2015 e do ciclo 3 (169 escolas) ao final de 2016.

A verificação das metas do ciclo 1 ainda não ocorreram pois estamos aguardando a Liberação dos dados do SPAECE 2014 para fazê-lo.



Formação IU Ciclo 4 – Gestores, Coordenadores e Superintendentes



Comitê Estadual IU

Prêmio Escola Nota Dez

O Prêmio Escola Nota Dez, instituído através da Lei Estadual Nº14. 371 de 19 de junho de 2009 inclui-se no âmbito do Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) e foi criado com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do ensino fundamental.

A Lei prevê que o Prêmio seja destinado para até 150 (cento e cinquenta) escolas públicas que apresentarem os seguintes critérios: ter pelo menos 20 (vinte) alunos matriculados no 2º ano do ensino fundamental regular e ter o Indicador de Desempenho Escolar de Alfabetização (IDE- Alfa) situado no intervalo entre 8,5 e 10,0. Além disso, garante contribuição financeira a até 150 escolas com menores IDE-Alfa.

Em 06 de dezembro de 2011 foi aprovada a Lei Estadual Nº15.052, que disciplina o Prêmio Escola Nota Dez e revoga legislação anterior. A nova legislação determina que a cada ano sejam premiadas até 150 escolas públicas do segundo ano e até 150 escolas públicas do quinto ano do Ensino Fundamental. Também beneficia as escolas públicas, em igual número das premiadas, que obtiveram menores resultados nas avaliações do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) do segundo e quinto anos.

Tendo em vista que os resultados do Sistema Permanente de Avaliação não estavam disponíveis em tempo hábil, não houve distribuição do prêmio no 1º semestre do corrente ano. No momento, a Unidade Executora continua aguardando a divulgação dos resultados do SPAECE/2014 para organizar as formações com as escolas premiadas e apoiadas orientando sobre o Prêmio/2015, que tem previsão de participação de 600 escolas (300= 2º ano, 300=5º ano), no mês de agosto.

Dessa forma à execução física do projeto está prevista para acontecer somente a partir do 2º semestre. A avaliação que define a quantidade de escolas apoiadas/premiadas já aconteceu, mas o repasse das parcelas ficará para o 2º semestre 2015, tendo em vista a necessidade de organização do evento de divulgação dos resultados do Prêmio que está previsto para setembro de 2015.

Apoio técnico-pedagógico ao Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC

O Programa Alfabetização na Idade Certa - PAIC é uma política do Governo do Estado do Ceará, instituída pela Lei No.14.026, de 17 de dezembro de 2007, que acontece no âmbito da Cooperação entre Estado e Municípios e tem como finalidade o estabelecimento de condições necessárias para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do ensino fundamental

sem distorção de idade/ série e com domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização.

O Governo do Estado do Ceará, buscando viabilizar as ações formativas, previstas no PAIC, através do artigo 5º da Lei Nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007, propôs: "...ministrar treinamento e capacitação das equipes da Secretaria da Educação e dos técnicos e professores da rede municipal de ensino" e disciplinou regras adicionais através da Lei 15.276, publicada em 31 de dezembro de 2012.

O Projeto tem como proposta a contratação de especialistas para o desenvolvimento das seguintes ações:

- Formação continuada para os professores de educação infantil de todo o estado, com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Orientações Curriculares Estaduais;
- Formação continuada dos professores da Educação Infantil, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental em Dinamização do Acervo de Literatura Infantil do PAIC;
- Formação continuada para os técnicos das Secretarias Municipais de Educação e para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, voltada para a qualificação dos processos avaliativos da aprendizagem dos alunos;
- Formação continuada para os formadores das Secretarias Municipais de Educação, professores da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, com foco nas Orientações Curriculares Estaduais de Educação Infantil e nas Propostas Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa e de Matemática.
- Formação continuada nas áreas de Planejamento, Gestão Educacional e Escolar, e de Acompanhamento Pedagógico, para técnicos das Coordenadorias Regionais de Educação e para secretários e técnicos das Secretarias Municipais, através do Eixo de Gestão – responsável pela articulação política necessária para que cada município implemente o Programa e lhe dê a sustentação necessária.

3.1.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Do total de recursos empenhados no primeiro semestre de 2015, a Região Metropolitana de Fortaleza concentra 41,25% de execução no período, seguido da Região Cariri/Centro Sul com 16,09% e a Região Sobral/Ibiapaba com 10,47%. Destaca-se que a Região de Baturité contou apenas com 2,10% do total de recursos do período, conforme quadro a seguir:

Quadro 29 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	26.913.749,58	41,25	32.625	32,60
2-LITORAL OESTE	5.777.588,51	8,79	8.083	8,07
3-SOBRAL/IBIAPABA	7.054.343,16	10,47	9.306	9,29
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	3.931.388,29	6,01	8.999	8,99
5-SERTÃO CENTRAL	5.350.307,24	7,95	9.339	9,33
6-BATURITÉ	1.399.426,72	2,10	2.718	2,71
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	4.750.616,04	7,35	8.535	8,52
8-CARIRI/CENTRO SUL	10.730.949,86	16,09	20.463	20,44
TOTAL	65.908.369,40	100,00	100.068	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

- Segundo o Perfil Educacional dos Jovens de 15 a 17 anos – Análise Comparativa – Brasil, Nordeste e Ceará, de agosto 2013, existem alguns fatores que explicam a maior concentração de recursos na RMF, quais sejam: o município de Fortaleza, em 2010 concentrava 29% da população total; a capital cearense apresenta 7.786,5 hab./ km².
- Destacam-se também nessa região os problemas sociais mais graves como desemprego, risco social e pessoal e pobreza, associados à alta concentração populacional, representando 43% da população do Estado, segundo o Censo de 2010.
- Dados divulgados pelo IPECE no Anuário Estatístico do Ceará/2012 mostram que dos 8.606.005 hab. da população cearense, 42,99% residem na RMF e, destes, 67,56% na capital. Observa-se, portanto, um grande adensamento populacional concentrado na RMF e, principalmente, na capital. Diante desse quadro, pode-se inferir que a magnitude das refrações da questão social tais como pobreza, baixos rendimentos, desemprego, precariedade de emprego e falta de qualificação profissional, principalmente dos mais jovens, bem como situações de violência e toxicodependência, dentre outras, se intensificam mais nessa região, exigindo do poder público investimentos compatíveis com a dimensão dos problemas existentes.
- A maior parte do valor empenhado na RMF foi executado por meio do projeto Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional e projeto Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional que concede bolsas para alunos do 3º ano do Ensino Médio das EEEPs e alunos do e-Jovem. Considerando a concentração da população na RMF, justifica-se o maior número de atendimento de jovens nestes municípios.

3.1.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 45.668 alunos beneficiados com formação Técnica nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP);
- 6.015 alunos da EEEPs beneficiados com bolsa estágio para cumprimento de estágio obrigatório;
- 1.116 participantes do Projeto e-Jovem beneficiados com bolsa de estágio;
- 09 Núcleos do Projeto Com.Domínio Digital implantados, beneficiando 965 alunos das EEEPs;
- 117 Núcleos de Trabalho, Pesquisa e Prática Social implantados nas EEEPs;
- 8 escolas mobiliadas e equipadas, beneficiando 8.505 alunos da Rede Estadual;
- 30 escolas supridas com equipamentos de TI, beneficiando 26.748 alunos da Rede Estadual;
- Conclusão da Construção de 01 Escola de Ensino Médio no município de Acaraú;
- Conclusão da Construção de 02 Escolas Estaduais de Educação Profissional nos municípios de Itapajé e Maranguape;
- Conclusão da Construção de 2 Centros de Educação Infantil – CEI, nos municípios de Guaraciaba do Norte e Sobral;
- 15 Escolas da Rede Estadual reformadas.

Dificuldades

- Para que os projetos relacionados e reformas, aquisição de equipamentos, bolsa estágio, entre outros iniciassem sua execução, foi necessário providenciar repasses para as escolas, através de aporte de recursos financeiro, segundo a Lei Complementar nº 137 de 23.05.2014. A Portaria nº 064/2015, que regulamenta a citada Lei, foi publicada em 13/02/2015 e deste modo, apenas a partir desta data foi possível iniciar aos encaminhamentos necessários à realização do aporte. Como trata-se de novas regras a serem seguidas pelas CREDE/Escolas, as mesmas demandaram um tempo maior do que o previsto para se ajustarem as novas orientações, o que culminou no atraso para realização dos processos e no empenho dos mesmos. De acordo com as

novas orientações, as CREDE e ESCOLAS realizam os processos licitatórios, encaminha os mesmos para a SEDUC/COPED para pré-empenho, por fim os processos seguem para a COFIN para pagamento. Disto resulta o atraso na conclusão dos mesmos.

- Em relação a Construção dos Centros de Educação Infantil – CEI houve descumprimento dos prazos estabelecidos no cronograma da obra, obras concluídas sem bens materiais, pendência de documentação como aditivo de contrato, regularização da licença ambiental, placa na obra entre outros problemas acarretaram uma demora significativa na entrega do produto final. Para resolver esses obstáculos a SEDUC contratou uma empresa especializada na prestação de serviços de auditoria e avaliação externa. Para tanto foi firmado contrato com a CONCREMAT com o objetivo de intermediar os processos de acompanhamento, intervenções e prestação de contas referente ao CEI. Desde então suas ações permitem o monitoramento sistemático das etapas de construção, aquisição de equipamentos e mobiliários do CEI. A empresa também tem a incumbência de averiguar a vigência dos documentos exigidos para o andamento da obra e liberação de pagamentos de acordo com as medições das obras e exigências do BNDES.
- Em relação ao Projeto e-Jovem destacam-se como dificuldades: estrutura física dos laboratórios de informática das escolas; falta de pessoal qualificado para assumir a função de educador/instrutor no interior do Estado. Esses obstáculos refletiram no atraso do início das turmas o que, agregado ao calendário escolar, atrapalhou a execução das metas. Estratégias de superação destes riscos foram estruturadas e estão sendo implementadas para que as metas e os resultados sejam alcançados em sua plenitude.
- Em relação a Formação Técnica nas Escolas Estaduais de Educação Profissional destaca-se a falta de pessoal qualificado para assumir a função de professor no interior do Estado. Todavia, estratégias de superação foram estruturadas e estão sendo implementadas.
- Em relação ao PAIC, para que fosse dada continuidade à execução do projeto destaca-se que até abril de 2015 ocorreram algumas indefinições nas ações da Coordenadoria de Cooperação com os municípios - COPEM diante da não nomeação, até aquela data, do Coordenador e conseqüentemente, da equipe da Coordenadoria. Ressalta-se ainda, a necessidade de reestruturação no PAIC para os próximos anos, o que demandava processos de nivelamento com vários parceiros, secretários e equipes municipais, o que só foi possível ser realizado entre os meses de abril a junho. Diante deste processo

sobre o novo desenho do PAIC foi necessário redimensionar a concessão de bolsas, concluir a contratação de serviços de apoio logístico e contratar serviços gráficos para a impressão de material didático-pedagógico.

3.2. Secretaria do Desenvolvimento Agrário

3.2.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), tem como missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, tendo como finalidade principal melhorar a qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social.

A intenção do Governo Estadual em estimular uma nova dinâmica de desenvolvimento rural substanciou-se em 2007 na criação da SDA com o objetivo de colocar uma forte estrutura a serviço da agricultura familiar alicerçada na sustentabilidade e na solidariedade. Suas atuais linhas de atuação encontram-se sistematizadas no Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Ceará, o PDRSS 2012 – 2015.

O Plano ressalta que as conceituações sobre o espaço rural foram modificadas historicamente a partir da compreensão da sua complexidade e diversidade social, econômica e cultural. Entende que a agricultura familiar está associada à dimensão espacial de desenvolvimento sustentável, por permitir uma distribuição populacional mais equilibrada no território, em relação à agricultura patronal, normalmente associada à monocultura.

Os projetos executados pela SDA com recursos do Fecop são direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar e dos movimentos sociais no campo. São projetos com foco principalmente no fortalecimento da infraestrutura produtiva e na ampliação das oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e ações de fomento.

No ano de 2015 a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) obteve autorização do CCPIS para execução de 45 projetos dos quais 41 são de continuidade, pois já foram financiados pelo FECOP em anos anteriores e 4 foram apresentados pela primeira vez. São eles: Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura (Mapp 124), Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas (Mapp 440), Águas do Baixo Jaguaribe (Mapp 495) e Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira (Mapp 505).

É importante salientar ainda, a importância dos recursos alocados por meio desta fonte para a captação de recursos oriundos de outras fontes. Da totalidade dos projetos executados pela SDA, 8 foram financiados exclusivamente pelo FECOP e 37 incluem recursos captados de outras fontes (Quadro 30/ Gráfico 9). A participação do valor disponibilizado pelo FECOP e do

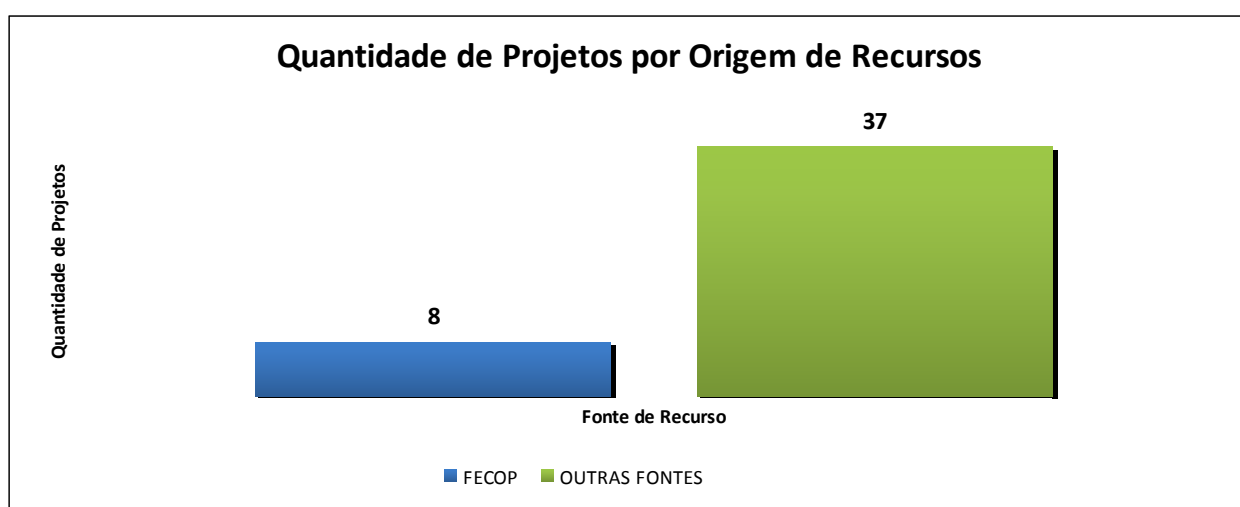
valor das outras fontes de recursos no valor anual destes projetos foi de 19,31% e 80,69% respectivamente.

Quadro 30 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Total de Projetos	Recursos Exclusivos do FECOP		Recursos de Outras Fontes	
	Absoluto	%	Absoluto	%
45	8	17,78	37	82,22

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 9 – Total de Projetos Segundo a Origem dos Recursos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 31 – Valor dos Projetos Segundo a Origem dos Recursos

Valor FECOP		Valor Outras Fontes		Total
Abs.	%	Abs	%	
124.871.964,78	19,31	521.957.979,94	80,69	646.829.944,72

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Do valor total de recursos do FECOP disponibilizado pelo CCPIS para execução dos projetos da SDA em 2015, foram empenhados no semestre o valor de R\$ 53.879.928,21 (cinquenta e três milhões, oitocentos e setenta e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e vinte e um centavos), correspondendo a um desempenho de 64,63% e efetivamente pagos R\$ 44.113.538,59 (quarenta e quatro milhões, cento e treze mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), correspondendo uma aplicação de 52,91% relativo ao mesmo período.

Quadro 32 – Execução Financeira da SDA

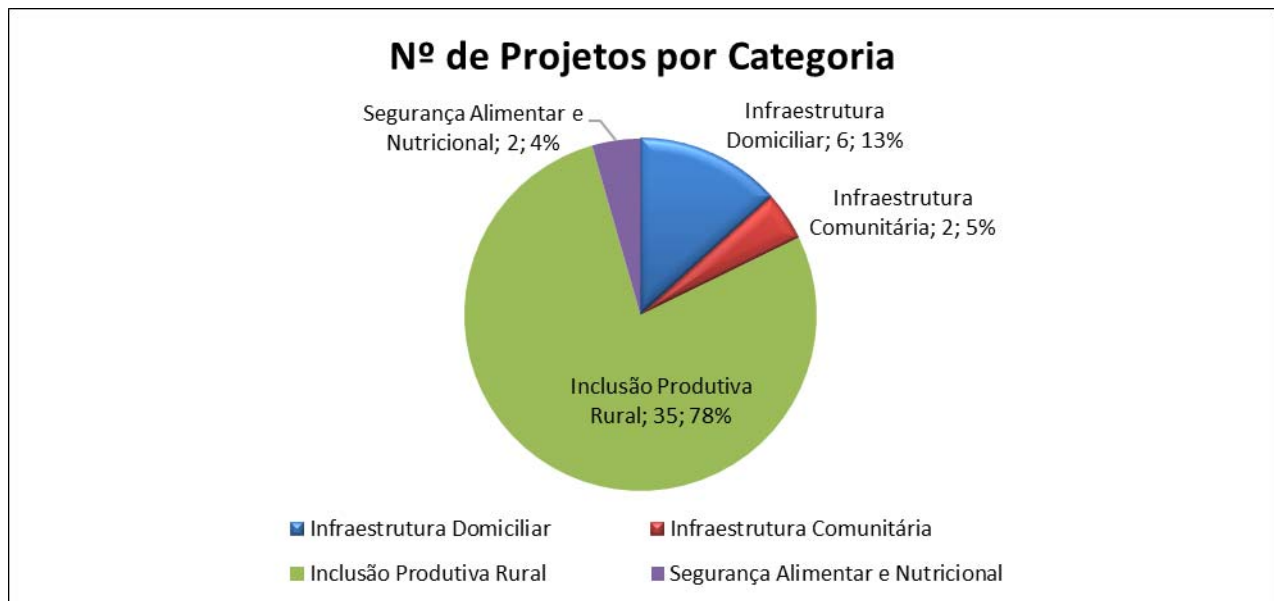
Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão.	286.205,68	286.205,68	165.011,43	57,65%	165.011,43	57,65%
2	5	Agente Rural	10.000.000,00	5.678.632,00	4.460.026,00	78,54%	4.460.026,00	78,54%
3	10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Muda).	600.000,00	100.000,00	64.487,52	64,49%	7.150,00	7,15%
4	14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas).	17.200.000,00	1.300.000,00	1.307.430,60	100,57%	1.304.130,60	100,32%
5	32	Titulação de Imóveis Rurais	4.500.000,00	4.500.000,00	608.780,00	13,53%	608.780,00	13,53%
	67		500.000,00	500.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6	38	Garantia Safra do Ceará.	28.587.132,00	24.665.558,40	22.869.745,60	92,72%	22.869.745,60	92,72%
7	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.300.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
8	50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	801.449,81	537.338,31	67,05%	482.337,13	60,18%
9	55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	5.403.934,11	5.403.934,11	5.281.333,49	97,73%	1.999.367,72	37,00%
10	56	Cédula da Terra	456.000,00	228.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
11	112	Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA).	1.500.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	100,00%	1.200.000,00	100,00%
12	124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	1.500.000,00	800.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
13	183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	3.000.000,00	1.836.769,95	61,23%	1.504.671,00	50,16%
14	337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	37.181,60	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos.	2.900.574,60	548.208,60	0,00	0,00%	0,00	0,00%
16	341	São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	8.068.120,48	6.689.373,52	5.020.368,83	75,05%	2.048.807,09	30,63%

17	349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	95.534,33	10.927,23	11,44%	0,00	0,00%
	350		113.532,98	113.532,98	0,00	0,00%	0,00	0,00%
18	353	Construção de Cisternas de Placas (1)	2.114.644,95	845.857,98	123.125,20	14,56%	36.545,20	4,32%
19	362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	600.002,03	600.002,03	0,00	0,00%	0,00	0,00%
20	363	Kit's de Irrigação (1)	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
21	365	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (1)	2.497.468,65	998.987,46	0,00	0,00%	0,00	0,00%
22	372	Kit's de Irrigação (2)	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
23	373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	238.366,53	179.087,35	75,13%	31.450,00	13,19%
24	374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	371.548,90	371.548,90	283.829,32	76,39%	283.829,32	76,39%
25	377	Modernização e Fortalecimento do Setor da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	79.560,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
26	378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
27	385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	10.853.188,00	7.317.485,82	4.995.967,27	68,27%	3.357.405,69	45,88%
28	387	Zumbi – Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Kilombolas no Estado do Ceará	203.549,11	203.549,11	196.450,89	96,51%	196.450,89	96,51%
29	389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	2.195.820,00	1.149.479,31	52,35%	272.095,32	12,39%
30	390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisterna de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	844.702,34	0,00	0,00%	0,00	0,00%
31	418	Formação de Pastagem para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	32.617,80	32.617,80	0,00	0,00%	0,00	0,00%
32	430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	115.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
33	431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	57.953,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
34	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	1.640.235,91	0,00	0,00%	0,00	0,00%

35	440	Projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	232.560,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
36	451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	769.632,30	0,00	0,00%	0,00	0,00%
37	452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	90.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
38	457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para Todos.	2.937.182,55	2.937.182,55	0,00	0,00%	0,00	0,00%
39	460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de Sistemas de Abastecimento de Água	361.950,00	361.950,00	27.000,00	7,46%	0,00	0,00%
40	471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	241.413,10	0,00	0,00%	0,00	0,00%
41	476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	512.077,92	73.637,76	14,38%	26.649,85	5,20%
42	477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	300.000,00	230.046,40	76,68%	0,00	0,00%
43	480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
44	495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	3.259.085,75	3.259.085,75	100,00%	3.259.085,75	100,00%
45	505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	279.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
	TOTAL		124.871.964,78	83.372.199,53	53.879.928,21	64,63 %	44.113.538,59	52,91 %

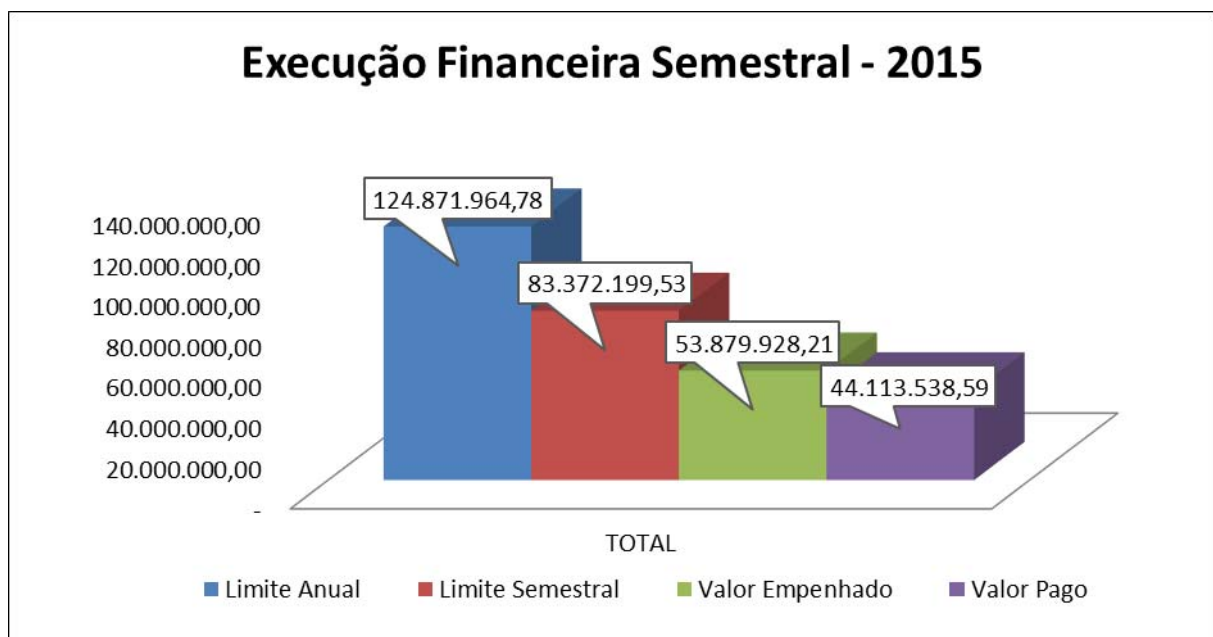
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 10 – Número de Projetos por Categoria



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 11 – Limite Anual / Limite Semestral / Valor Empenhado / valor Pago



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.2 Desenvolvimento

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), no seu art. 25, do Decreto nº 29.910 / 2009, que regulamenta a Lei Complementar Estadual nº 37 / 2003, Lei que instituiu o Fundo, assegura que apoiará programas em duas grandes categorias: Programas Assistenciais e Programas Estruturantes. A primeira categoria priorizará de acordo com o §1º, ações direcionadas aos pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre. A segunda categoria, no seu § 2º, se destina a população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, sendo suas ações voltadas para educação, ocupação e renda, infraestrutura e participação social, e que possibilite a migração da condição de pobre para não pobre.

Os projetos desenvolvidos pela SDA incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto referido acima, no grupo de projetos Assistenciais (Segurança Alimentar e Nutricional) e Estruturantes (Infraestrutura Domiciliar, Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural). Com relação ao desempenho financeiro, os projetos das subcategorias Infraestrutura Comunitária e Inclusão Produtiva Rural empenharam valores superiores a 80% do programado para o período.

Quadro 33 – Execução Financeira por Categoria de Projetos

Categoria: Projetos Assistenciais

Subcaracterização dos Projetos	Nº Projetos	Limite Anual		Limite Semestral		Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
Segurança Alimentar e Nutricional	2	6.903.934,11	100,00	6.603.934,11	100,00	6.481.333,49	98,14	100,00	3.199.367,72	48,45	100,00
TOTAL GERAL	2	6.903.934,11	100,00	6.603.934,11	100,00	6.481.333,49	98,14	100,00	3.199.367,72	48,45	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

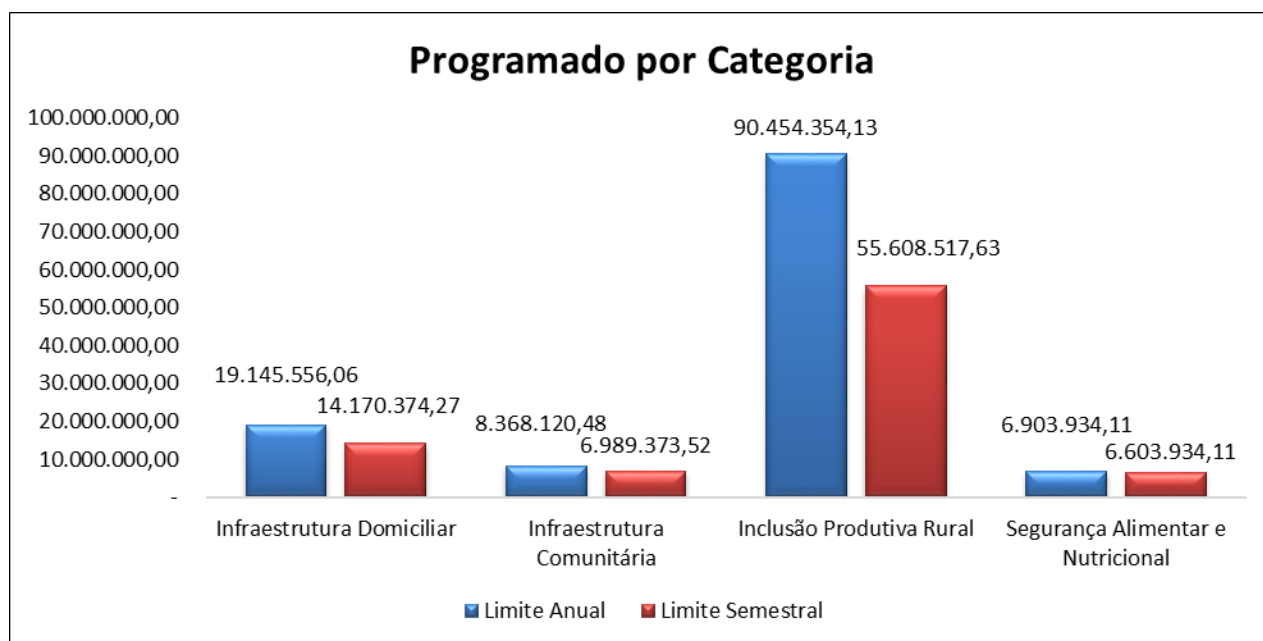
Categoria: Projetos Estruturantes

Subcaracterização dos Projetos	Nº Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-jun		Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
Infraestrutura Domiciliar	6	19.145.556,06	16,23	14.170.374,27	18,46	6.369.209,54	44,95	13,44	3.692.696,06	26,06	9,03
Abastecimento de Água	5	16.949.736,06	14,37	11.974.554,27	15,60	5.219.730,23	43,59	11,01	3.420.600,74	28,57	8,36

Saneamento Básico	1	2.195.820,00	1,86	2.195.820,00	2,86	1.149.479,31	52,35	2,43	272.095,32	12,39	0,67
Infraestrutura Comunitária	2	8.368.120,48	7,09	6.989.373,52	9,10	5.250.415,23	75,12	11,08	2.048.807,09	29,31	5,01
Abastecimento de Água	1	8.068.120,48	6,84	6.689.373,52	8,71	5.020.368,83	75,05	10,59	2.048.807,09	30,63	5,01
Comercialização	1	300.000,00	0,25	300.000,00	0,39	230.046,40	76,68	0,49	-	-	-
Ocupação e Renda: Inclusão Produtiva Rural	35	90.454.354,13	76,68	55.608.517,63	72,44	35.778.969,95	64,34	75,49	35.172.667,72	63,25	85,97
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	4	16.891.449,81	14,32	10.780.081,81	14,04	6.834.134,26	63,40	14,42	6.447.034,13	59,81	15,76
Fomento	31	73.562.904,32	62,36	44.828.435,82	60,94	28.944.835,69	64,57	61,07	28.725.633,59	64,08	70,21
TOTAL GERAL	43	117.968.030,67	100,00	76.768.265,42	100,00	47.398.594,72	61,74	100,00	40.914.170,87	53,30	100,00

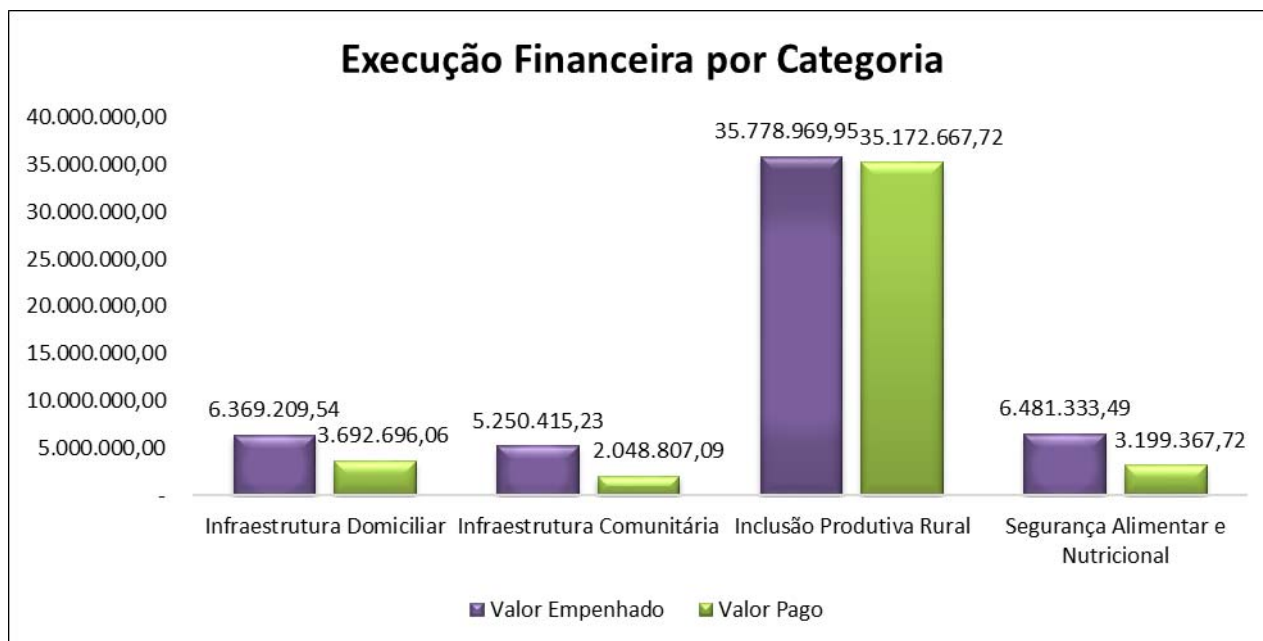
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 12 – Programado por Categoria de Projetos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 13 – Execução Financeira por Categoria de Projetos



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Detalhamos a seguir, dentro das subcategorias acima relatadas, os projetos executados com recursos do FECOP no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Agrário:

3.2.2.1 Segurança Alimentar e Nutricional

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (Art. 3º, da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN – Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A categoria engloba os projetos Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite e Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA). Ambos, embora destaque-se a vertente de SAN, têm dupla funcionalidade, pois atuam tanto no apoio aos produtores de base familiar por meio de ações de incentivo à produção e garantia de venda do produto a preços justos, quanto contribuem para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada fornecendo gratuitamente os produtos adquiridos.

O limite semestral para essa categoria foi de R\$ 6.603.934,11 (seis milhões, seiscentos e três mil, novecentos e trinta e quatro reais e onze centavos), dos quais foram empenhados R\$ 6.481.333,49 (seis milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e quarenta e nove centavos) correspondendo a um desempenho financeiro de 98,14%.

O melhor desempenho financeiro no ano referente aos projetos desta categoria foi do Programa de Aquisição de Alimentos no Ceará (PAA), que empenhou e pagou 100% do valor programado para o período.

O projeto Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite também apresentou bom desempenho no período com valor empenhado de 97,73% e pagando o equivalente a 37,00% do valor programado para período, em que o baixo desempenho no pagamento deve-se a dificuldades no desabastecimento provocado pela estiagem e dificuldades na execução do recurso federal.

Quadro 34 – Execução Financeira dos Projetos Segurança Alimentar e Nutricional

MAPP	Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-Jun			Valor Empenhado			Valor Pago		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	LS/LA(%)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite.	5.403.934,11	78,27	5.403.934,11	100,00	81,83	5.281.333,49	97,73	81,49	1.999.367,72	37,00	62,49
112	Programa de Aquisição de Alimentos.	1.500.000,00	21,73	1.200.000,00	80,00	18,17	1.200.000,00	100,00	18,51	1.200.000,00	100,00	37,51
TOTAL		6.903.934,11	100,00	6.603.934,11	95,65	100,00	6.481.333,49	98,14	100,00	3.199.367,72	48,45	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.2.2 Inclusão Produtiva Rural

- **Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

Seu principal objetivo é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho, a agroindustrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares que sustentam esta política, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela PNATER.

O limite concedido no semestre para os projetos de ATER foi de R\$ 10.780.081,81 (dez milhões, setecentos e oitenta mil, oitenta e um reais e oitenta e uns centavos). Foi empenhado no período R\$ 6.834.134,26 (seis milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e seis centavos) e pago R\$ 6.447.034,13 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, trinta e quatro reais e treze centavos) o que representa um desempenho de 63,40% e 59,81% respectivamente. Nesta categoria destacam-se os projetos Agente Rural e Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.

Quadro 35 – Execução Financeira dos Projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)

MAPP	Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-Jun			Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	LS/LA(%)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
5	Agente Rural	10.000.000,00	59,20	5.678.632,00	56,79	52,68	4.460.026,00	78,54	65,26	4.460.026,00	78,54	69,18
41	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER em Assentamentos Rurais do Estado do Ceará - Práticas de Convivência com o Semi-Árido	1.300.000,00	7,70	1.300.000,00	100,00	12,06	-	-	-	-	-	-
50	Ampliação da Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	1.091.449,81	6,46	801.449,81	73,43	7,43	537.338,31	67,05	7,86	482.337,13	60,18	7,48
183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará.	4.500.000,00	26,64	3.000.000,00	66,67	27,83	1.836.769,95	61,23	26,88	1.504.671,00	50,16	23,34
TOTAL		16.891.449,81	100,00	10.780.081,81	63,82	100,00	6.834.134,26	63,40	100,00	6.447.034,13	59,81	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

- **Fomento**

Os projetos inclusos nesta categoria objetivam o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de recursos físicos e financeiros que contribuam para o aumento da produção e da produtividade das suas unidades de produção. São complementados com atividades de ATER, capacitação e treinamento.

Dentre os principais projetos dessa categoria, pelo valor anual disponibilizado, destaca-se o Programa Garantia Safra que assegura uma renda mínima aos agricultores de base familiar em caso de perdas iguais ou superiores a 50% da produção em função de estiagem. Contribui paralelamente para diminuição do êxodo rural por reduzir os riscos inerentes à agricultura de sequeiro e também para eliminação das práticas assistencialistas no trato da população rural nas ocorrências de seca. Destaca-se ainda o Programa Hora de Plantar, que distribui sementes e mudas de elevado potencial genético, permitindo o aumento da produtividade das culturas e melhor nível de renda dos beneficiários.

Incluem-se ainda nesta categoria o projeto Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará inserindo a agricultura familiar no desenvolvimento de ações voltadas para melhoria do rebanho de leite e de corte contribuindo para a geração de emprego e renda no meio rural. Merece também destaque os projetos de incentivo à agricultura irrigada, que facilitam e orientam para uma convivência com o semiárido mediante a utilização de técnicas tais como a implantação de quintais produtivos mantidos por cisterna de enxurradas e barragens subterrâneas e kits de irrigação.

O valor disponibilizado para esta subcategoria de projetos foi de R\$ 44.828.435,82 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos). Deste valor foi empenhado R\$ 28.944.835,69 (vinte e oito milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos), correspondendo a um desempenho financeiro de 64,57% e foram pagos R\$ 28.725.633,59 (vinte e oito milhões, setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos), correspondendo a 64,08%. Destacamos em termos de valores empenhados e pagos no semestre o projeto Garantia Safra do Ceará, que teve limite semestral de R\$ 24.665.558,40 (vinte e quatro milhões, seiscentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta centavos), sendo empenhado 92,72% deste valor o qual foi totalmente pago no período.

Quadro 36 – Execução Financeira dos Projetos de Fomento

MAPP	Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-Jun			Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	LS/LA (%)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	286.205,68	0,39	286.205,68	100,00	0,64	165.011,43	57,65	0,57	165.011,43	57,65	0,57
10	Hora de Plantar (Distribuição de Sementes e Mudas).	600.000,00	0,82	100.000,00	16,67	0,22	64.487,52	64,49	0,22	7.150,00	7,15	0,02
14	Hora de Plantar (Aquisição e Distribuição de Sementes e Mudas).	17.200.000,00	23,38	1.300.000,00	7,56	2,90	1.307.430,60	100,57	4,52	1.304.130,60	100,32	4,54
32	Tributação de Imóveis	4.500.000,00	6,12	4.500.000,00	100,00	10,04	608.780,00	13,53	2,10	608.780,00	13,53	2,12
67	Rurais	500.000,00	0,68	500.000,00	100,00	1,12	-	-	-	-	-	-
38	Programa Garantia Safra.	28.587.132,00	38,86	24.665.558,40	86,28	55,02	22.869.745,60	92,72	79,01	22.869.745,60	92,72	79,61
56	Cédula da Terra	456.000,00	0,62	228.000,00	50,00	0,51	-	-	-	-	-	-
124	Programa de Expansão e Recuperação da Cajucultura	1.500.000,00	2,04	800.000,00	53,33	1,78	-	-	-	-	-	-
337	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais 2015	111.989,75	0,15	37.181,60	33,20	0,08	-	-	-	-	-	-
340	São José III - Componente 1 - Inclusão Econômica - Implantação de Projetos Produtivos	2.900.574,60	3,94	548.208,60	18,90	1,22	-	-	-	-	-	-
349	PRODETER - Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	95.534,33	0,13	95.534,33	100,00	0,21	10.927,23	11,44	0,04	-	-	-
350		113.532,98	0,15	113.532,98	100,00	0,25	-	-	-	-	-	-
362	Implantação de Projetos de Produção Agroecológico Integrado e Sustentável - PAIS.	600.002,03	0,82	600.002,03	100,00	1,34	-	-	-	-	-	-

363	Kits de Irrigação (1)	200.000,00	0,27	200.000,00	100,00	0,45	-	-	-	-	-	-
365	Implementação de Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas.	2.497.468,65	3,40	998.987,46	40,00	2,23	-	-	-	-	-	-
372	Kits de Irrigação (2)	100.000,00	0,14	100.000,00	100,00	0,22	-	-	-	-	-	-
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	238.366,53	0,32	238.366,53	100,00	0,53	179.087,35	75,13	0,62	31.450,00	13,19	0,11
374	Desenvolvimento da Caprinocultura Leiteira.	371.548,90	0,51	371.548,90	100,00	0,83	283.829,32	76,39	0,98	283.829,32	76,39	0,99
377	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura do Estado do Ceará	79.560,00	0,11	79.560,00	100,00	0,18	-	-	-	-	-	-
378	Kits de Irrigação (3)	500.000,00	0,68	500.000,00	100,00	1,12	-	-	-	-	-	-
387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas no Estado do Ceará.	203.549,11	0,28	203.549,11	100,00	0,45	196.450,89	96,51	0,68	196.450,89	96,51	0,68
390	Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas e Barragens Subterrâneas (2)	1.126.269,79	1,53	844.702,34	75,00	1,88	-	-	-	-	-	-
418	Formação de Pastagens para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido.	32.617,80	0,04	32.617,80	100,00	0,07	-	-	-	-	-	-
430	Modernização da Cadeia Produtiva da Mandiocultura	115.000,00	0,16	115.000,00	100,00	0,26	-	-	-	-	-	-
431	Organização, Ampliação e Estruturação da Cadeia Produtiva do Biodiesel	177.193,85	0,24	57.953,00	32,71	0,13	-	-	-	-	-	-

434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	1.640.235,91	2,23	1.640.235,91	100,00	3,66	-	-	-	-	-	-
440	Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	232.560,00	0,32	232.560,00	100,00	0,52	-	-	-	-	-	-
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 1: Desenvolvimento de Capacidades	2.308.896,89	3,14	769.632,30	33,33	1,72	-	-	-	-	-	-
452	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades – Projeto Paulo Freire/FIDA – Componente 2: Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental	1.709.166,67	2,32	90.000,00	5,27	0,20	-	-	-	-	-	-
471	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	241.413,10	0,33	241.413,10	100,00	0,54	-	-	-	-	-	-
480	Centro de Produção de Mudas de Palma Forrageira Para Alimentação Animal - REPALMA	800.000,00	1,09	800.000,00	100,00	1,78	-	-	-	-	-	-
495	Águas do Baixo Jaguaribe	3.259.085,75	4,43	3.259.085,75	100,00	7,27	3.259.085,75	100,00	11,26	3.259.085,75	100,00	11,35
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	279.000,00	0,38	279.000,00	100,00	0,62	-	-	-	-	-	-
TOTAL		73.562.904,32	100,00	44.828.435,82	60,94	100,00	28.944.835,69	64,57	100,00	28.725.633,59	64,08	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.2.3 Infraestrutura

Segundo classificação adotada pela Gerência Executiva do FECOP, essa subcategoria divide-se em Infraestrutura Comunitária, quando toda comunidade é beneficiada com o produto do projeto, e Infraestrutura Domiciliar, quando o benefício restringe-se ao âmbito do indivíduo e/ou da família.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário executa projetos nas duas dimensões, os quais envolvem basicamente ações de saneamento básico, construção e reforma de equipamentos públicos. Para esse grupo foi autorizado o limite semestral de R\$ 21.159.747,79 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e nove centavos), dos quais foram empenhados R\$ 11.619.624,77 (onze milhões, seiscentos e dezenove mil, seiscentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos), representando um desempenho financeiro semestral de 54,91%. Já em termos de valores pagos atingiu o valor de R\$ 5.741.503,15 (cinco milhões, setecentos e quarenta e um mil, quinhentos e três reais e quinze centavos), perfazendo um índice de 27,13%.

- **Infraestrutura Comunitária**

Inclui projetos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e a implantação de estruturas de comercialização e de comunicação. O valor da fonte FECOP alocado no período para os projetos foi de R\$ 6.989.373,52 (seis milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e três reais e cinquenta e dois centavos), sendo empenhado e pago neste período valores que correspondem a 75,12% e 29,31% respectivamente.

Apenas dois projetos desta categoria apresentaram execução financeira, o projeto São José III – Componente 2 – Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado, que conta com financiamento externo e no qual o FECOP se constitui na contrapartida do Estado no acordo de empréstimo, e o projeto Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.

O Projeto São José III tem como foco o fortalecimento da agricultura familiar e o bem-estar das comunidades rurais. A perspectiva é aumentar a inserção econômica, financiando projetos no âmbito de cadeias produtivas. Tem como objetivos principais: promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ações voltadas à consolidação da produção e comercialização da agricultura familiar; contribuir para a universalização do direito à água potável e ao esgotamento sanitário, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais

do Estado; viabilizar a participação qualificada e o controle social dos beneficiários e suas organizações nas ações de gestão do desenvolvimento local; e estimular as relações de complementaridade entre os programas governamentais.

Os beneficiários principais são os agricultores familiares, que desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas em comunidades rurais, bem como famílias rurais sem acesso à água potável e esgotamento sanitário, sendo esses representados por suas associações comunitárias, associações de produtores, cooperativas, condomínios ou outros tipos de organizações legalmente constituídas.

O projeto de Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar visa colaborar para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da disponibilização de veículos e equipamentos que facilitarão o escoamento da produção de acordo com as normas sanitárias pertinentes, diminuindo os riscos de perecibilidade e melhorando a qualidade higiênico-sanitária dos alimentos adquiridos. Contribui paralelamente para a melhoria da qualidade dos produtos armazenados e distribuídos, beneficiando diretamente as pessoas que participam de programas sociais, assistidos por entidades socioassistenciais beneficiárias do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da atuação direta em 93 municípios beneficiados pelo Programa.

- **Infraestrutura Domiciliar**

Esse grupo inclui projetos que objetivam disponibilizar água para consumo humano e obteve recursos do FECOP para contrapartida de recursos captados junto ao Governo Federal no âmbito do Programa Água para Todos. Em sua totalidade estes projetos apresentaram um orçamento para o primeiro semestre no valor de R\$ 14.170.374,27 (quatorze milhões, cento e setenta mil, trezentos e setenta e quatro reais e vinte e sete centavos). Em se tratando de valores empenhados, alcançou um desempenho de 44,95%, correspondente ao valor de R\$ 6.369.209,54 (seis milhões, trezentos e sessenta e nove mil, duzentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos) dos quais foram pagos R\$ 3.692.696,06 (três milhões, seiscentos e noventa e dois mil, seiscentos e noventa e seis reais e seis centavos), o qual representa um percentual de 26,06% sobre o valor concedido para o período.

A implantação de Cisternas e Sistemas de Abastecimento de Água tem como objetivo principal contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais, notadamente para as populações dispersas, disponibilizando-a com a quantidade e a qualidade necessária ao consumo humano.

Quadro 37 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Comunitária

MAPP	Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-Jun			Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	LS/LA (%)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
341	São José III - Componente 2 - Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado.	8.068.120,48	96,41	6.689.373,52	82,91	95,71	5.020.368,83	75,05	95,62	2.048.807,09	30,63	100,00
477	Apoio à Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	300.000,00	3,59	300.000,00	100,00	4,29	230.046,40	76,68	4,38	-	-	0,00
TOTAL		8.368.120,48	100,00	6.989.373,52	83,52	100,00	5.250.415,23	75,12	100,00	2.048.807,09	29,31	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Quadro 38 – Execução Financeira dos Projetos Estruturantes / Infraestrutura Domiciliar

MAPP	Projetos	Limite Anual		Limite Semestral Jan-Jun			Valor Empenhado até Junho			Valor Pago até Junho		
		R\$	Part (%)	R\$ (a)	LS/LA (%)	Part (%)	R\$ (b)	b/a (%)	Part (%)	R\$ (c)	c/a (%)	Part (%)
353	Construção de Cisternas de Placas.	2.114.644,95	11,05	845.857,98	40,00	7,06	123.125,20	14,56	1,93	36.545,20	4,32	0,99
385	Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água.	10.853.188,00	56,69	7.317.485,82	67,42	61,11	4.995.967,27	68,27	78,44	3.357.405,69	45,88	90,92
389	Construção de Cisternas de Placas (2)	2.195.820,00	11,47	2.195.820,00	100,00	100,00	1.149.479,31	52,35	18,05	272.095,32	12,39	7,37
457	Implantação de Cisternas de Polietileno - Água para todos	2.937.182,55	15,34	2.937.182,55	100,00	24,53	-	0,00	0,00	-	-	0,00
460	Implantação de Unidades de Tratamento Microbiológico e Fluoretação de sistemas de abastecimento de Água	361.950,00	1,89	361.950,00	100,00	3,02	27.000,00	7,46	0,42	-	-	0,00
476	Construção de Cisternas de Placas (3)	682.770,56	3,57	512.077,92	75,00	4,28	73.637,76	14,38	1,16	26.649,85	5,20	0,72
TOTAL GERAL		19.145.556,06	100,00	14.170.374,27	74,01	200,00	6.369.209,54	44,95	100,00	3.692.696,06	26,06	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.3 Aplicação de Recursos Por Macrorregião

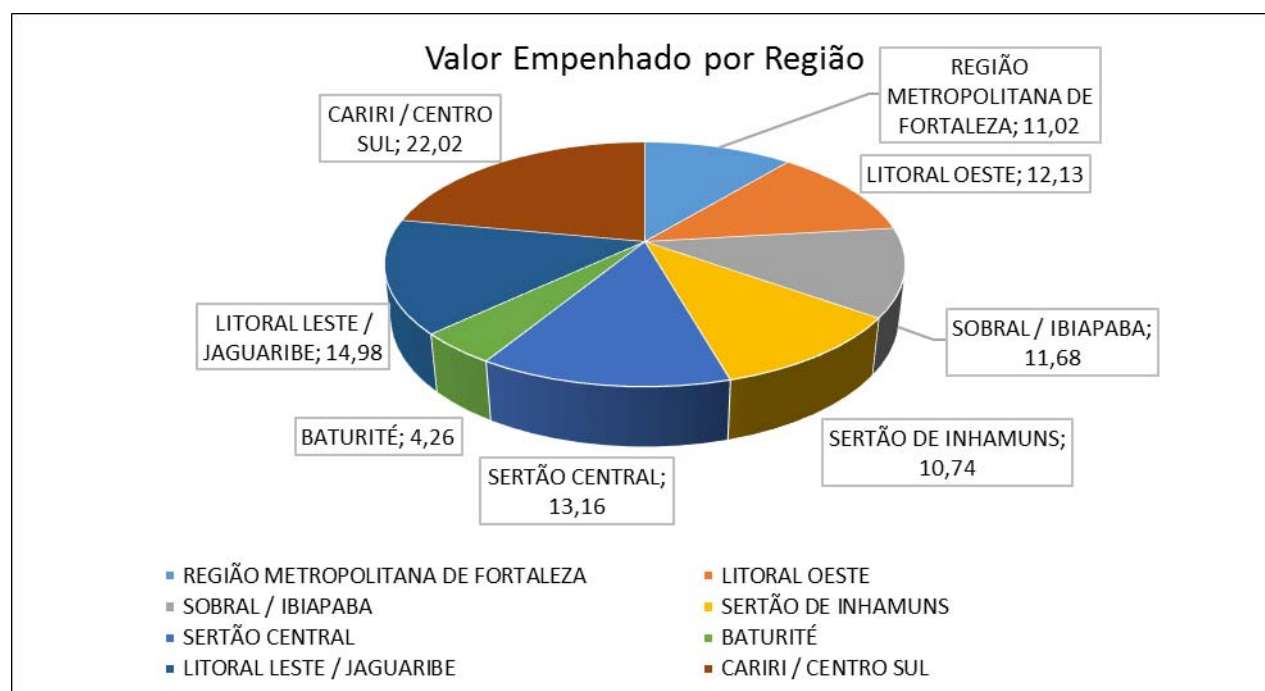
Quadro 39 - Distribuição dos Recursos

Descrição	Empenhado	(%)	População Beneficiada	(%)
REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	5.935.818,37	11,02	83.642	5,76
LITORAL OESTE	6.537.043,64	12,13	119.182	8,21
SOBRAL / IBIAPABA	6.291.994,77	11,68	184.317	12,70
SERTÃO DE INHAMUNS	5.788.431,40	10,74	192.076	13,24
SERTÃO CENTRAL	7.093.022,86	13,16	271.389	18,70
BATURITÉ	2.296.055,33	4,26	77.056	5,31
LITORAL LESTE / JAGUARIBE	8.072.926,80	14,98	140.523	9,68
CARIRI / CENTRO SUL	11.864.635,04	22,02	383.049	26,39
Total	53.879.928,21	100,00	1.451.234	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

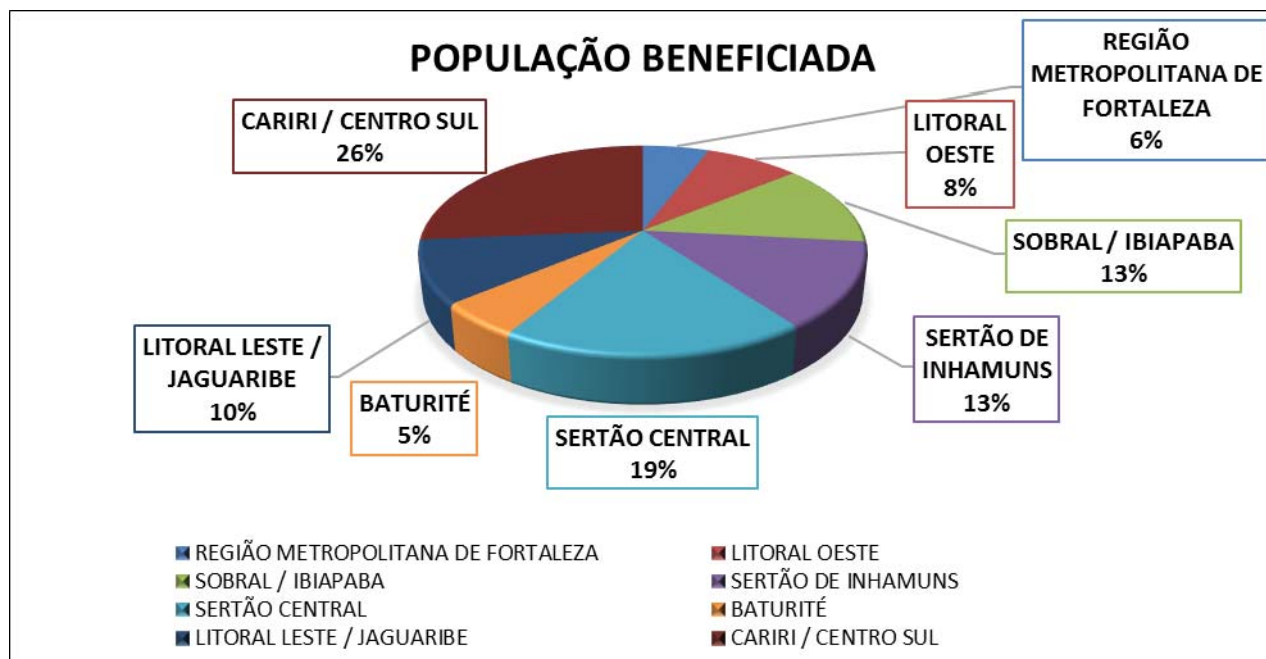
A aplicação de recursos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA no primeiro semestre de 2015 é registrada em todas as regiões e municípios do Estado do Ceará, intensificando-se naquelas que apresentam aspectos mais vulneráveis, incluindo os climáticos, como é o caso do Sertão Central e Sertão dos Inhamuns e da Região do Cariri, que constitui-se na região mais populosa do estado, excluindo-se a RMF, com significativa participação da agricultura familiar no conjunto de estabelecimentos agrícolas.

Gráfico 14 - Part (%) Valores Empenhados por Região



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 15 - Part (%) População Beneficiada por Região



Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.2.4 Principais Resultados/Dificuldades

Resultados

- Prestada Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a 55.963 agricultores familiares, beneficiando um total de 235.422,80 pessoas;
- Formados 106 Agentes Rurais nos aspectos tecnológicos, gerenciais e organizacionais das atividades agrícolas e não-agrícolas desenvolvidas pelos agricultores familiares;
- Adquiridos e distribuídos 5.843.981 litros de leite bovino pasteurizado tipo C;
- Adquiridos e distribuídos 168.634 litros de leite caprino padronizado;
- Acompanhada a execução dos 19.680 projetos de estruturação produtiva da Unidade de Produção Familiar (UPF);
- Implantados 2.401 Módulos Sanitários beneficiando 12.005 pessoas em 38 municípios no âmbito do Projeto São José III;
- Implantados 30 Sistemas de Abastecimento de Água beneficiando 17.670 pessoas em 17 municípios no âmbito do Projeto São José III;
- Implantadas 8.693 Cisternas de Placas, beneficiando 43.370 pessoas;
- Implantadas 2.055 Cisternas de Enxurrada, beneficiando 10.275 pessoas;
- Realizadas 378.849 inscrições de agricultores familiares do Programa Garantia Safra;
- Beneficiados 2.760 agricultores (as) familiares aquisição de produtos da agricultura familiar do Programa de Aquisição de Alimentos;
- Beneficiados 689 rizicultores dos Perímetros Irrigado de Morada Nova e Limoeiro do Norte com 1.687 hectares de áreas subsidiadas com subvenção econômica;
- Implantadas 51 unidades de tratamento microbiológico e fluoretação, beneficiando 10.220 pessoas;
- Beneficiadas diretamente 303 famílias com culturas irrigadas, sendo 104 no Projeto Alagamar, 69 no Projeto Curupati e 130 no Projeto Mandacaru;
- Distribuídas 3.134.200Kg de sementes selecionadas das culturas de feijão, milho, sorgo, capim e mamona aos agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- Distribuídas 1.057m³ de mandioca, 154.150 mudas de cajueiro anão precoce e 2.018.375 raquetes de palma forrageira e 50.355 mudas de essências florestais com os agricultores beneficiados do Programa Hora de Plantar;
- Regularizado o quadro social de 580 famílias, junto às associações;
- Adquiridas 150 colmeias para produção de mel, beneficiando 80 pessoas na cadeia produtiva da apicultura;

- Implantados 38 sistemas de abastecimentos de água no âmbito do Programa Água para Todos;
- Implantados 5.665 ha com oleaginosas, atendendo 2.656 agricultores familiares no âmbito do Programa Biodiesel.

Dificuldades

- Demora na aprovação e publicação da Lei autorizativa dos planos de negócios do componente de inclusão econômica do Projeto São José III, acarretando consequente atraso na elaboração dos convênios de despesa junto às associações beneficiárias dos projetos FECOP;
- Dificuldade na fiscalização da execução de projetos executivos de Sistemas de Abastecimento de Água Simplificado oriundas do Projeto São José III, ocasionada por falta de pessoal das Colaboradoras;
- A qualidade das prestações de contas apresentadas pelos convenientes ocasiona demora na liberação das parcelas dos convênios de despesa, por estarem condicionadas à aprovação das mesmas;
- Inadimplência por parte das Entidades conveniadas, restringindo o repasse de recursos;
- Intervalo entre o término e reinício do período de concessão de bolsas de Agentes Rurais;
- Extrema irregularidade da quadra chuvosa;
- Demora por parte das empresas contratadas na apresentação das medições de execução;
- Atraso na evolução das etapas de inscrição, seleção e adesão do Garantia Safra;
- Falta de capacitação inicial e continuada dos bolsistas de transferência tecnológica;
- Cancelamento de bolsas sem a substituição imediata;
- Desabastecimento de leite provocado pela estiagem;
- Atraso e/ou demora nos repasses dos recursos federais ocasionado pela necessidade de ajustes técnicos nos projetos;
- Atraso e/ou demora na formalização de convênios de receita;
- Atraso e/ou demora no processo de contratação de empresas licitadas, devido ausência de documentação necessária;
- Atraso e/ou demora na liberação de recursos por parte da Caixa Econômica Federal no que se refere aos contratos de repasse.

3.3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

3.3.1. Aspectos Gerais

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS tem como missão contribuir para a elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, por meio da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional. Para alcançar os objetivos pretendidos, conta-se com os recursos complementares do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, na ordem de R\$71.381.382,94 (setenta e um milhão, trezentos e oitenta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo que para o primeiro semestre do ano foram programados R\$34.140.850,98 (trinta e quatro milhões, cento e quarenta mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos), que oportunizou o atendimento a 288.425 pessoas por meio da execução de 31 projetos que contemplam serviços e ações de enfrentamento à pobreza.

Convém registrar que o índice de execução financeira da STDS no 1º semestre de 2015 foi de R\$22.935.850,98 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos) que representa 67,18% do valor total dos recursos programados para o período. Tais recursos suplementaram as destinações orçamentárias da União e financiaram integralmente a implementação das ações orçamentárias programadas para o combate à pobreza, seja na forma de contrapartida, de transferência direta aos municípios via convênios, cofinanciamento com repasse fundo a fundo, ou como repasse a organizações não governamentais, que desenvolvem projetos em parceria com o Estado.

Do total de projetos financiados, vinte e três (18) são voltados à área de Assistência Social, nove (09) de Inclusão Produtiva de seus beneficiários, através de ações de capacitação/fomento, e, por último, (04) quatro destinados à Infraestrutura Comunitária. Também é importante frisar que todos os projetos aprovados no período em análise são de continuidade.

Ressalta-se ainda que a maioria dos projetos em execução tem como fonte de financiamento somente os recursos oriundos do FECOP, com exceção dos que se seguem: Política Integrada de Economia Solidária, Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no município de Sobral e a Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte e o Cofinanciamento do Serviço de Proteção à Família – PAIF. O primeiro é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e os demais com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) tem como missão contribuir para elevação da qualidade de vida da população cearense, sobretudo dos segmentos socialmente vulnerabilizados, através da coordenação e execução das Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

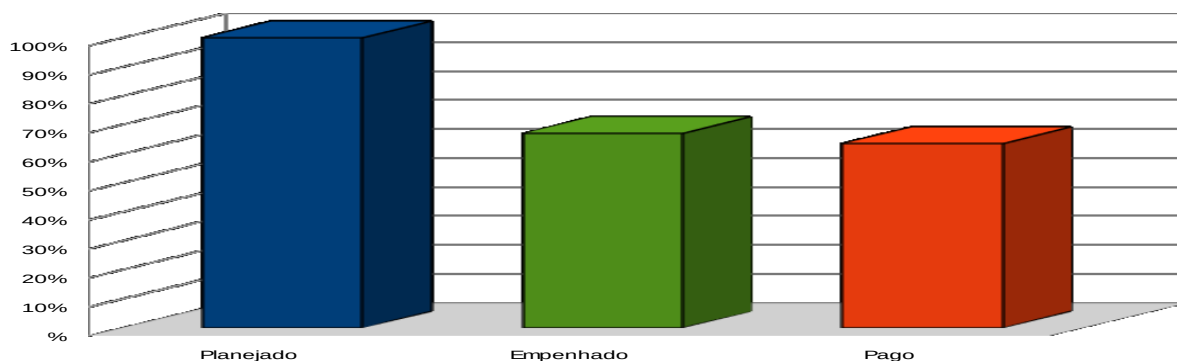
Quadro 40 - Execução Financeira da STDS

Nº	Mapp	Projeto	Limite anual	Limite jan-jun	Valor empenhado	%	Valor pago	%
1	08	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	3.300.000,00	825.000,00	825.000,00	100	825.000,00	100
2	40	Criando Oportunidade – Qualificação Profissional do Trabalhador Cearense	850.000,00	212.500,00	0,00	0	0,00	0
3	13	Estação Família	1.400.000,00	600.000,00	0,00	0	0,00	0
4	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	172.148,00	166.300,59	97	166.300,59	97
5	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	2.690.490,30	2.098.346,64	78	2.091.713,56	78
6	17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.400.000,00	3.382.362,92	3.320.513,63	98	2.992.958,01	88
7	18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	969.330,00	915.227,03	94	913.028,55	94
8	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	1.153.312,00	1.008.140,33	87,41	1.003.622,28	87,02
9	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	1.110.500,00	1.098.700,00	98,94	1.084.450,00	97,65
10	23	Juventude Empreendedora	1.450.000,00	725.000,00	506.023,49	69,80	506.023,49	69,80
11	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.600.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	3.442.500,00	3.377.700,00	98,12	3.326.400,00	96,63
13	26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.350.000,00	950.000,00	70,37	950.000,00	70,37
14	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00	3.050.349,98	1.734.783,50	56,87	1.728.812,06	56,68
15	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	32	Investimento Cidadão	650.000,00	282.240,00	137.760,00	48,81	137.760,00	48,81
17	34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	802.000,00	478.000,00	59,60	473.500,00	59,04

18	43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.101.209,52	837.933,60	76,09	837.933,60	76,09
19	44	Primeiro Passo	8.000.000,00	3.693.945,00	1.356.964,40	36,73	1.340.424,20	36,29
20	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	250.000,02	244.696,65	97,88	244.696,65	97,88
21	71	Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	600.000,00	473.640,27	78,94	473.640,27	78,94
22	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00
23	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo dos Idosos.	559.919,12	559.919,12	0,00	0,00	0,00	0,00
24	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviços (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	1.896.580,50	1.858.756,25	98,01	1.769.956,25	93,32
25	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	475.000,00	63,33	475.000,00	63,33
26	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	0,00	0,00	0,00	0,00
27	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	675.203,84	675.203,84	675.203,84	100	0,00	0,00
28	181	Geração Livre	200.000,00	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
29	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	1.444.170,35	1.444.170,35	291.961,18	20,22	243.981,18	16,89
31	258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	21.794,31	20,40	21.794,31	20,40
Total			71.381.382,94	34.140.850,98	22.935.850,98	67,18	21.690.326,00	63,53

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 16 – Percentual de Recursos Planejados/Empenhados/Pagos



3.3.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela STDS incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, nas modalidades Proteção Social Básica e Proteção Social Especial e Projetos Estruturantes nas subcategorias Inclusão Produtiva Urbana e Infraestrutura Comunitária.

Projetos Assistenciais:

- Proteção Social Básica, envolvendo os projetos de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos conforme identificação da vulnerabilidade apresentada;
- Proteção Social Especial, agregando os projetos que tem como foco as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados;

Projetos Estruturantes:

- Inclusão Produtiva Urbana que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho.
- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda a comunidade.

3.3.2.1. Projetos Assistenciais

Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Os projetos da Proteção Social Básica são prestados de forma articulada às seguranças afiançadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais. Tal estratégia fortalece as potencialidades familiares e amplia o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Esta área de trabalho recebeu apoio financeiro do FECOP para execução de 10 projetos, com o orçamento semestral de R\$13.292.244,94 (treze milhões duzentos e noventa e dois mil duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) dos quais foram aplicados R\$10.580.737,64 (dez milhões quinhentos e oitenta mil setecentos e trinta e sete reais

sessenta e quatro centavos), que representam 79,60% do planejado, conforme o quadro a seguir:

Quadro 41 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Proteção Social Básica

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	13	Estação Família	1.400.000,00	600.000,00	0,00	0	0,00	0
2	17	Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Círcos e CIP'S)	6.400.000,00	3.382.362,92	3.320.513,63	98	2.992.958,01	88
3	18	Espaço Viva Gente	1.950.000,00	969.330,00	915.227,03	94	913.028,55	94
4	19	Famílias Desafios e Inclusão Social	2.200.000,00	1.153.312,00	1.008.140,33	87,41	1.003.622,28	87,02
5	23	Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza (Proteção Social Básica)	2.150.000,00	1.110.500,00	1.098.700,00	98,94	1.084.450,00	97,65
6	24	Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social)	2.600.000,00	1.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF	7.300.000,00	3.442.500,00	3.377.700,00	98,12	3.326.400,00	96,63
8	32	Investimento Cidadão	650.000,00	282.240,00	137.760,00	48,81	137.760,00	48,81
9	34	Terceira Idade Cidadã	1.450.000,00	802.000,00	478.000,00	59,60	473.500,00	59,04
10	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	500.000,00	250.000,02	244.696,65	97,88	244.696,65	97,88
Total			26.600.000,00	13.292.244,94	10.580.737,64	79,60	10.176.415,49	76,55

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Destaca-se o projeto voltado para o Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, que consiste no trabalho social desenvolvido junto as famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva do núcleo familiar, prevenindo a ruptura de seus vínculos familiares e comunitários, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

O projeto é executado junto às famílias socialmente vulneráveis, residentes nos territórios de abrangência dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS).

O cofinanciamento estadual consolida a corresponsabilidade do poder público estadual no fortalecimento e na melhoria da qualidade do Serviço. O cofinanciamento é concretizado através do repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Vale destacar que no período de 22 a 24 de junho de 2015 foi realizada a Capacitação das Equipes de Referência dos CRAS de 12 municípios (Amontada, Barroquinha, Boa Viagem, Capistrano, Granja, Itarema, Miraíma, Morrinhos, Mucambo, Quiterianópolis, Trairi e Viçosa do Ceará) do Programa de Resultados do Ceará - PforR, com a participação de 60 pessoas.

Registra-se, ainda, as ações dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, implementadas através dos projetos voltados a idosos, deficientes, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, dentre outros.

Nesse contexto, destacam-se os projetos Espaço Viva Gente, que se caracteriza como uma unidade pública integrante da rede socioassistencial com função de proteção social básica junto às crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir os riscos sociais através da implementação de estratégias de arte-cultura, esporte e qualificação profissional para o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Com o mesmo foco, evidencia-se o projeto Polos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais cujo objetivo é fortalecer a cidadania de crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 17 anos através de ações que visem o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários que se encontram em situação de vulnerabilidade social. As atividades socioeducativas, estão consolidadas nos eixos estratégicos: esporte, nutrição, arte e cultura, informática e trabalho com as famílias.

As ações são ofertadas nos contraturnos da escola, de forma que os usuários possam ter um atendimento complementar à jornada escolar. O referido projeto é executado em parceria com entidade comunitária e deste modo busca a participação de representantes da sociedade civil e a divisão de responsabilidades na solução dos problemas vivenciados pelo público alvo.

As ações voltadas para a prática esportiva em diversas modalidades como futebol, voleibol e futsal juntamente às de arte e cultura mobilizaram principalmente as crianças e os adolescentes. Observa-se que os esportes coletivos contribuem para a melhoria da autoestima

e fortalece o espírito de equipe, de disciplina e de tolerância à frustração, além de atuar como uma ferramenta de socialização positiva, para aumentar a rede social do adolescente.

Outra ação da proteção básica com bastante importância foi o investimento em pessoas com deficiência através do projeto Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social, que concede vales transporte para favorecer frequência aos atendimentos especializados em saúde e ou educação.



Proteção Social Especial (Ação Protetiva)

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar.

No âmbito do FECOP a maioria dos projetos está direcionada aos serviços de acolhida e abrigamento de crianças, adolescentes, idosos e mulheres vítimas de violência.

Complementando o rol de ações, vêm sendo implementados o atendimento de jovens em conflito com a Lei e os serviços de proteção social direcionados a crianças e adolescentes em situação de rua e riscos sociais.

Neste subgrupo estão sendo apoiados 7 projetos, cujo orçamento para 2015 é de R\$16.750.000,00 (dezesseis milhões e setecentos e cinquenta mil reais), sendo que o limite programado para o primeiro semestre foi no valor de R\$7.114.197,60 11.063.935,17 (sete milhões, cento e quatorze mil, cento e noventa e sete reais e sessenta centavos) e executado até junho R\$4.920.695,33 (quatro milhões, novecentos e vinte mil, seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e três centavos) o que corresponde 69,16% do valor planejado para o período.

Quadro 42 - Projetos Assistenciais - Proteção Social Especial

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica – Casa do Caminho	300.000,00	172.148,00	166.300,59	97	166.300,59	97
2	15	Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono – Abrigo Desembargador Olívio Câmara – ADOC e Tia Júlia	5.000.000,00	2.690.490,30	2.098.346,64	78	2.091.713,56	78
3	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS	6.100.000,00	3.050.349,98	1.734.783,50	56,87	1.728.812,06	56,68
4	31	Fortalecimento da Rede de Assistência Social da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
5	43	Idoso Sujeito Pleno	1.950.000,00	1.101.209,52	837.933,60	76,09	837.933,60	76,09
6	181	Geração Livre	200.000,00	99.999,80	83.331,00	83,33	83.331,00	83,33
7	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			16.750.000,00	7.114.197,60	4.920.695,33	69,16	4.908.090,81	68,99

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Merece especial destaque o Projeto Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, executado em Fortaleza e nos

municípios Acarape, Barreira, Chorozinho e Pindoretama. O projeto visa assegurar aos grupos socialmente vulnerabilizados a garantia de proteção social através dos serviços socioassistenciais e de segurança alimentar e nutricional. No que se refere ao cofinanciamento, até a presente data foram cofinanciados 39 municípios.

Dentre as ações voltadas à modalidade de abrigamento, destaca-se o Projeto Idoso Sujeito Pleno que garante proteção integral às pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados.

Da mesma forma são financiadas ações de manutenção dos abrigos Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Abrigo Tia Júlia. Essas unidades de acolhimento atendem crianças e adolescentes encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude e excepcionalmente pelos órgãos de defesa dos direitos de crianças e adolescentes (como Conselho Tutelar, Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS, entre outros) que se encontram em situação de risco pessoal e social, na condição de abandono ou temporariamente impossibilitadas de permanecer com a família, enquanto são tomadas medidas de retorno ao lar ou de possível adoção, no caso de não haver possibilidade de retorno à família biológica.

Registra-se ainda que todos os serviços de Proteção Social Especial atuam diretamente ligados ao Sistema de Garantia de Direito - SGD, que é a articulação e a integração de várias instâncias do poder público na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Compõem este sistema órgãos como: Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência Defensoria Pública dentre outros. Na prática, o SGD visa dar celeridade a todas as questões que envolvam esses segmentos mais vulnerabilizados.



3.3.2.2. Projetos Estruturantes

Inclusão Produtiva Urbana (Fomento e Capacitação)

Os projetos de Inclusão Produtiva coordenados pela STDS têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, incentivo à economia popular e solidária e ações de geração de ocupação e renda.

Para tanto, no período analisado, foram financiados 09 (nove) projetos de inclusão produtiva, sendo 05 direcionados para o fortalecimento do capital humano através das ações de capacitação e 03 (três) que contemplam investimento em qualificação profissional articulada com ações de fomento, que vão gerar bens e aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os excluídos dos processos produtivos.

Para tanto foram aportados recursos da ordem de R\$24.456.850,00 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e seis mil, oitocentos e cinquenta reais) do Fundo Estadual de Combate à

Pobreza – FECOP, sendo que o limite programado para o primeiro semestre foi no valor de R\$10.159.875,50 (dez milhões, cento e cinquenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) e aplicados R\$6.467.178,72 (seis milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e oito reais e setenta e dois centavos), equivalente a 63,65% em relação ao valor programado.

Quadro 43 - Projetos de Inclusão Produtiva Urbana

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	8	Criando Oportunidade – Qualificação	3.300.000,00	825.000,00	825.000,00	100	825.000,00	100
2	40	Profissional do Trabalhador Cearense	850.000,00	212.500,00	0,00	0	0,00	0
3	23	Juventude Empreendedora	1.450.000,00	725.000,00	506.023,49	69,80	506.023,49	69,80
4	26	Artesanato Competitivo	1.500.000,00	1.350.000,00	950.000,00	70,37	950.000,00	70,37
5	44	Primeiro Passo	8.000.000,00	3.693.945,00	1.356.964,40	36,73	1.340.424,20	36,29
6	71	Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	600.000,00	473.640,27	78,94	473.640,27	78,94
7	93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviços (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	7.500.000,00	1.896.580,50	1.858.756,25	98,01	1.769.956,25	93,32
8	130	Implementação do Centro de Referência do Artesanato do Cariri	750.000,00	750.000,00	475.000,00	63,33	475.000,00	63,33
9	258	Política Integrada de Economia Solidária	106.850,00	106.850,00	21.794,31	20,40	21.794,31	20,40
Total			24.456.850,00	10.159.875,50	6.467.178,72	63,65	6.361.838,52	62,61

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Com a finalidade de fortalecer o capital humano, destaca-se o projeto Primeiro Passo, que atende jovens com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino fundamental ou médio. Também contempla os egressos do ensino público com renda de até ½ salário-mínimo.

O projeto está dividido em três linhas de ação, a saber: jovem Aprendiz, que oferta cursos de formação técnico-profissional e inserção no mercado de trabalho; Jovem Estagiário, que encaminha jovens para estagiar em empresas privadas e órgãos públicos; e Jovem Bolsista, que oferta cursos de qualificação profissional e concede bolsa de capacitação.

Na Linha de Ação Estágio Remunerado, os jovens são encaminhados para os diversos Órgãos governamentais e empresas privadas, como: Casa Civil, Secretaria das Cidades, Secretaria do Esporte, Secretaria da Educação, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento e

Gestão, Cafaz Saúde, Cafaz Seguros, entre outras, para realização de estágio durante 06 (seis) meses, tendo sua remuneração paga pelo projeto. Na Linha de Ação Jovem Estagiário, os jovens são encaminhados para órgãos governamentais com destaque para a STDS, Justiça Federal, TRE, TCE, entre outros e o pagamento da bolsa é realizado pelo próprio órgão no qual o jovem está lotado.

Na Linha de Ação Jovem Bolsista foram iniciados os cursos em Fortaleza na rede de Atendimento do CITS-STDS, com 07 turmas, na Rede CUCA (Mondubim, Jangurussu e Barra do Ceará), da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com 15 turmas, sendo ofertados os cursos de: Agente Operacional de Turismo, Agente Administrativo, Auxiliar Administrativo, Corte e Costura, Segurança do Trabalho, Informática Avançada, Fotografia e Manutenção de Computadores.

Ainda na área da capacitação juvenil, foi implementado o projeto CE- Jovem Aprendizagem em Serviço cujo objetivo é beneficiar jovens com idade entre 16 e 24 anos, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio, assim como os egressos, oriundos do ensino público e com renda per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, para torná-los empreendedores ou aprendizes. Este projeto contempla duas linhas de ação: Empreendedor Juvenil, que capacita os jovens para se tornarem empreendedores e Jovem Aprendiz, que qualifica os jovens através de formação técnico-profissional e insere-os, concomitantemente, em empresas privadas, de acordo com a Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000.

Na linha de fomento é importante assinalar o projeto Criando Oportunidade: Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense cujo objetivo é contribuir para consolidar a política de geração de emprego, trabalho e renda preconizada pelo Governo do Estado, articulada com outras políticas públicas, na perspectiva do fortalecimento da cidadania e ampliação das oportunidades de inserção dos cidadãos cearenses em situação de vulnerabilidade social e econômica no mundo do trabalho. Para alcance desses objetivos no período em análise foram constituídas 10 turmas nas tipologias de Costureiro, Manicure e Pedicuro, nos municípios de Caucaia, Coreaú, Guaramiranga e Trairí. Além disso, outras 05 turmas foram formadas para atender jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nas tipologias: textura de parede, jardinagem e confecção de sabonete. Estão em andamento temos 12 turmas nos municípios de Amontada, Aratuba, Itaitinga, Limoeiro do Norte, Trairí e Fortaleza.

Infraestrutura Comunitária

Os projetos de Infraestrutura Comunitária engloba ações cujo produto gerado é apropriado pela comunidade, garantindo a melhoria de edificações públicas para atendimento aos segmentos socialmente vulnerabilizados. Destaca-se a Construção dos Abrigos e a Construção de Unidades Socioeducativas.

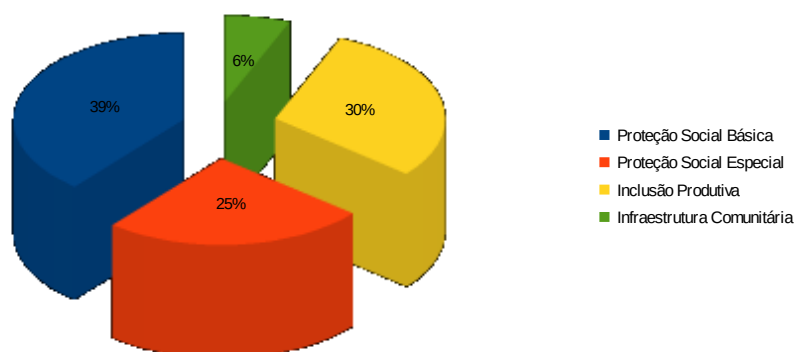
Nesta categoria foram aprovados R\$3.574.532,94 (três milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e dois reais e noventa e quatro centavos), com limite semestral de igual valor, sendo executados no semestre o valor R\$967.165,02 (novecentos e sessenta e sete mil, cento e sessenta e cinco reais e dois centavos) que representam 27,05% da programação do período.

Quadro 44 - Execução Financeira – Projetos da Categoria Infraestrutura Comunitária

Nº	MAPP	Secretarias/Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	25.317,85	25.317,85	0,00	0,00	0,00	0,00
2	88	Construção e Equipamentos para o Abrigo dos Idosos.	559.919,12	559.919,12	0,00	0,00	0,00	0,00
3	152	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Sobral.	869.921,78	869.921,78	0,00	0,00	0,00	0,00
4	170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	675.203,84	675.203,84	675.203,84	100	0,00	0,00
5	222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL).	1.444.170,35	1.444.170,35	291.961,18	20,22	243.981,18	16,89
Total			3.574.532,94	3.574.532,94	967.165,02	27,05	243.981,18	6,82

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Gráfico 17 - Projetos Financiados por Eixo de Atuação X Recursos Planejados



Fonte: STDS



3.3.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no primeiro semestre de 2015, no valor de R\$22.935.776,71 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e seis e setenta e um centavos), tem-se que 72,29% dos recursos da STDS foram aplicados na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, seguido pela região Cariri/Centro sul com 9,94% e em terceiro lugar Sertão Central com 4,39%, conforme o quadro a seguir.

Quadro 45 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	16.579.961,33	72,29	80.372	27,86
2-LITORAL OESTE	974.802,58	4,25	36.160	12,55
3-SOBRAL/IBIAPABA	680.270,00	2,97	35.346	12,25
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	462.710,92	2,02	21.280	7,37
5-SERTÃO CENTRAL	1.006.040,00	4,39	27.277	9,45
6-BATURITÉ	590.868,55	2,58	13.339	4,64
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	362.256,00	1,58	18.114	6,28
8-CARIRI/CENTRO SUL	2.278.867,33	9,94	56.537	19,60
TOTAL	22.935.776,71	100	288.425	100

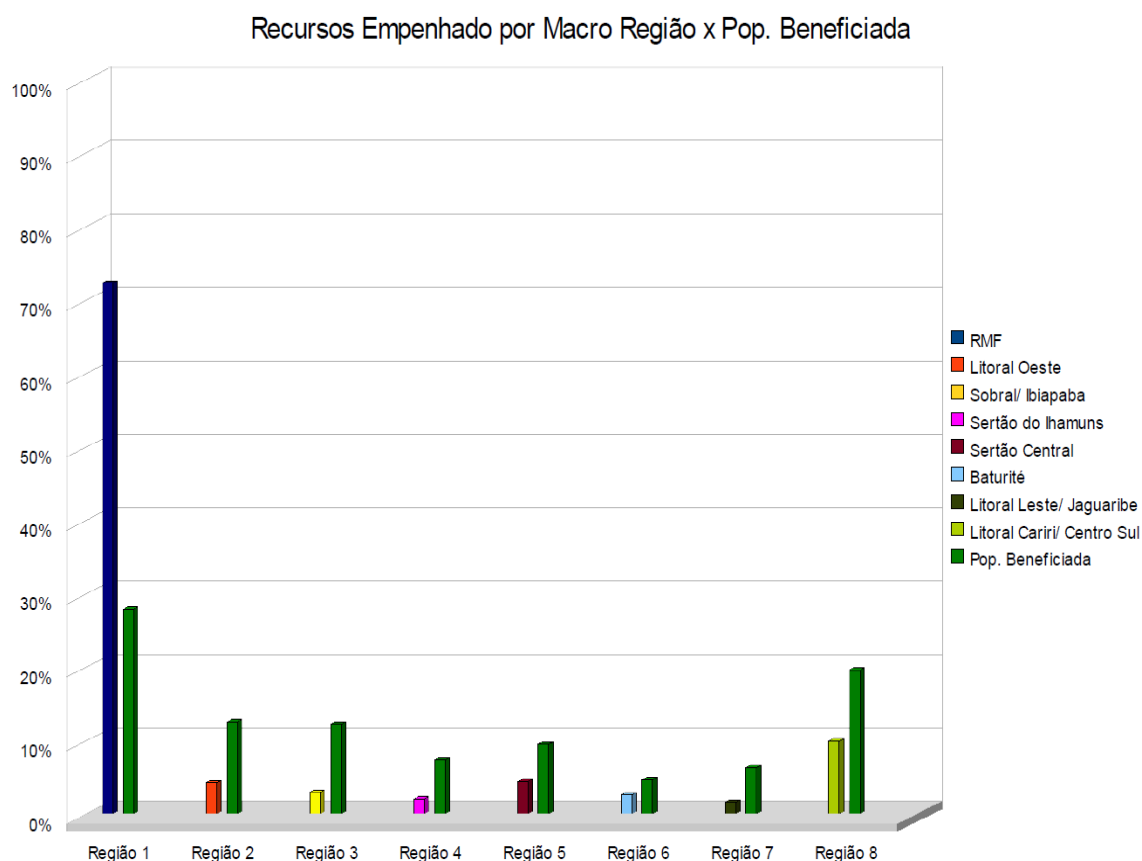
Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

A concentração de recursos na RMF pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles:

Conforme dados apresentados no Perfil Básico Municipal (IPECE/2013), 43,08% da população do Estado do Ceará vive na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Destes 85,51% estão concentrados em 4 municípios, quais sejam: Fortaleza com 67,46%; Caucaia 9,11%; Maracanaú 5,76% e Maranguape com 3,18%. Com efeito, pode-se inferir que a concentração de população em uma mesma região pode acarretar problemas sociais diversos, impactando na população mais pobre, público-alvo da STDS, e exigindo do poder público um investimento compatível com a dimensão dos problemas existentes.

Os projetos de Proteção Social Especial destinados ao atendimento às crianças e adolescentes, em situação de vulnerabilidade social e abandono (abrigo), aos idosos, deficientes e mulheres vítimas de violência (abrigo), têm atuação centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público em todo o Estado.

No tocante aos projetos da STDS identificou-se que dos 35 aprovados 13 tem atuação focada em fortaleza e região metropolitana, tais projetos beneficiaram no período em análise 80.372 pessoas, o que corresponde 27,86% do total de beneficiários.



3.3.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 181 Centros de Referência da Assistência Social municipal cofinanciados de forma regular e automática com serviços de Proteção e Atendimento integral à família em 159 municípios e beneficiando 65.125 famílias;
- 7.253 pessoas em situação de vulnerabilidade das áreas referenciadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) atendidos com benefícios eventuais (auxílio – funeral/natalidade) em 162 municípios;
- 500 crianças, adolescentes e jovens atendidos no Espaço Viva Gente;
- 2.027 pessoas atendidas no Projeto Famílias Desafios e Inclusão Social

- 42 municípios apoiados técnica e financeiramente para desenvolver ações de apoio ao atendimento de pessoas com deficiência e seus familiares;
- 72 municípios apoiados técnica e financeiramente para o Serviço de Convivência de Vínculos para a Pessoa Idosa;
- 430 pessoas com deficiência da Região Metropolitana de Fortaleza beneficiadas com vales-transportes para o acesso a escola e tratamento especializado;
- 4.213 pessoas atendidos pelos Centros de Referência da Assistência Social - CREAS na capital e municípios vinculados;
- 170 crianças, adolescentes e adultos com deficiência mental acolhidos nos Abrigos Tia Júlia e Desembargador Olívio Câmara (ADOC);
- 97 idosos acolhidos no Abrigo;
- 16 mulheres em situação de violência doméstica e sua prole acolhidas na Casa do Caminho;
- Concluída a construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara (ADOC);
- 296 adolescentes e jovens sob cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares atendidos no Projeto Geração Livre;
- 264 jovens privados de liberdade beneficiados com a reforma da Unidade Socioeducativa São Miguel;
- 4.500 crianças adolescentes e jovens atendidos em 13 bairros por meio dos Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (ABCs, Circos e CIPS);
- 1.069 artesãos cadastrados e credenciados;
- Realizada a 7ª. FENEAB - Feira de Negócios e Artesanato de Barbalha, beneficiando 360 artesãos;
- 106 pessoas beneficiadas em 8 cursos de qualificação profissional do Projeto Garantindo a Acessibilidade;
- 275 pessoas beneficiadas em 10 municípios com ações de qualificação social e profissional do projeto Criando Oportunidades;
- 1.900 jovens beneficiados com as ações do projeto Primeiro Passo;
- 1.160 jovens atendidos pelo projeto CE – Jovem Aprendizagem em Serviço.

Dificuldades

- O valor do recurso financeiro transferido aos municípios cofinanciados está defasado em relação à base de referência para o cofinanciamento estadual, que é de 50% do montante repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS) aos municípios para a execução desse serviço. Atualmente o MDS utiliza como

referência o valor de R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos) por família referenciada, observando a classificação por porte do município, de acordo com a Portaria 116 de 22 de outubro de 2013. Contudo o Estado ainda utiliza a referência anterior de R\$1,80 (um real e oitenta centavos) por família referenciada.

- Alguns jovens abandonam as atividades socioassistenciais ofertadas pela Proteção Social Básica em função do ingresso precoce em atividades de trabalho em tempo integral, dificultando a continuidade do acompanhamento realizado pelos profissionais destes serviços.

3.4. Secretaria dos Recursos Hídricos

3.4.1. Aspectos Gerais

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH coordena as ações do Estado no âmbito dos recursos hídricos, e sua atuação está voltada para promover a oferta, a gestão e a preservação desses recursos de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

Para viabilizar o cumprimento de sua missão, conta como uma das fontes de recursos o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que está financiando a execução de 29 (vinte e nove) projetos, classificados na categoria de Infraestrutura Comunitária – Abastecimento de Água, em 2015.

Todos os projetos financiados, dizem respeito ao abastecimento de água, sendo 12 deles enquadrados no Programa de Acumulação Hídrica, enquanto que os 17 demais são ações vinculadas ao Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água.

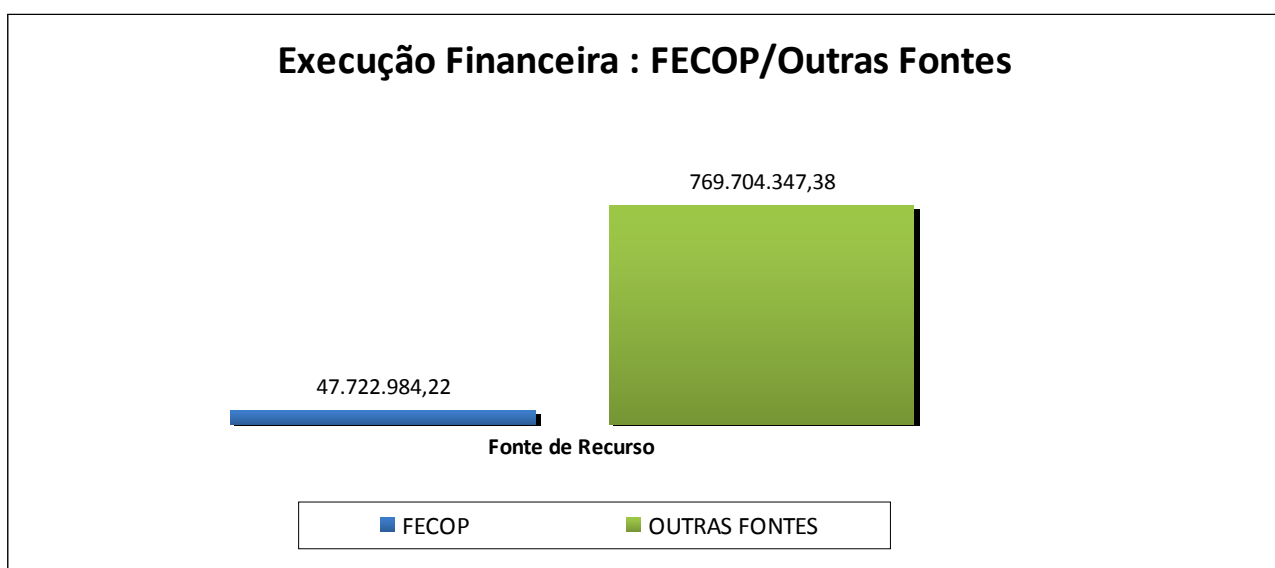
Do total de projetos financiados pelo FECOP, 21 (vinte e um) são executados diretamente pela SRH e 8 (oito) pela sua vinculada, Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), quais sejam: (I) 202 - Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST; (II) 221 - Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará; (III) 233 - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; (IV) 264 - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (V) 267 - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VI) 268 - Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VII) 269 - Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará; (VIII) 270 - Material de Construção De Poços Tubulares Profundo para atender o Estado do Ceará no período Emergencial de Seca.

Em 2015, foram destinados para a SRH e SOHIDRA, para a execução dos 29 (vinte e nove) projetos, o valor anual de R\$ 47.722.984,22 (quarenta e sete milhões e setecentos e vinte e dois mil e novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos), com programação para o primeiro semestre de R\$ 37.618.894,31 (trinta e sete milhões, seiscentos e dezoito mil, oitocentos e noventa e quatro reais e trinta e um centavos), tendo sido empenhado o valor de R\$ 9.909.300,17

(nove milhões, novecentos e nove mil e trezentos reais e dezessete centavos), e pago o valor de R\$ 9.481.635,38 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e oito centavos), equivalente a 26,34% e 25,20%, respectivamente, do limite liberado para o semestre. Com a execução dos projetos está previsto o atendimento a aproximadamente 490.520 pessoas.

Destaca-se que os recursos provenientes da fonte FECOP viabilizaram a captação de outras fontes de financiamento para os projetos, como do Governo Federal, Tesouro Estadual e recursos externos provenientes do P4R do Banco Mundial, as quais totalizam R\$ 769.704.347,38 (setecentos e sessenta e nove milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos). O volume total de recursos envolvidos na programação do ano de 2015 da Fonte FECOP é de R\$ 47.722.984,22 (quarenta e sete milhões, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos), que, somado aos recursos de outras fontes, chega-se a R\$ 817.427.331,60 (oitocentos e dezessete milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, trezentos e trinta e um reais e sessenta centavos). A participação do valor é de, respectivamente 5,84% e 94,16%.

Gráfico 18 – Volume de Recursos do FECOP X Outras Fontes



Quadro 46 – Execução Financeira da SRH

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.243.809,31	957.733,17	720.911,10	75,27	616.388,62	64,36
2	221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	1.456.803,00	971.202,00	199.999,60	20,59	101.500,00	10,45
3	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	4.112.270,94	0,00	0,00	0,00	0,00
4	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	340.752,80	123.576,47	36,27	79.124,58	23,22
5	255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	5.000.000,00	4.000.000,00	1.936.942,01	48,42	1.898.543,55	47,46
6	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento - AGUA DOCE	1.808.748,85	1.489.546,53	170.824,46	11,47	38.942,51	2,61
7	264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	4.238.925,00	2.825.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.333.333,32	0,00	0,00	0,00	0,00
9	268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	5.576.355,00	3.717.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	192.433,44	192.433,44	0,00	0,00	0,00	0,00
11	269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.260.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	1.778.665,48	135.862,00	7,64	135.862,00	7,64
13	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	24.901,29	99,61	24.901,29	99,61
14	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	1.555.737,70	1.555.737,70	745,39	0,05	745,39	0,05
15	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	53.286,23	2.203,74	4,14	2.203,74	4,14
16	297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luís do Curu	1.514.394,07	1.514.394,07	1.331.662,11	87,93	1.331.662,11	87,93
17	308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape-Ce.	325.000,00	216.925,95	195.990,23	90,35	195.990,23	90,35
18	315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
19	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	1.000.000,00	600.000,00	382.132,68	63,69	382.132,68	63,69
20	330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu	986.895,35	986.895,35	691.107,33	70,03	683.471,33	69,25
21	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	288.438,48	288.438,48	0,00	0,00	0,00	0,00

22	335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha	494.707,62	494.707,62	0,00	0,00	0,00	0,00
23	337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	25.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	372.290,00	186.145,00	2.274,41	1,22	0,00	0,00
25	345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	360.950,00	180.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26	346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27	350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
28	359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	1.658.028,66	1.658.028,66	470.354,98	28,37	470.354,98	28,37
29	374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	786.296,49	786.296,49	361.442,74	45,97	361.442,74	45,97
Subtotal			47.722.984,22	37.618.894,31	9.909.300,17	26,34	9.481.635,38	25,20

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.4.2. Desenvolvimento

Todos os projetos desenvolvidos pela SRH incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de projetos Estruturantes, na categoria Infraestrutura Comunitária – Abastecimento de Água. São assim considerados em função dos produtos por eles gerados serem apropriados por toda uma comunidade.

No âmbito da SRH encontram-se subdivididos em dois Programas: Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água e Programa Acumulação Hídrica.

3.4.2.1 - Programa de Transferência Hídrica e Suprimento de Água

Este Programa visa atender as necessidades de abastecimento de água em regiões com pouca disponibilidade de recursos hídricos, através da interligação de bacias, construção de adutoras e construção de pequenos sistemas simplificados de abastecimento de água.

Da relação de projetos financiados em 2015, 20 (vinte) pertencem a este Programa, totalizando um valor anual de R\$ 36.080.595,08 (trinta e seis milhões, oitenta mil, quinhentos e noventa e cinco reais e oito centavos), dos quais R\$ 27.455.336,20 (vinte e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e trinta e seis reais e vinte centavos) foram programados para o primeiro semestre, sendo empenhados 24,52% e 23,16%, respectivamente, desse montante.

Quadro 47 - Programa Transferência hídrica e Suprimento de Água

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	202	Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST	1.243.809,31	957.733,17	720.911,10	75,27	616.388,62	64,36
2	221	Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.	1.456.803,00	971.202,00	199.999,60	20,59	101.500,00	10,45
3	255	Cinturão das Águas do Ceará - TRECHO I	5.000.000,00	4.000.000,00	1.936.942,01	48,42	1.898.543,55	47,46
4	264	Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento – AGUA DOCE	1.808.748,85	1.489.546,53	170.824,46	11,47	38.942,51	2,61
5	264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	4.238.925,00	2.825.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	267	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	3.500.000,00	2.333.333,32	0,00	0,00	0,00	0,00
7	268	Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	5.576.355,00	3.717.570,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	269	Construção do Sistema Adutor de Palmácia	192.433,44	192.433,44	0,00	0,00	0,00	0,00
9	269	Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.260.000,00	840.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	270	Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.	2.667.998,22	1.778.665,48	135.862,00	7,64	135.862,00	7,64
11	277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas	25.000,00	25.000,00	24.901,29	99,61	24.901,29	99,61
12	282	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo	1.555.737,70	1.555.737,70	745,39	0,05	745,39	0,05

13	315	Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca	70.000,00	70.000,00	974,75	1,39	974,75	1,39
14	325	Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú	1.000.000,00	600.000,00	382.132,68	63,69	382.132,68	63,69
15	332	Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato	288.438,48	288.438,48	0,00	0,00	0,00	0,00
16	337	Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adutora de Campos Sales, Araripe e Salitre	45.399,00	25.399,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	338	Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu	372.290,00	186.145,00	2.274,41	1,22	0,00	0,00
18	345	Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe	360.950,00	180.475,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	346	Construção e Supervisão da Adutora de Fortim	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	5.367.707,08	5.367.707,08	3.157.394,88	58,82	3.157.394,88	58,82
Subtotal			36.080.595,08	27.455.336,20	6.732.962,57	24,52	6.357.385,67	23,16

Projetos:

1 – (MAPP 202/SOHIDRA) Construção e Ampliação de 14 Adutoras no Estado do Ceará no Âmbito das Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras – MST

Este projeto visa proporcionar às famílias beneficiadas água de boa qualidade para atender às necessidades de consumo humano e animal e contribuir para o desenvolvimento produtivo dos assentamentos.

Das 13 adutoras, uma foi concluída 100% (Monsenhor Tabosa) no período, beneficiando assim 42 família (173 pessoas). O estágio de execução das demais é o seguinte: Amontada (62%), Miraíma (57%), Tururu (73%), Crateús (82%), Tamboril (92%), Santa Quitéria (95%), Canindé (82%), Ibaretama (67%), Quixeramobim (95%), Itapiúna (90%), Russas (96%) e Icó (98%).

A execução não aconteceu de acordo com o projeto por conta de uma breve paralisação na execução das obras por problemas de pagamento de dívidas à empresa contratada.

Quadro 48 – LOCALIZAÇÃO DAS ADUTORAS

Município	Localidade	Região	Quant
Amontada	Aroeira	2	1
Miraíma	Pedra Branca	2	1
Tururu	Novo Horizonte	2	1
Crateús Monsenhor Tabosa	Palmares I	4	1
	Bargado	4	1
Tamboril	Monte Alegre	4	1
Santa Quitéria	Roseli Nunes	5	1
Canindé	Logradouro I	5	1
Ibaretama	Lênin Paz II	5	1
Quixeramobim	Tanquinho	5	1
Itapiúna	Assentamento Touro	6	1
Russas	Bernardo Marim II	7	1
Icó	Chico Mendes	8	2
TOTAL			14

Fonte: SRH

Estação de Tratamento da Adutora de Tamboril na Localidade Monte Alegre



2 – (MAPP 221/SOHIDRA) Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados no Estado do Ceará.

O projeto visa realizar a manutenção nos sistemas simplificados de abastecimento de água instalados pela Sohidra. No primeiro semestre, foi recebido o material (polímero) e pago o contrato da empresa Nunes & Rezende (37/14), aguardando recebimento do restante do material (cascalho) para pagamento do restante do valor do contrato com a empresa Fco Marcílio Muniz (36/14).

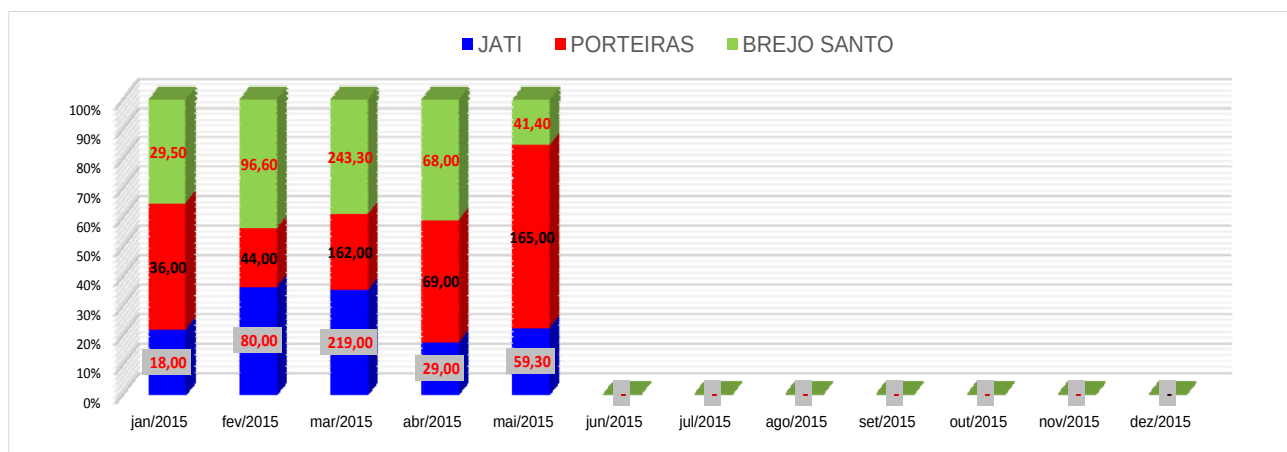
Aditivado contrato em 25% do seu valor inicial. O processo para contratação da(s) empresa(as) para fornecimento de medidores elétricos e outros materiais encontra-se em fase de habilitação (PGE). Materiais são cascalho, polímero, medidor elétrico e outros materiais. Ao final serão beneficiadas 5.091 pessoas.

3 – (MAPP 255/SRH) Cinturão das Águas do Ceará – CAC - TRECHO I

O Cinturão das águas – CAC é o meio pelo qual serão transpostas as águas do Rio São Francisco para o Nordeste - Projeto de Integração do São Francisco (PISF). O CAC beneficiará 80% do território do Estado e não somente as bacias do Jaguaribe e Metropolitanas, como previsto inicialmente no projeto. Ele aumentará significativamente a possibilidade de acumulação das águas possíveis de aduzir do rio São Francisco, com a inclusão de cerca de 20 novos grandes açudes, cada um de capacidade superior a 50 hm³. Executado até o momento 27.471Km dos 89,4Km previstos para 2015 dos serviços do 1º Trecho do CAC, Jati / Carius, Equivalente à 30,72%.

As imagens abaixo descrevem as áreas contempladas com o valor da desapropriação financiadas - FECOP.

Lote 1 – Quadro de Execução Física

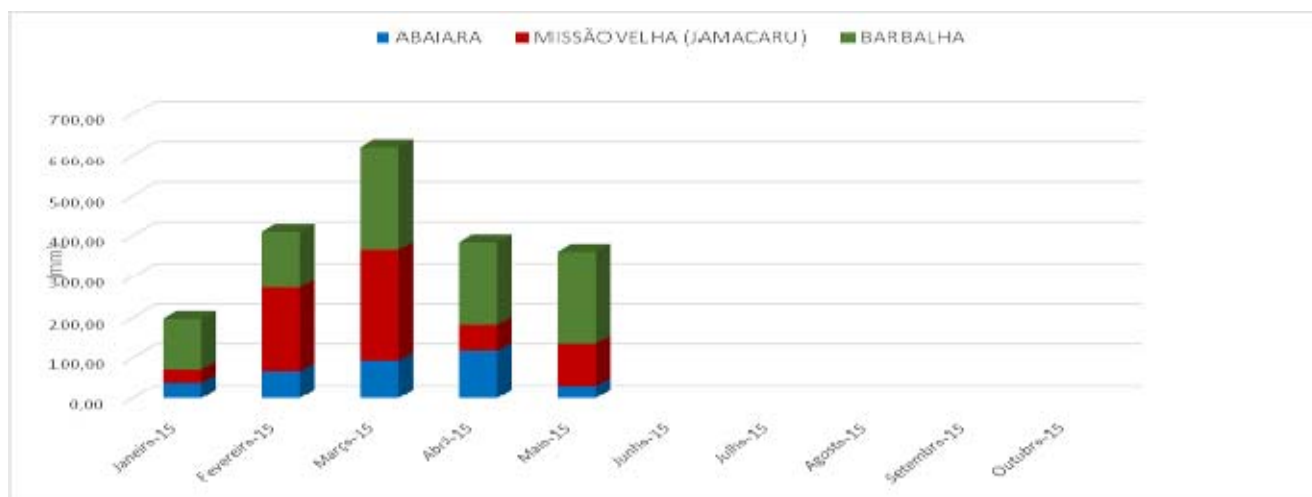


Sifão Ferrovias: Tubulação próxima a Transnordestina.*



*Os municípios de Abaiara, Missão Velha e Barbalha formam a área de Influência das Precipitações do Lote 2.

Lote 2 – Quadro de Execução Física



Trecho de Canal – Município de Barbalha



4 – (MAPP 264/SRH) Otimização e Gestão de Sistemas de Dessalinização e Instalação ou Revitalização de Pequenos Sistemas Simplificados de Abastecimento – AGUA DOCE

FASE 1: DIAGNÓSTICO SÓCIOAMBIENTAL E TÉCNICO

CONCLUÍDO

Empresa Contratada: Empresa Fernandes Construções Ltda. ME
Prazo: 18 meses * Valor de Contrato: R\$ 4.914.780,30 *
Valor de Encerramento: R\$ 4.280.903,70

Municípios Pesquisados	Diagnóstico Socioambiental	Diagnóstico Técnico	Comunidades Selecionadas	Municípios a Serem Beneficiados
48	666 comunidades	444 comunidades	222	44

As Localidades foram selecionadas por meio do Índice de Condição de Acesso à Água (ICAA) e a partir dos níveis de criticidade, definidos pela composição dos seguintes indicadores: a) Pluviometria; b) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); c) Mortalidade Infantil; c) Intensidade de Pobreza; d) Concentrações de Sólidos Totais Dissolvidos (STD); e) Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD). Este último indicador, como se trata de informação importante para o Estado do Ceará, foi solicitado ao Ministério que fosse incluído no cálculo da hierarquização dos municípios cearenses.

Já com referência a seleção das comunidades rurais difusas, foi exigido que cada localidade atendesse os seguintes critérios: a) Dispor de Poço Profundo com vazão mínima de 1000 litros/hora; b) Ter energia elétrica; e c) Ter população de, no mínimo, 20 famílias em raio de um quilômetro.

Segundo o documento “O Caminho das Águas nas Rotas dos Carros-Pipa” elaborado pelo Instituto Agropolos, devido à escassez de água, a população busca como alternativa o consumo de água contaminada por bactérias, alto teor de sais e elevada turbidez, facilitando a proliferação de doenças, principalmente aquelas de veiculação hídrica: problemas estomacais, verminoses e micoses.

Execução do projeto em 2015:

Lote 1: Instalados os dessalinizadores do Município de Pentecoste, nas seguintes comunidades: 1.Sítio do Meio; 2.Bandeira Inchu; 3.Salgado Cosmo Chagas; 4.Boa Vista; 5. Rancho dos Moços. Estão em fase de conclusão os sistemas de 6. Jurema Aroeira, 7. Riacho dos Marfins; 8. Lagoa de Dentro.

MUNICÍPIOS TRABALHADOS ATUALMENTE

LOTE 1: Município de Pentecoste

1. Sítio do Meio;
2. Salgado do Cosmo Chagas;
3. Bandeira/Inchú;
4. Rancho dos Moços;
5. Boa Vista;

Prazo de Entrega: 15/06/2015

- a) Tanque concluído, com a colocação da manta e cerca;
- b) Os SKID do dessalinizador estão sendo montados; obras;
- c) Estão sendo instaladas as partes elétrica e hidráulica;

Lote 2: Instalados os dessalinizadores das comunidades de Município de Arneiroz, nas comunidades de 1. Saco da Serra; 2. Comunidade de Jordão/ Serra Verde : 3. Comunidade de Várzea do Boi; 4. Comunidade de Mucuí. As comunidades de 1.Comunidade de Abismo e 2. Comunidade Intans, estão fase de conclusão.

MUNICÍPIOS TRABALHADOS ATUALMENTE

LOTE 2: Município de Arneiroz

1. Saco da Serra;
2. Jordão/Serra Verde;
3. Várzea do Boi;

Prazo de Entrega: 20/06/2015

- a) Abrigo do dessalinizador concluído;
- b) Concluída a escavação do tanque do concentrado (sem a colocação da manta e da cerca);
- c) Os SKID do dessalinizador estão sendo montados;
- d) Partes elétricas e hidráulicas do poço e do dessalinizador vão ser instaladas quando da montagem do dessalinizador;

FOTOS DE CONSTRUÇÃO DAS OBRAS DOS SISTEMAS



Montagem dos Sistemas de Dessalinização



Tanque – Sítio do Meio



Jordão/Arneiroz - Abrigo



Jordão - Tanque

Lote 3: Está em fase de conclusão o a comunidade de Assentamento Mundo Novo, no município de Russas.

Obras no Assentamento Mundo Novo



Em virtude do atraso na tramitação do processo licitatório da Segunda Etapa do PAD - Programa água Doce (Instalação/recuperação de sistemas de abastecimento de água com dessalinização), as metas do programa desta Segunda Etapa ficaram para 2015 e 2016, sendo 2015 implementação de 131 e 91 para 2016.

É importante ressaltar que, com a instalação dos 222 sistemas de abastecimento de água com dessalinização, a infraestrutura hídrica do Estado estará fortalecida em comunidades do semiárido cearense, e essas ações terão integração direta com outras ações governamentais tais como: aproveitamento de poços profundos, anteriormente perfurados por instituições governamentais (SOHIDRA, DNOCS, CPRM, DAS, Defesa Civil, etc.).

Outro ponto de alta relevância é que, em cada comunidade beneficiada, será realizada a capacitação de “Operadores dos Sistemas Instalados” e celebrado um “Pacto de Gestão”, permitindo uma maior eficiência na operação e manutenção dos sistemas instalados, bem como no fornecimento de água dessalinizada para consumo humano, garantindo uma melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

PALESTRAS SOBRE O ACORDO DE GESTÃO (PRÉ-ACORDO)

Lote 1: Total de 85 comunidades. Uma reunião realizada em cada 85 comunidades.

Lote 2: Total de 74 comunidades. Duas reuniões realizadas em cada uma de 73 comunidades. Falta apenas uma reunião em uma comunidade do município de Boa Viagem.

Lote 3: Total de 63 comunidades. Uma reunião realizada em cada uma de 56 comunidades, faltando somente 7 comunidades do município de Acopiara para totalizar as 63 do lote 3

5 – (MAPP 264/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Chafariz para Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Foram instalados 62 sistemas nos seguintes municípios: Madalena (8), Boa Viagem (12), Canindé (6), Cedro, Crateús (4), Forquilha (3), Hidrolândia (5), Independência (4), Itapajé (8), Pedra Branca, Pentecoste (7), Quixeramobim (3) e Tejuçuoca (2). Aguardando processos de medição para pagamento.

Sistema da Vila Angelim em Madalena



6 – (MAPP 267/SOHIDRA) - Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Construído 8 abrigos (que é o local onde ficarão instalados os dessalinizadores) nas seguintes localidades: Barreira (2), Horizonte (2), Massapê, Pentecoste (2) e Uruoca (2). Quando finalizado, o projeto atenderá uma população de 8.405 habitantes em comunidades / localidades do meio rural do Estado do Ceará.

Sistema Lagoa do Canto em Barreira



7 – (MAPP 268/SOHIDRA) - Locação, Construção, Teste de Vazão com Análise Físico-Química e Instalação de Sistema Simplificado com Chafariz em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Instalados 13 sistemas simplificados de abastecimento de água nos seguintes municípios: Aratuba (1), Baturité (1), Capistrano (2), Ibaretama (2), Jaguaribe (3), Palhano (2), Quixadá (1) e Tururu (1). Aguardando Construtora Pilares protocolar os processos de medição para pagamento. Atenderá uma população de 17.798 habitantes em comunidades / localidades do meio rural do Estado do Ceará. Hoje, já atende uma população de 758 habitantes em comunidades.

Teste de Vazão em Palhano



8 – (MAPP 269/SRH) - Construção do Sistema Adutor de Palmácia

Obra não iniciada por razões da necessidade de ajustes contratuais. Aguardando posicionamento para 2º semestre.

9 – (MAPP 269/SOHIDRA) - Teste de Vazão com Análise Físico-Química em Poços Perfurados pela SOHIDRA, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Realizados 60 testes de vazão com análise físico-química nos seguintes municípios: Canindé (1), Forquilha (1), Itapajé (3), Pentecoste (1), Reriutaba (1), Santa Quitéria (15), Boa Viagem (9), Independência (1), Milhã (4), Pedra Branca (4), Quiterianópolis (8), Quixeramobim (6) e Tamboril (6). Aguardando as construtoras Pilares e Água Viva protocolarem os processos de medição para pagamento dos mesmos.

10 – (MAPP 270/SOHIDRA) - Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período Emergencial de Seca.

Os materiais foram recebidos no município de Fortaleza (sede Sohidra), e usados na construção de poços, pela Sohidra, nos seguintes municípios: Catunda (7), São Luís do Curu (7) e Tamboril (1).

Novas contratações em fase de habilitação (PGE).

11 - (MAPP 277/SRH) - Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trehos I, II e III do Eixão das Águas

Não houve movimentação física e nem financeira. Paralisado por falta de recursos do órgão financiador(MI/CEF).

Quanto à execução financeira FECOP, foi executado 99,61% do valor previsto. Realizados cursos de educação ambiental e curso de capacitação para operar o sistema, cujo trabalho foi finalizado.

12 - (MAPP 282/SRH) Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Alto Santo

Obra com 88% (retirado do acompanhamento no sistema) executados, com previsão de encerramento prevista para 25 de agosto de 2015. Houve atraso por motivo de readequação no projeto executivo, sendo resolvido junto a Caixa Econômica (itens de serviços não previstos inicialmente). Os serviços de montagem da ETA estão sendo concluídos. Existe pendência junto a Coelce no que concerne a sub-estação de 45 KVA. No entanto, a empreiteira já está tomando as providências necessárias. Após a instalação do sistema, com capacidade de reservação hídrica de 600.00 m³, aumentará a segurança hídrica na sede do município de Alto Santo e irá beneficiar 16.359 habitantes da zona rural e sede municipal com água tratada.

Obras do Sistema Adutor de Alto Santo





13 – (MAPP 315/SRH) - Projeto Executivo da Adutora de Coreaú/Moraújo/Senador Sá e Uruoca

A Etapa I do projeto executivo que corresponde a 50% foi entregue. A empresa já deu entrada na 1ª medição no valor de R\$ 600.000,00, porém aguarda liberação de recurso por parte do Governo Federal. No que diz a respeito as licenças, serão solicitadas após conclusão e aprovação dos projetos, já que é item indispensável junto aos órgãos ambientais. Tratando de desapropriação, aguarda-se a conclusão de laudos.

14 - (MAPP 325/SRH) - Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú

A Construção de Sistemas de Abastecimento nas Comunidades de Buriti I, Buriti II e Cachorro Seco, no Município de Acaraú tem Extensão 25,95 Km e a finalidade de criar condições de abastecimento adequadas às comunidades. Ao final, o projeto beneficiará 3.373 pessoas (825 em Buriti I, 1.939 em Buriti II e 609 em Cachorro Seco).

Físico: Obra executada em 89 %.

Buriti I



Cachorro Seco



Buriti II



15 – (MAPP 332/SRH) - Sistema de Abastecimento de Água do Distrito Dom Quintino no Município de Crato

O convênio com a Prefeitura Municipal de Crato foi assinado no final do mês de junho de 2014. A elaboração do projeto foi realizada no primeiro semestre de 2015, ficando sua execução para o início do segundo semestre, por atraso do projeto.

16 – (MAPP 337/SRH) - Projeto Executivo, Construção e Supervisão da Adurora de Campos Sales, Araripe e Salitre

Contrato Nº 04/SRH/2015 - Consórcio PB/RW (PB Construções Ltda e RW Engenheiros Consultores S/A) , já foi cadastrado e publicado no DOE de 24/04/2015. Aguardando emissão da Ordem de Serviço

17 – (MAPP 338/SRH) - Construção de Adutora para Abastecimento da Sede do Município de Parambu

Concluída a licitação, tendo como vencedor o CONSÓRCIO ADUTORA DE PARAMBÚ (ENGEXATA ENGENHARIA LTDA/ CONSTRUTORA BETA S/A E ENGESOFT- ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA). Valor : R\$ 36.892.450,25. Processo em conferência pela coordenação jurídica, aguardando manifestação das empresas juntamente com os documentos solicitados para celebração do Contrato.

Quanto à desapropriação, será necessário aguardar a realização do projeto.

18 – (MAPP 345/SRH) - Construção do Sistema Adutor da Sede do Município de Beberibe

O processo encontra-se na Coordenadoria de Infraestrutura - COINF em análise para posterior relançamento da Licitação.

19 – (MAPP 346/SRH) - Construção e Supervisão da Adutora de Fortim

Em relação à obra, foi realizado o contrato nº 10/2015/SRH - Empresa Elevação - Valor R\$ 21.848.031,95. Cadastrado e enviado para publicação em 30/06/2015, aguardando Ordem de Serviço. Pagamentos de desapropriações e despesas cartorárias - aguardando emissão de Laudos e Certidões Cartorárias.

20 – (MAPP 350/SRH) - Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja

O projeto visa dimensionar um sistema de abastecimento d'água para atender a demanda hídrica de uma parcela da população residente nos Distritos de Adrianópolis e Timonha, representadas principalmente pelas sedes destes distritos e comunidades localizadas próximas ao eixo do trajeto da adutora, como: Chapada, Curral Velho, Conselho, Cajueiro dos Coutinhos, Sariema, dentre outras, além de prever o atendimento da população difusa residente ao longo do traçado da adutora.

Físico: Obra com execução de 62 %. Financeiro: Repassada a 2ª parcela . Quando da sua operação atenderá mais de 9.954 habitantes.

Obras das adutoras de Adrianópolis e Tominha



3.4.2.2 - Programa de Acumulação Hídrica

O objetivo deste Programa é ampliar a oferta e a garantia de água bruta para usos múltiplos, através da construção de barragens ao longo de rios e riachos, servindo como fonte hídrica para o abastecimento humano e desenvolvimento econômico.

Apresenta em 2015 9 (nove) projetos, que totalizam um valor anual de R\$ 11.642.389,14 (onze milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e catorze centavos), dos quais R\$ 10.163.558,11 (dez milhões, cento e sessenta e três mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e onze centavos) foram programados para o primeiro semestre, sendo empenhados 31,25% e 30,74%, respectivamente, desse montante.

Quadro 49 - Programa de Acumulação Hídrica

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	233	Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	5.483.027,92	4.112.270,94	0,00	0,00	0,00	0,00
2	253	Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco	340.752,80	340.752,80	123.576,47	36,27	79.124,58	23,22
3	286	Construção da Barragem Germinal em Palmácia	53.286,23	53.286,23	2.203,74	4,14	2.203,74	4,14
4	297	Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu	1.514.394,07	1.514.394,07	1.331.662,11	87,93	1.331.662,11	87,93
5	308	Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú - Município de Maranguape-Ce.	325.000,00	216.925,95	195.990,23	90,35	195.990,23	90,35
6	330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu	986.895,35	986.895,35	691.107,33	70,03	683.471,33	69,25
7	335	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha	494.707,62	494.707,62	0,00	0,00	0,00	0,00
8	359	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe	1.658.028,66	1.658.028,66	470.354,98	28,37	470.354,98	28,37
9	374	Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel - Distrito de São Miguel - Quixeramobim	786.296,49	786.296,49	361.442,74	45,97	361.442,74	45,97
Subtotal			11.642.389,14	10.163.558,11	3.176.337,60	31,25	3.124.249,71	30,74

Projetos:

1 – (MAPP 233/SOHIDRA) - Construção, Ampliação e Reabilitação de Barragens - Comunidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST

Em fase de licitação - análise da documentação. A PGE encaminhou à Sohidra documentos de habilitação para análise e parecer da qualificação técnica.

2 – (MAPP 253/SRH) - Conclusão da Barragem Diamantino II no Município de Marco

Obra com físico 100% executada. Aguardando datação para o evento inaugural, inclusive com boa reserva hídrica. Beneficiará 24.703 habitantes da População residente no município de Marco/CE e ribeirinhas, permitindo proporcionar melhores condições de vida. Quanto à desapropriação, resta pagar o valor de R\$ 340.752,80 , que já estão com certidões prontas, aguardando os desapropriados regularizarem restrições junto à SEFAZ e Receita Federal.

Obras da Barragem Diamantino



3 – (MAPP 286/SRH) - Construção da Barragem Germinal em Palmácia

Obra não iniciada por razões da necessidade de ajustes Contratual. Aguardando posicionamento para 2º semestre. Contrato nº 03/SRH/CE/2015 - Empresa R. Furlani - R\$16.236.186,72. Contrato cadastrado em 20/05/2015 e publicado em 27/05/2015. Obras Hidroambientais: Contrato nº 12/SRH/CE/2013 - Empresa Primor - Houve um 4º aditivo de prazo por mais 180 dias, vigorando até 24/11/2015 , enquanto inicia a obra da Barragem.

4 – (MAPP 297/SRH) - Construção, Desapropriação e Supervisão da Barragem Melancia - São Luis do Curu

O projeto se propõe ao abastecimento para os próximos 30 anos, garantindo água para a população sede do município de São Luiz do Curú, Croatá e reforço da perenização do Baixo Curu, aumentando a oferta hídrica para implantação de projetos de irrigação.

Aguardando Ordem de Serviço para início da obra. Quanto à desapropriação já foi executado 88% da meta prevista, estando dentro das expectativas previsionadas.

5 – (MAPP 308/SRH) - Elaboração de Projeto Executivo para Ampliação da Barragem Itapebussú – Município de Maranguape-Ce.

Executado 50% do projeto referente à elaboração do Estudo. Com a elaboração deste projeto de ampliação da barragem, será possível obter a viabilidade técnica para aumentar a capacidade hídrica do Açude e, por conseguinte, a segurança hídrica do distrito de Itapebussu, que beneficiará diretamente a própria população de 5.149 habitantes.

6 – (MAPP 330/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Parambu

Obra: Processo licitatório concluído. Empresa Vencedora: CBC - Contrato nº 14/SRH/CE/2015 - Valor: R\$ 27.942.341,81. Contrato cadastrado e publicado em 10/06/2015.

Supervisão: Processo de licitação concluído. Empresa Vencedora: KL SERVIÇOS DE ENGENHARIA SA - Contrato nº 11/2014/SRH - Valor: R\$ 2.636.069,92.

No momento, o Projeto segue em avaliação pelo órgão financiador – Caixa Econômica Federal. Quanto à desapropriação, os laudos já foram emitidos, aguardando regularização por parte dos desapropriados que se encontram com restrições junto aos órgãos federais.

7 – (MAPP 335/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Frecheirinha – Município de Frecheirinha

Está em fase de readequação do projeto, visto a necessidade de sua alteração. Probabilidade de não cumprimento da meta no exercício, porém será aguardado o 2º semestre para avaliar-se esse fato com mais segurança.

8 – (MAPP 359/SRH) - Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Amarelas no Município de Beberibe.

Obra Paralisada devido à necessidade de ajustes no projeto. Supervisão: Emitida Ordem de Serviço da empresa de supervisão da obra, cujo acompanhamento sistemático no momento é processado por parte da SOHIDRA de forma restrita. Necessita de ajuste no contexto do projeto executivo, principalmente em relação ao sangradouro e obras afins. Quanto à Desapropriação, aguardando emissão dos laudos e certidões cartorárias.

9 – (MAPP 374/SRH) Recuperação e Ampliação do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel – Quixeramobim

O projeto consiste na realização de obras para recuperação e ampliação do açude São Miguel, com capacidade hídrica de 1.231.399,73m³ para abastecimento humano do distrito de São Miguel do município de Quixeramobim. Quando finalizado, irá beneficiar mais de 400 pessoas.

Físico: Obra com execução de 65%., já liberada a 2ª Parcela do Convênio nº 04/SRH/CE/2014 .

Obras do Açude São Miguel – Distrito de São Miguel – Quixeramobim





3.4.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Do montante de recursos empenhados no 1º Semestre de 2015 no valor de R\$ 9.909.300,17, tem-se com maior concentração de recursos empenhados a macrorregião Litoral Oeste, em seguida pela macrorregião Cariri/Centro Sul, conforme destacado no quadro a seguir. O maior responsável pela concentração na aplicação dos recursos é o CAC – Cinturã das Águas do Ceará, por se tratar de uma obra de grande porte e por deter o 2º maior recurso aprovado junto ao FECOP, ficando responsável pelos R\$1.898.543,55 dos R\$ 5.259.699,06 aplicados na referida região

Quadro 50 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Valor Empenhado	%
1-RMF	579.794,34	5,85
2-LITORAL OESTE	5.259.699,06	53,08
3-SOBRAL/IBIAPABA	974,75	0,01
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	936.304,99	9,45
5-SERTÃO CENTRAL	542.489,12	5,47
6-BATURITÉ	9.605,03	0,1
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	506.083,38	5,11
8-CARIRI/CENTRO SUL	2.074.349,50	20,93
TOTAL	9.909.300,17	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.4.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados:

- Revitalização de pequenos sistemas simplificados de abastecimento d'água em comunidades rurais;
- Maior conscientização da população quanto ao uso dos recursos hídricos, com a oferta de cursos de educação ambiental e curso de capacitação para operação dos sistemas.

Dificuldades:

- Atrasos e lentidão nos processos licitatórios, o que dificulta a contratação das empresas envolvidas nos projetos.
- Efetivação dos Laudos dos processos de desapropriação;
- Lentidão e burocracia na obtenção das licenças ambientais necessárias para liberação das áreas de execução dos projetos.

3.5. Secretaria das Cidades

3.5.1. Aspectos Gerais

A Secretaria das Cidades (SCidades) tem como missão “Promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Ceará por meio de ações de estruturação urbana, habitação, saneamento ambiental e fortalecimento institucional dos municípios”. Estruturada de acordo com as diretrizes do Ministério das Cidades, é responsável pela implementação das políticas de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Saneamento, apoiadas por um conjunto de princípios, diretrizes e objetivos.

Abrange a necessidade de uma gestão fundamentada em estratégias de inclusão social para a construção de uma cidade que respeite e garanta o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte, à saúde, à educação, à cultura, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para a presente e futuras gerações.

Com o intuito de viabilizar a execução de projetos que atendam às necessidades e às expectativas da sociedade, a SCidades formaliza parcerias institucionais, entre as quais se destacam as realizadas com o Governo Federal e com organismos internacionais. O Fecop, desde sua criação, tem colaborado de forma exclusiva ou compondo a contrapartida para a captação de recursos internos e externos, tendo em vista a viabilização da execução de projetos.

No primeiro semestre de 2015, a Secretaria obteve a aprovação do CCPIS, para alocação de recursos do Fecop em 17 projetos (**Quadro 51**), divididos nas categorias de Habitação (09), Desenvolvimento Urbano (04), Esgotamento Sanitário (03) e Inclusão Produtiva (01). Deste total, 6 (seis) projetos são financiados com recursos exclusivos do Fecop e 11 (onze) contam também com recursos de outras fontes.

O valor total do Fecop programado em 2015 para a Secretaria das Cidades perfaz o montante de R\$27.349.957,83 (vinte sete milhões, trezentos e quarenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos) dos quais foram alocados R\$20.912.172,14 (vinte milhões, novecentos e doze mil, cento e setenta e dois reais e quatorze centavos) para o 1º semestre. Desse valor foram empenhados no período em análise R\$9.702.102,62 (nove milhões, setecentos e dois mil, cento e dois reais e sessenta e dois centavos), correspondendo a 46,39% do limite concedido a SCidades (**Quadro 51**).

Quadro 51 – Execução Financeira SCidades

Ord.	Mapp	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado (1º semestre)	%	Valor Pago (1º semestre)	%
1	1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	3.742.294,80	3.631.294,80	2.542.446,17	70,01%	2.507.458,89	69,05%
2	2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I)	2.000.000,00	2.000.000,00	1.623.297,32	81,16%	1.343.808,03	67,19%
3	3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	3.500.000,00	3.500.000,00	2.212.556,31	63,22%	897.062,81	25,63%
4	29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	596.405,05	596.405,05	0,00	0,00%	0,00	0,00%
5	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.196.173,59	0,00	0,00%	0,00	0,00%
6	168	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	843.986,20	0,00	0,00%	0,00	0,00%
7	187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	99.409,04	0,00	0,00%	0,00	0,00%
8	835	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.216.625,72	0,00	0,00%	0,00	0,00%
9	1378	Dendê (Ações Habitacionais)	1.000.000,02	298.632,94	1.697,00	0,57%	1.697,00	0,57%
10	1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.905.491,94	1.820.000,00	8.244,00	0,45%	8.244,00	0,45%
11	1439	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.899.400,48	2.899.400,48	1.941.921,53	66,98%	1.941.921,53	66,98%
12	1465	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	300.000,00	300.000,00	269.800,00	89,93%	101.000,00	33,67%
13	1516	Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	342.944,48	130.186,49	37,96%	122.209,41	35,64%
14	1613	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	780.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
15	1944	Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	415.346,04	0,00	0,00%	0,00	0,00%
16	2042	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%
17	2224	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	971.953,80	100,00%	971.953,80	100,00%
Total			27.349.957,83	20.912.172,14	9.702.102,62	46,39%	7.895.355,47	37,75%

Fonte: GEF, em 02 de Julho de 2015.

3.5.2. Desenvolvimento

Segundo a classificação da Gerência Executiva do Fecop, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, os projetos desenvolvidos pela Secretaria das Cidades incluem-se no grupo de Projetos Estruturantes nas categorias abaixo (**Quadro 52**):

Quadro 52 – Categorização projetos Fecop

Categoria	Abrangência
Infraestrutura Domiciliar	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade. O produto gerado pelos projetos beneficia um indivíduo ou uma família.
Infraestrutura Comunitária	Compreende os serviços básicos que contribuem para o desenvolvimento econômico e social de determinada localidade.
Ocupação e Renda	Engloba os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho. Envolve, também, os projetos de empreendedorismo que promovem, por exemplo, o cooperativismo de produção e apoiam empreendimentos de economia solidária.

Fonte: Gerência Executiva do Fecop

3.5.2.1. Projetos de Infraestrutura Domiciliar

3.5.2.1.1. Habitação

Na área habitacional a Secretaria das Cidades desenvolve projetos que objetivam ampliar a oferta de moradia digna para as famílias excluídas dos mecanismos de mercado.

Os projetos elencados nessa categoria têm por objetivo reduzir o déficit habitacional quantitativo e qualitativo do Estado do Ceará por meio da construção e apoio a construção das unidades habitacionais, como também a execução de melhorias habitacionais.

A Secretaria das Cidades promove ações que objetivam a oferta de moradia digna às famílias excluídas dos mecanismos de mercado para a aquisição da casa própria. De modo especial são ofertadas unidades habitacionais para famílias em situação de risco residentes em áreas ambientalmente degradadas, recuperadas por meio da execução de projetos de melhoria urbana e ambiental.

Com o intuito de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos e a sua apropriação pelo público beneficiado, a maioria dos projetos habitacionais são apoiados pelo trabalho técnico social que ora é realizado pelo Governo do Estado, ora pelo Município, junto às famílias

beneficiadas, antes, durante e depois da implantação, viabilizando com isso o acesso das comunidades beneficiadas a outros serviços públicos, a exemplo da energia elétrica, educação, saúde, coleta de lixo, entre outros.

No aspecto da redução do déficit quantitativo, a SCidades desenvolve projetos voltados para a construção de unidades habitacionais de interesse social dotadas de infraestrutura (terraplanagem, drenagem de águas pluviais, pavimentação de vias, passeios, abastecimento de água, esgotamento sanitário, articulação para fornecimento do serviço de energia elétrica). Estes projetos são executados em parceria com a União, Municípios e entidades vinculadas à construção civil.

Com o objetivo de reduzir o déficit qualitativo no Estado do Ceará, a SCidades executa projetos destinados a melhorias habitacionais com destaque a substituição de fogões artesanais por fogões sustentáveis, e na área de saneamento básico com a implantação do sistema de esgotamento sanitário e ampliação do sistema de abastecimento de água.

A Secretaria das Cidades, no primeiro semestre de 2015, apresentou e obteve aprovação do CCPIS para execução de 9 (nove) projetos habitacionais sendo: 4 (quatro) destinados a redução do déficit habitacional quantitativo por meio da construção de novas unidades habitacionais, desenvolvidos em sua maioria em parceria com o Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV; 5 (cinco) destinados a redução do déficit habitacional qualitativo, dos quais 2 (dois) projetos referente a distribuição e instalação de fogões com eficiência energética; 1(um) referente a melhorias sanitárias domiciliares – Programa Ceará II – KfW II; e 2 (dois) projetos destinados ao apoio a execução dos projetos habitacionais quantitativos, são eles: 1 (um) pagamento de aluguel social, que objetiva a realocação temporária de famílias residenciais nas áreas de projetos estruturantes e que deverão ser beneficiadas com o reassentamento, mas cujas unidades de destino ainda não se encontram concluídas; e 1 (um) pagamento de transporte e mobilização de 8.304 famílias indenizadas no âmbito dos projetos Maranguapinho, Cocó e Dendê.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, no ano de 2015, (R\$27.349.957,83), os projetos direcionados a categoria Infraestrutura Domiciliar - Habitação perfazem um total de R\$13.758.522,28 (50,30%) (**Quadro 53**).

Em referência ao valor programado para a Secretaria das Cidades no 1º semestre (R\$20.912.172,14) (**Quadro 1**), os projetos programados para a habitação perfazem um total

R\$9.152.971,37 (43,77%) **(Quadro 3)**. Foi empenhado R\$3.916.083,46, o que corresponde a 42,78% do valor planejado para habitação no período em análise **(Quadro 3)**.

Quadro 53 – Execução financeira - Infraestrutura Domiciliar – Habitação

Ord	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado até Junho	%	Valor Pago até Junho	%
1	Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)	3.742.294,80	3.631.294,80	2.542.446,17	70,01	2.507.458,89	69,05
2	Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II	1.474.143,92	1.196.173,59	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Fogões Sustentáveis	3.244.335,22	1.216.625,72	0,00	0,00	0,00	0,00
4	Dendê (Ações Habitacionais)	1.000.000,02	298.632,94	1.697,00	0,57	1.697,00	0,57
5	Aluguel Social para Família de Baixa Renda	300.000,00	300.000,00	269.800,00	89,93	101.000,00	33,67
6	Rio Cocó (Ações Habitacionais)	342.944,48	342.944,48	130.186,49	37,96	122.209,41	35,64
7	Fogões Sustentáveis	2.080.000,00	780.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	Mobilização e Transporte de Famílias	602.850,04	415.346,04	0,00	0,00	0,00	0,00
9	Habitação Rural - PNHR	971.953,80	971.953,80	971.953,80	100,00	971.953,80	100,00
Total		13.758.522,28	9.152.971,37	3.916.083,46	42,78	3.704.319,10	40,47

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF).

3.5.2.1.1.1. Projetos que contribuem para redução do déficit quantitativo



Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com recursos do Fecop em contrapartida aos recursos obtidos junto ao Governo Federal, a Secretaria das Cidades desenvolve 4 (quatro) projetos habitacionais de caráter estruturante (Projetos Habitacionais do Rio Maranguapinho, Rio Cocó e Dendê).

O projeto **Habitacional Maranguapinho (Ações Habitacionais)** é parte integrante do Projeto Rio Maranguapinho, em execução, por meio de contrato firmado com a CAIXA e o Governo do Estado do Ceará, com recursos do PAC, oriundos do Ministério das Cidades, beneficiando direta e indiretamente aproximadamente 30.000 pessoas.

Vincula-se aos Projetos Rio Maranguapinho – Trecho I,II, III – PAC I (Barragem, Dragagem e Urbanização) que visa o controle de cheias, urbanização das margens, recuperação socioambiental do rio e implantação de equipamentos sociais, como também as obras de urbanização dos trechos Zero e IV – PAC II (Ações de Urbanização) e aos projetos de apoio Aluguel Social e Mobilização e Transporte de famílias. Também interage com as obras de saneamento da Cagece e com as obras de iluminação pública da Coelce.

Este projeto tem como área de intervenção a Região Metropolitana de Fortaleza, mais especificamente os municípios de Fortaleza, Maranguape, Maracanaú e Caucaia. Tem como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio. As áreas de risco do Rio Maranguapinho, que representam 48,57% das áreas de risco de Fortaleza, são constituídas por sub-habitações construídas praticamente dentro da calha menor do Rio.

A Secretaria das Cidades programou, no âmbito deste projeto, a construção de 13 (treze) conjuntos habitacionais localizados nos municípios de Fortaleza (07), Maranguape (01), Caucaia (02), Maracanaú (03). Destes 6 (seis) já estão construídos e habitados, e 2 (dois) residenciais estão em execução (Residencial Aldemir Martins e o Residencial Santo Sátiro) e os 5 (cinco) restantes serão migrados para unidades em construção do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) **(Quadro 54)**.

Para viabilizar a execução do Projeto, a SCidades estimou para 2015 um valor total de R\$43.750.468,55 (quarenta e três milhões, setecentos e cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) dos quais R\$3.742.294,80 (três milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos) correspondem à fonte FECOP, e R\$40.008.173,75 (quarenta milhões, oito mil, cento e setenta e três reais e vinte e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Para o ano de 2015, este projeto apresenta como meta promover o reassentamento de 612 famílias através da construção do Residencial Aldemir Martins.

No que se refere aos recursos da fonte Fecop, foi empenhado neste projeto R\$2.542.446,17 (dois milhões, quinhentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e dezessete centavos) e foi pago do valor R\$2.507.458,89 (dois milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e nove centavos) **(Quadro 53)**.

A execução financeira ocorrida no período refere-se ao pagamento de medições dos Residenciais em execução (Residenciais Aldemir Martins e Santo Sático) e do Trabalho Técnico Social nos Residenciais Leonel Brizola e Lupe de Paula (Residenciais já concluídos e com famílias morando) **(Quadro 54)**.

Quadro 54 – Residenciais do Projeto Rio Maranguapinho

Nº	EMPREENHIMENTO	QUANT. DE UNIDADES	TIPOLOGIA	ÁREA DO APTO (M²)	Estágio	% de Execução
1	Residencial Leonel Brizola	576	APTO	44,57	Obra Concluída – Famílias Morando	100
2	Residencial Juraci Magalhães	336	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
3	Residencial Miguel Arraes	1212	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
4	Residencial Rachel de Queiroz	324	APTO	44,46	Obra Concluída – Famílias Morando	100
5	Residencial Blanchard Girão	108	CASA	52,45	Obra Concluída – Famílias Morando	100
6	Residencial Lupe De Paula	69	CASA	43,78	Obra Concluída – Famílias Morando	100
7	Residencial Eleazar de Carvalho	696	APTO	44,46	Serão utilizados os empreendimentos do PMCMV	-
8	Residencial Santo Sático	128	APTO	44,09	Obra em Construção	50
9	Residencial Aldemir Martins	612	APTO	52,45	Obra em Construção	96
10	Residencial José Alencar	870	APTO	44,46	Serão utilizados os empreendimentos do PMCMV	-
11	Residencial Itamar Franco	822	APTO	44,46	Serão utilizados os empreendimentos do PMCMV	-
12	Residencial Zilda Arns	282	APTO	44,46	Serão utilizados os empreendimentos do PMCMV	-
13	Residencial Pajuçara	512	APTO/ CASA	44,46/43,78	Serão utilizados os empreendimentos do PMCMV	-
		456(Apto)+56(Casa)				-
Total		6.547	-	-	-	-

Fonte: Secretaria das Cidades / UGP III em 23/07/2015.



Figura 1 - Obra do Residencial Aldemir Martins



Figura 2 - Obra do Residencial Santo Sático

O projeto **Habitacional Rio Cocó** tem caráter multissetorial e inclui o projeto Barragem, Dragagem e Urbanização do Rio Cocó, que visa o controle de cheias, urbanização das margens com recuperação ambiental das áreas ribeirinhas, construção de unidades habitacionais de interesse social e execução de trabalho técnico social, além da implantação / ampliação da infraestrutura de saneamento. O conjunto de suas intervenções beneficiará aproximadamente 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.



Figura 3 e 4 - Habitações Indenizadas pelo Projeto Rio Cocó

As metas do projeto, para 2015, consistem em liberar 5% do total da área da obra de urbanização do Rio Cocó e realizar 16 (dezesesseis) indenizações de benfeitorias, beneficiando 65 famílias. Foi adotado o indicador 4,12 pessoas por família – nº médio de pessoas por família no Ceará – Censo 2010.

Com o intuito de alcançar esta meta foi estimado o valor total de R\$17.446.393,07 (dezesete milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e três reais e sete centavos) dos quais R\$342.944,48 (trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e quatro

reais e quarenta e oito centavos) correspondem à fonte Fecop, e R\$17.103.448,59 (dezessete milhões, cento e três mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1) **(Quadro 53)**.

No tocante aos recursos do Fecop, foi empenhado R\$130.186,49 (cento e trinta mil, cento e oitenta reais e quarenta e nove centavos) e pago do valor R\$122.209,41 (cento e vinte e dois mil, duzentos e nove reais e quarenta e um centavos) **(Quadro 53)**.

Neste semestre foram negociadas e pagas 13 (treze) indenizações de benfeitorias. Quanto à construção do Residencial Paupina, foi aprovado o Projeto na Prefeitura e encaminhado à Caixa para aprovação. No entanto, por orientação do atual Governo do Estado, as famílias deverão ser reassentadas em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), já em execução. Em junho do corrente ano foi encaminhada à Caixa solicitação de alteração contratual junto ao FGTS (órgão financiador desse Projeto Habitacional) tendo em vista a migração para o PMCMV. O Projeto do Trabalho Técnico Social encontra-se na etapa de definições das ações a serem executadas junto às famílias que serão reassentadas.

Apresenta o percentual de 2% de área liberada, tendo como percentual acumulado de execução 50% do Residencial Santo Sático e 96% do Residencial Aldemir Martins.

O projeto **Habitacional Dendê (Ações Habitacionais)** integra proposta mais ampla que envolve as seguintes ações:

- Trabalho Técnico Social e Regularização Fundiária na área de intervenção e no reassentamento, beneficiando 3.845 famílias;
- Construção de 1.080 habitações no Residencial Dendê para o reassentamento das famílias originárias das áreas do Mangue, provenientes das áreas onde haverá alargamento e abertura de ruas e das coabitações;
- Desapropriação de Terrenos e Indenização de 641 benfeitorias, não enquadráveis no reassentamento;
- Equipamento Comunitário (creche), beneficiando 1.080 famílias;



Figura 5 – Área de cobertura da Comunidade do Dendê

Tem como o público alvo as famílias de baixa renda residentes na área de intervenção que optaram pelo reassentamento no residencial projetado e famílias residentes na área de preservação do mangue do Cocó.

Apresenta como objetivo específico reassentar as famílias da Comunidade do Dendê que serão removidas da área para implantação das obras de infraestrutura e as famílias moradoras da área de preservação do mangue do Rio Cocó, na área de intervenção do projeto. Apresenta como meta executar 49,30% das obras de construção do Residencial Dendê e elaborar o projeto técnico social.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R\$13.276.287,28 (treze milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos) dos quais R\$1.000.000,00 (um milhão) corresponde à fonte Fecop, e R\$12.276.287,28 (doze milhões, duzentos e setenta e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).



Figura 6 – Situação atual da área da Comunidade do Dendê

No tocante aos recursos do Fecop, foi empenhado e pago o valor R\$ 1.697,00 (um mil, seiscentos e noventa e sete reais) **(Quadro 53)**. Não foi possível realizar, nesse semestre, o pagamento das primeiras medições do Residencial, tendo em vista a não liberação dos recursos pela Caixa em tempo hábil, já que foi necessário apresentar e aprovar documentação do Projeto do Trabalho Social junto ao referida instituição financeira.

A elaboração do Projeto Técnico Social foi iniciada e conta com 25% desse projeto executado. Não obstante a baixa execução financeira, neste semestre foi iniciada a obra do Residencial Dêndê, que apresenta 3,26% dos serviços executados. A previsão de duração da execução da obra é de 18 meses.



Figura 7 - Obra do Residencial Dêndê



A Secretaria das Cidades empreendeu esforços para mobilizar todos os agentes relacionados com o desenvolvimento do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, do Governo Federal (Lei Federal nº 11.977/2009, posteriormente alterada pela Lei Federal nº 12.424/2011), visando incrementar o seu desempenho no Estado.

A criação de um Comitê Interinstitucional e a utilização do mecanismo de aporte de recursos do Estado, autorizado pela Lei Estadual nº 15.143/2012, em complemento aos recursos federais, foram instrumentos que possibilitaram o efetivo aumento na quantidade de unidades habitacionais contratadas.

No Ceará a realidade é muito preocupante quando se fala de moradia rural. Nas comunidades rurais das diferentes regiões do Estado, ainda se encontram habitações insalubres e

inseguras para seus moradores. São espaços exíguos, construídos em pau-a-pique/taipa, com cobertura de palha e piso de terra batida ou de terra solta que não oferecem segurança, privacidade e proteção adequada, em muitos casos habitados por famílias numerosas.

O **Habitação Rural** é formado por um conjunto de projetos direcionados para a habitação rural e o valor disponibilizado constitui-se na contrapartida aos recursos obtidos por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R\$400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme portaria n.º 229, de 28 de Maio de 2012.

O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R\$4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei N.º 15.143 de 23 de abril de 2012. O projeto estabeleceu ainda como objetivo específico substituir as casas de taipa existentes nas zonas rurais dos municípios beneficiados por casas de alvenaria.

Apresenta como meta para 2015 aportar recursos financeiros em caráter de subsidio para contratação de 324 unidades habitacionais (U.H) em municípios do Estado do Ceará, beneficiando 324 famílias.

Para viabilizar o alcance desta meta do projeto foi estimado o valor total de R\$40.971.953,80 (quarenta milhões, novecentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), dos quais R\$971.953,80 (novecentos e setenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos) corresponde à fonte Fecop e R\$40.000.000,00 (quarenta milhões) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Do total de 1.200 U.H previstas no âmbito deste projeto, foram contratadas 847 U.H, em 17 municípios: Cascavel(49), Catarina(49), Caucaia(125), Fortim(37), Irauçuba(22), Itapajé(28), Itarema(47), Nova Olinda(50), Ocara(38), Pacujá(55), Pedra Branca(17), Porteiras(50), São Benedito(27), Tejuçuoca(36), Trairi(50), Tururu(71), Umirim(96) **(Quadro 55)**.

Foram concluídas no primeiro semestre do ano corrente, 50 unidades habitacionais no município de Trairi. Os demais municípios encontram-se com suas obras em andamento. A evolução das obras indica os seguintes percentuais de execução física: Trairi I (50%), Fortim I (27,03%), Ocara I (7,89%), Nova Olinda I (75,59%), Catarina I (62,35%), Pacujá I (27,03%) e Pacujá II (0%).

Os recursos previstos para 2015 foram integralmente aplicados, fazendo frente à contrapartida do Estado do Ceará nos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal para produção de unidades habitacionais no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Quadro 55 – Municípios beneficiados com as Unidades Habitacionais Contratadas até o 1º Semestre de 2015

Município	Quant. UH - 1º Sem/15
Cascavel	49
Catarina	49
Caucaia	125
Fortim	37
Irauçuba	22
Itapajé	28
Itarema	47
Nova Olinda	50
Ocara	38
Pacujá	55
Pedra Branca	17
Porteiras	50
São Benedito	27
Tejuçuoca	36
Trairi	50
Tururu	71
Umirim	96
Total	847

Fonte: Base de Dados - PMCMV (PNHR) – Projetos CDHIS.

3.5.2.1.1.2.Projetos complementares

O projeto Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda e o projeto Mobilização e Transporte de Famílias são projetos complementares que contribuem indiretamente para redução do déficit quantitativo.

O projeto **Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda** foi formulado e aprovado em 2012 tendo como objetivo efetuar o pagamento do aluguel das unidades residenciais destinadas a abrigar, provisoriamente, famílias residentes na faixa de alagamento em situação de alto risco e em áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e ao Rio Cocó, enquanto aguarda a conclusão dos residenciais para onde serão removidas.

Na área de intervenção dos projetos encontram-se diversos tipos de imóveis, desde casebres de padrão construtivo paupérrimo a sólidas casas de alvenaria. Ao longo dos dois rios também é possível encontrar imóveis com diversos tipos de ocupação, dentre eles muitos utilizados por seus proprietários como residência de famílias, que precisam ser desocupados para a execução dos serviços de urbanização e dos serviços de dragagem do rio.

Considerando que o padrão construtivo destes imóveis é inferior ao oferecido nas unidades habitacionais construídas pelo Governo do Estado, muitos dos proprietários optaram pelo reassentamento nos residenciais que serão construídos no âmbito desses projetos.

Para cumprimento do cronograma das obras, exige-se a desocupação da área de intervenção. Assim, torna-se necessário que algumas famílias sejam removidas e reassentadas provisoriamente até a conclusão de sua nova moradia.

A responsabilidade social dos executores dos projetos exige uma solução para esse impasse e a melhor alternativa apresentada foi o pagamento de auxílio, em caráter temporário, para que as famílias impactadas possam locar outro imóvel durante o período de espera pela conclusão da construção das unidades habitacionais.

A população a ser beneficiada passou a ser mais abrangente, englobando as famílias residentes em todas as áreas de intervenção dos projetos de interesse social da SCidades e que aguardam a conclusão das obras das unidades habitacionais onde serão reassentadas.

Este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop e apresenta como meta efetuar o pagamento de aluguel social para 62 famílias. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total de R\$300.000,00 (trezentos reais). No primeiro semestre de 2015 foi empenhado R\$269.800,00 (duzentos e sessenta e nove mil e oitocentos reais) e pago do valor R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais).

O valor mensal que antes era R\$200,00 passou para R\$400,00 no final de 2014, e em virtude disso, no primeiro semestre de 2015 foram cadastradas as parcelas complementares para os Termos de Acordo firmados até 2014.

No semestre em análise foram firmados 42 (quarenta e dois) Termos de Acordo, dos quais 36 (trinta e seis) com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 6 (seis) com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho.

O projeto **Mobilização e Transporte de Famílias** tem como objetivo específico transportar o mobiliário das famílias do local de origem para os residenciais de destino. O nível de renda da população a ser reassentada nos residenciais que abrigarão as famílias removidas da área de abrangência dos projetos Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê, é considerado muito baixo para fazer frente a custos com a mudança de seus pertences.

Embora a mudança seja um meio para auxiliar no reassentamento das famílias, considerando tratar-se de uma iniciativa governamental, trata-se de um reassentamento involuntário e, portanto, cabe ao Estado a responsabilidade social pelos custos desta transferência.

Este projeto tem como meta, para 2015, efetuar a mudança de 612 famílias com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Com o intuito de atingir esta meta foi estimado, para o ano, o valor total de R\$602.850,04 (seiscentos e dois mil, oitocentos e cinquenta reais e quatro centavos), tendo como limite para o 1º semestre o valor de R\$415.346,04 (quatrocentos e quinze mil, trezentos e quarenta e seis reais e quatro centavos).

Considerando que o Residencial Aldemir Martins não foi concluído, não houve a mudança das famílias, motivo pelo qual não houve execução financeira no primeiro semestre de 2015.

3.5.2.1.1.3. Projetos que contribuem para redução do déficit qualitativo

O projeto **Fogões Sustentáveis** passou a ser financiado pelo Fecop em 2008 e utiliza desde então recursos exclusivos desta fonte. Consiste no fornecimento e instalação de fogões com eficiência energética que utilizam lenha em quantidade bem menor do que um fogão a lenha tradicional.

É constituído de uma estrutura metálica formada por duas bocas, gaveta para armazenamento de lenha, gaveta para remoção de cinzas e chaminé para evitar a fumaça no interior das casas.

Tem como objetivo geral a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e redução do déficit habitacional qualitativo do Estado. O uso do equipamento reduz a emissão de poluentes no interior das casas e, com isso, diminui a incidência de problemas respiratórios e oftalmológicos, contribuindo, dessa forma para a melhoria das condições de saúde de seus beneficiados.

O projeto Fogões Sustentáveis visa proteger a saúde da população beneficiada com a eliminação/redução de doenças respiratórias e oftalmológicas reduzindo o contato direto e indireto da fumaça no ambiente intradomiciliar; reduzir a contaminação das águas das cisternas, que eram captadas através dos telhados contaminados com resíduos da fumaça produzida pelos fogões rudimentares; reduzir o consumo de lenha no uso diário domiciliar usado para cocção de alimentos, e, por conseguinte, o processo de desertificação e degradação da caatinga; reduzir as despesas mensais com aquisição de combustíveis fósseis e biomassas, aumentando, assim, o poder de compra de alimentos da família beneficiada.

Em 2015, o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS aprovou recursos para a execução de 2 (dois) projetos para o fornecimento e instalação de 5.949 fogões com eficiência energética na ordem de R\$ R\$3.244.335,22 e R\$2.080.000,00; e foram programados para o primeiro semestre o valor de R\$1.216.625,72 e R\$780.000,00, respectivamente (**Quadro 53**).

Para o fornecimento dos Fogões Sustentáveis foi firmado o contrato com a empresa Maestro do Brasil Indústria Metalúrgica Ltda, declarada como vencedora do pregão eletrônico nº 20140012, precisamente no dia 11/06/2015. Em decorrência do tempo dispendido para realizar os trâmites legais à realização do procedimento licitatório (confeção do Termo de Referência, o processo licitatório, assinatura do contrato e publicação) não houve execução financeira no 1º semestre de 2015.

O **projeto Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KfW II** tem como meta a implantação de melhorias sanitárias domiciliares – MSDs em 3.040 imóveis em localidades das áreas da Bacia do Baixo e Médio Jaguaribe (BBJ), beneficiando aproximadamente 13.800 pessoas. Serão financiadas pelo Banco Alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW), com contrapartida do Governo do Estado através do Fecop e vem contribuindo, desde 2006, para o desenvolvimento do Ceará na área de Saneamento Básico, notadamente no Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário das localidades do interior do Estado.

Este projeto visa melhorar a qualidade de vida da população e os aspectos ambientais da cidade, já conjecturado em sua missão de “Contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com a sustentabilidade econômica, social e ambiental”.

Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado o valor total de R\$5.098.371,34 (cinco milhões, noventa e oito mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos) dos quais R\$1.474.143,92 (um milhão, quatrocentos e setenta e quatro mil, cento e quarenta e três reais e noventa e dois centavos) correspondendo à fonte Fecop e R\$3.624.227,42 (três milhões, seiscentos e vinte quatro mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a recursos oriundos do banco KfW.

Considerando a natureza dos convênios firmados entre a Secretaria das Cidades e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), cabe a Cagece licitar, executar e pagar diretamente as empresas que executam as obras e serviços; e a Secretaria das Cidades, como gestora dos convênios com as instituições nacionais e organismos internacionais, como é o caso do convênio do programa KfW II, realizar os desembolsos à vinculada (Cagece) mediante a comprovação da execução das obras e serviços, bem como o atesto técnico dos engenheiros da Coordenação de Saneamento (SCidades).

Embora não tenha havido execução financeira dos recursos do Fecop no 1º semestre de 2015, a execução física das obras foi iniciada e os MSDs estão sendo entregues e servindo às comunidades contempladas pelo programa.

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) enviou 3 (três) medições para desembolso com recursos do Fecop que totalizam R\$ 452.994,35 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos).

Entretanto, o desembolso e a execução financeira pela fonte Fecop será realizado quando concluir o trâmite comum à prorrogação do Programa de Saneamento Básico Ceará II, financiado pelo Banco KfW, que atualmente encontra-se no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, para deliberação. Tão logo seja efetivada juridicamente esta prorrogação, poderão ser cadastradas as parcelas para executar os recursos financeiros do Fecop.

Com as 3 (três) medições já mencionadas, foram executadas 81 (oitenta e uma) melhorias sanitárias domiciliares – MSDs no município de Aracati, fazendo com que aproximadamente 367 habitantes tivessem acesso a esgotamento sanitário através de kits sanitários.



Figura 8 - Beneficiário da unidade sanitária domiciliar



Figura 9 - Parte interna da unidade sanitária domiciliar



Figura 10 - Caixa de inspeção, fossa séptica e sumidouro

3.5.2.2. Projetos de Infraestrutura Comunitária

3.5.2.2.1. Urbanização

Os projetos desta categoria têm como objetivo melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho e Rio Cocó. Foram apresentados ao CCPIS, no 1º semestre de 2015, 4 (quatro) projetos na categoria de Infraestrutura Comunitária - Urbanização, 3 (três) referem-se ao Projeto Rio Maranguapinho, e 1 (um) ao Projeto Rio Cocó.

Todos incluem a implantação de via paisagística nas margens do Rio, com áreas de lazer e esporte, e têm objetivo de controlar as cheias, promover a recuperação socioambiental do Rio

Maranguapinho e Rio Cocó e a retirada das ocupações irregulares na área de proteção ambiental dos Rios.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades, em 2015, (R\$27.349.957,83) **(Quadro 51)**, os projetos direcionados a categoria de Urbanização perfazem um total de R\$10.304.892,42 (37,68%) **(Quadro 6)**. Em referência ao valor programado no 1º semestre de 2015, para a SCidades (R\$20.912.172,14) **(Quadro 51)**, os projetos de Urbanização perfazem o total de R\$10.219.400,48 (48,87%) **(Quadro 56)**, dos quais foi empenhado R\$5.786.019,16 (56,62%) e pago R\$4.191.036,37, o que corresponde a 41,01% do valor planejado para o período em análise **(Quadro 56)**.

Quadro 56 – Execução financeira dos Projetos de Infraestrutura Comunitária – Urbanização

Ord	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)	1.905.491,94	1.820.000,00	8.244,00	0,45	8.244,00	0,45
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem, Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	2.000.000,00	2.000.000,00	1.623.297,32	81,16	1.343.808,03	67,19
3	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)	2.899.400,48	2.899.400,48	1.941.921,53	66,98	1.941.921,53	66,98
4	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	3.500.000,00	3.500.000,00	2.212.556,31	63,22	897.062,81	25,63
	Total	10.304.892,42	10.219.400,48	5.786.019,16	56,62	4.191.036,37	41,01

Fonte: GEF, Fortaleza. 01 de julho de 2015.

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC 2) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área referente ao trecho zero, da Av. Mister Hall até a Av. Coronel Carvalho. Possui como meta para 2015 executar 50% da obra dos equipamentos comunitários e executar 12% do total da obra de urbanização do Trecho Zero.

Com o intuito de viabilizar o alcance desta meta, foi estimado para 2015 o valor total de R\$11.307.973,39 (onze milhões, trezentos e sete mil, novecentos e setenta e três reais e trinta e nove centavos) dos quais R\$1.905.491,94 (um milhão, novecentos e cinco mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa e quatro centavos) corresponde à fonte Fecop,

e R\$9.402.481,45 (nove milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 2).



Figura 11 – Maquete Virtual da Ações de Urbanização – Trecho 0

No tocante aos recursos do Fecop, para o 1º semestre de 2015, foi programado o valor de R\$1.820.000,00 (um milhão, oitocentos e vinte mil reais), tendo sido empenhado e pago o valor de R\$8.244,00 (oito mil, duzentos e quarenta e quatro reais) (**Quadro 56**).

No período em análise foram expedidas 2 (duas) imissões na posse dos terrenos adquiridos judicialmente no ano passado para implantação dos equipamentos comunitários (Creche, Escola e Unidade Básica de Saúde). Foi dada a continuidade a aprovação, junto à Caixa e aos órgãos competentes, dos projetos referentes aos equipamentos padrão e implantação destes nos terrenos.

A licitação referente à obra foi concluída, estando com 2% dos serviços executados. Quanto a obra de urbanização, foi encaminhado à Caixa o orçamento atualizado com vistas à licitação da obra. Iniciou-se, neste semestre, o trabalho de adesão das famílias para o Residencial José Lino da Silveira 8, do Programa Minha Casa Minha Vida.



Figura 12 – Terreno para Construção dos equipamentos comunitários – Trecho Zero

O Projeto Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização – Trecho I, II, III – PAC 1) tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área dos trechos I, II e III (da Av. Mister Hull até o Anel Viário).

Tem como meta executar 53% do total da obra de urbanização do Rio Maranguapinho dos referidos trechos. Para viabilizar o alcance desta meta foi estimado para 2015 o valor total de R\$61.415.340,17 (sessenta e um milhões, quatrocentos e quinze mil, trezentos e quarenta reais e dezessete centavos) dos quais R\$2.000.000,00 (dois milhões) corresponde à fonte Fecop e R\$59.415.340,17 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e quinze mil, trezentos e quarenta reais e dezessete centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Referente aos recursos do Fecop para o 1º semestre de 2015 foi programado o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões), tendo sido empenhado o valor de R\$1.623.297,32 (um milhão, seiscentos e vinte e três mil, duzentos e noventa e sete reais e trinta e dois centavos) e pago o valor R\$1.343.808,03 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, oitocentos e oito reais e três centavos), o equivalente a 81,16% e 67,19% do valor programado para o semestre, respectivamente **(Quadro 56)**.

Neste semestre foram indenizadas e pagas 164 benfeitorias , sendo 67 com recursos do Fecop e 97 com recursos do CPAC. Também foi dada continuidade às obras de urbanização, com 53,85 % executado até junho/15.



Figura 13 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho I



Figura 14 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho II



Figura 15 - Urbanização Rio Maranguapinho Trecho III



Figura 16 - Imóvel Indenizado Trecho III

O Projeto Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho IV – PAC 2) tem como público alvo as famílias de baixa renda no trecho entre o Anel Viário e a barragem do Rio Maranguapinho. Apresenta como meta para 2015, executar 15% da obra dos equipamentos comunitários e executar 28% do total da obra de urbanização do Trecho IV.

Com o intuito de alcançar a meta, foi estimado para o ano em análise o valor total de R\$17.923.352,00 (dezessete milhões, novecentos e vinte e três mil e trezentos e cinquenta e dois reais), dos quais R\$ 2.899.400,48 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove reais,

quatrocentos reais e quarenta e oito centavos) corresponde à fonte Fecop, e R\$15.023.951,52 (quinze milhões, vinte e três mil, novecentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 2).

Referente aos recursos do Fecop para o 1º semestre de 2015, foi programado o valor de R\$2.899.400,48 (dois milhões, oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos reais e quarenta e oito centavos), tendo sido empenhado e pago o valor de R\$1.941.921,53 (um milhão, novecentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte um reais e cinquenta e três centavos), o equivalente a 66,98% do programado para o semestre (**Quadro 56**).

No período em análise foram realizadas atualizações dos Laudos de Avaliação dos terrenos e benfeitorias, negociações junto aos proprietários com vista a desapropriações dos terrenos e indenizações das benfeitorias. Foram negociadas 5 (cinco) indenizações de benfeitorias e pagas 3 (três), beneficiando 5 (cinco) famílias (12 pessoas considerando 4,12 por família).

Foi iniciada a obra de urbanização que encontra-se com 5,40% dos serviços executados. Quanto à obra dos equipamentos, o projeto e o orçamento encontram-se na CAIXA para análise e aprovação.



Figura 17 - Urbanização do Trecho IV

O projeto **Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)** tem como público alvo as famílias de baixa renda residentes na área de intervenção do Rio Cocó. Apresenta como objetivo específico retirar as ocupações irregulares na área de proteção ambiental do Rio no Trecho entre a Br 116 à Av. Val Paraíso, promovendo com isso a recuperação socioambiental do referido rio.

Tem como meta para o ano em comento executar 35% da obra da barragem do Cocó e executar 15% do total da obra de urbanização do Rio Cocó. Para viabilizar o alcance desta

meta foi estimado para 2015 o valor total de R\$59.476.160,95 (cinquenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e seis mil, cento e sessenta reais e noventa e cinco centavos) dos quais R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais) correspondem à fonte Fecop, e R\$55.976.160,95 (cinquenta e cinco milhões, novecentos e setenta e seis mil, cento e sessenta reais e noventa e cinco centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (PAC 1).

Referente aos recursos do Fecop para o 1º semestre de 2015 foi programado o valor de R\$3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), tendo sido empenhados R\$2.212.556,31 (dois milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e cinquenta reais, trinta e um centavos) e pagos R\$897.062,81 (oitocentos e noventa e sete mil, sessenta e dois reais e oitenta e um centavos), o equivalente a 63,22% e 25,63% do valor programado para o semestre, respectivamente **(Quadro 56)**.

No primeiro semestre de 2015 foi iniciada a obra da Barragem Cocó, a qual encontra-se com 8% dos serviços executados. Continuada a obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha), com 58% dos serviços executados.

Cumprе esclarecer que a meta física refere-se à obra toda de urbanização (trechos I, II e III) e que, por esse motivo, o percentual é o acumulado. Nesse semestre foi executado o percentual de 12%. Foram efetuadas 26 (vinte e seis) indenizações de benfeitorias de imóveis que ocupavam a área da obra de urbanização. No tocante a obra de urbanização dos Trechos I e II, será licitada no 2º semestre.



Figura 18 - Barragem Cocó



Figura 19 - Urbanização do Trecho III do Rio Cocó



Figura 20 - Urbanização do Trecho III do Rio Cocó

3.5.2.2.2 Esgotamento Sanitário

Esses projetos são elaborados e executados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e tem como objetivo a universalização do acesso à água tratada, da coleta e do tratamento dos esgotos.

Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e a proteção ao meio ambiente e implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano e habitação. Sua execução contribui também para a redução do déficit habitacional qualitativo. Os projetos desta categoria são executados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - Cagece, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2015, (R\$27.349.957,83) **(Quadro 51)**, os projetos direcionados a categoria Infraestrutura Comunitária – Esgotamento Sanitário perfazem um total de R\$3.186.543,13 (11,65%) **(Quadro 57)**.

Em referência ao valor programado para a Secretaria das Cidades no 1º semestre (R\$20.912.172,14) (**Quadro 51**), os projetos desse grupo perfazem um total R\$1.539.800,00 (7,36%) (**Quadro 07**).

Quadro 57 – Execução financeira - Infraestrutura Domiciliar – Esgotamento Sanitário

Ord	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	596.405,05	596.405,05	0,00	0,00	0,00	0,00
2	Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira	2.009.490,94	843.986,20	0,00	0,00	0,00	0,00
3	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia	580.647,14	99.409,04	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total	3.186.543,13	1.539.800,00	-	-	-	-

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF).

O projeto **Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza** se insere no escopo do Programa Sanear II e conta também com recursos oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Recursos Próprios da Cagece. Abrange os bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Portugal e Parque Jerusalém, que estão localizados na zona sudoeste da cidade de Fortaleza cuja população total é de 27.703 habitantes.

Apresenta como objetivos específicos melhorar a qualidade das águas das praias e dos cursos de água que atravessam a cidade de Fortaleza, mediante a ampliação do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário; melhorar as condições sanitárias em comunidades do interior do Estado do Ceará com população entre quinze e cem mil habitantes e melhorar a eficiência na prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico no Estado do Ceará, mediante o apoio à gestão operacional da Cagece.

Tem como meta implantar 532 ligações prediais de esgoto, possibilitando atender a uma população de 2.128 habitantes. Com o intuito de atingir esta meta do projeto, estimou um valor total para 2015 de R\$3.096.405,05 (três milhões, noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos), dos quais R\$ 596.405,05 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos) correspondem à fonte Fecop, e R\$2.500.000,00

(dois milhões e quinhentos mil reais) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

No tocante a fonte Fecop, para o 1º semestre de 2015, foi programado o valor de R\$596.405,05 (quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinco reais e cinco centavos) **(Quadro 57)**.

Considerando a demora por parte da construtora em elaborar a medição final do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-bacia SE-2 e a dificuldade na execução de alguns serviços, não houve tempo hábil para execução do valor previsto a ser utilizado no 1º semestre do ano de 2015. No entanto a obra encontra-se com a execução física concluída e a medição final em tramitação na Cagece para que seja realizada posteriormente a solicitação de desembolso. Em função disso, o valor previsto será empenhado no 2º semestre de 2015.

No período em análise foram executadas 122 ligações prediais beneficiando aproximadamente 500 habitantes da região da sub-bacia. Considerando o acumulado das ligações prediais, tem-se um total de 5.380 ligações realizadas, beneficiando 25.741 habitantes, sendo a meta da sub-bacia de 5.790 ligações prediais para beneficiar 27.703 habitantes da região da sub-bacia SE-2.



Figura 21 - Rede Coletora de Esgoto



Figura 22 - Estação Elevatória de Esgoto



Figura 23 - Estação Elevatória de Esgoto



Figura 24 - Rebaixamento Lençol Rede Coletora



Figura 25 - Rede coletora de Esgoto



Figura 26 - Ligação Predial de Esgoto

O projeto **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira** consiste na implantação da rede de esgotamento sanitário do Residencial Lino da Silveira a ser construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida e na execução de obras na Estação de Tratamento de Esgoto – ETE do Conjunto Araturi, para adequá-la a receber os efluentes gerados pela população do novo Residencial.

O Residencial Lino da Silveira ocupará uma área aproximada de 15 ha, localizado na Av. São Vicente de Paulo. Será composto de 9 (nove) condomínios de prédios, totalizando 2.816 unidades habitacionais, e, respectivamente, uma população aproximada de 14.080 pessoas.

O projeto proposto, além de eliminar de forma definitiva vazamentos decorrentes da obstrução da rede coletora de esgotos, permitirá o acesso adequado para a realização de serviços de manutenção e operação do sistema, melhorando a prestação dos serviços de esgotamento sanitário e promovendo a melhoria das condições de saúde da comunidade beneficiada.

Espera-se potencializar o serviço público de coleta de esgoto e melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população do Residencial Jose Lino da Silveira, reduzindo os casos de doenças de veiculação hídrica por meio da readequação do sistema de esgotamento sanitário.

Este projeto apresenta como objetivo específico melhorar o atendimento à população residente no residencial Araturi e implantar o sistema de esgotamento sanitário do Residencial José Lino da Silveira.

Tem como meta para 2015 implantar 4.571m de extensão de rede coletora de esgoto, readequando o sistema de esgoto do referido Residencial. Para viabilizar o alcance da meta, este projeto conta com recursos exclusivos oriundos da fonte Fecop. Estimou-se um valor total de R\$2.009.490,94 (dois milhões, nove mil, quatrocentos e noventa reais e noventa e quatro centavos), tendo como limite para o 1º semestre o valor de R\$843.986,20 (oitocentos e quarenta e três mil, novecentos e oitenta e seis reais e vinte centavos) **(Quadro 57)**.

A obra do SES encontra-se na 9ª medição com percentual acumulado de 87,07%. Apesar de não ter tido execução na meta do projeto, observa-se que houve serviços na linha do emissário entre a estação elevatória e ETE, assim também como alguns serviços de melhorias tais como a locação da interligação das unidades, poço de visita, serviço de impermeabilização etc. O fato de não se ter utilizado o recurso destinado para o ano de 2015 foi devido aos serviços executados neste período estão sendo pagos com recursos empenhados ainda em 2014.

O projeto **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia** tem como público alvo as famílias residentes em localidades rurais com precariedade ou ausência de Sistema de Abastecimento de Água. Tendo como objetivo específico ampliar o número de habitantes atendidos com sistemas de abastecimento de água.

As metas constantes no projeto em 2015 são as seguintes: Executar um Reservatório Apoiado (RAP) de 1500m³; Executar 02 Reservatórios Elevados (REs) de 200m³ cada; Ampliar 58.714m de rede de distribuição de diâmetros variando entre 50mm e 400mm; e Executar 2.730 novas ligações prediais.

Com o intuito de alcançar estas metas, foi estimado para 2015 o valor total de R\$5.182.705,91 (cinco milhões, cento e oitenta e dois mil, setecentos e cinco reais e noventa

e um centavos) dos quais R\$580.647,14 (quinhentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos) correspondem à fonte Fecop, e R\$4.602.058,77 (quatro milhões, seiscentos e dois mil, cinqüenta e oito reais e setenta e sete centavos) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal (OGU).

No tocante a fonte Fecop, para o 1º semestre de 2015 foi programado o valor de R\$99.409,04 (noventa e nove mil, quatrocentos e nove reais e quatro centavos) (**Quadro 57**).

A obra foi contratada no final de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado - DOE em 23/02/2015. Houve espera na aprovação da documentação do edital de licitação submetido à análise da Caixa, fator condicionante para emissão da ordem de serviço, que ocorreu em 27/05/2015, período esse referente ao início da primeira medição do contrato, que atualmente está em fase de elaboração. Todos esses fatores contribuíram para a não execução dos recursos no 1º semestre de 2015.

3.5.2.2.3. Projetos de Inclusão Produtiva

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico da população mais pobre do Estado, a SCidades desenvolve projetos que buscam a autonomia de seus beneficiários através do incentivo à geração de trabalho e renda. Para tanto, promove ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção.

Do total dos recursos programados para a Secretaria das Cidades em 2015 (R\$27.349.957,81) (**Quadro 51**), os projetos direcionados a Inserção Produtiva perfazem um total de R\$100.000,00(0,004%) (**Quadro 8**).

Quadro 58 – Execução financeira Inclusão Produtiva

Ord	Projetos	Límite Anual	Límite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	Inclusão Social e Produtiva de Catadores	100.000,00	-	-	-	-	-
Total							

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

Na categoria Inclusão Produtiva Urbana - Ocupação e Renda (Capacitação e Fomento) o **Projeto Inclusão Social e Produtiva de Catadores** conta com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego captados através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Apresenta como público alvo cerca de 3.000 catadores e catadoras de materiais recicláveis que atuam em lixões, ruas e espaços públicos em 93 municípios do Estado do Ceará. Este público, por suas condições precárias de trabalho e renda, encontram-se abaixo da linha da pobreza e em constante risco social.

O projeto tem o objetivo de apoiar a estruturação das organizações associativas auto-sustentáveis de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis e a formação das pessoas envolvidas no processo estimulando a geração de trabalho e renda, contribuindo para a inclusão social e produtiva.

Para 2015, foi estabelecida a meta de identificar, cadastrar, mobilizar e sensibilizar 3.000 catadores para implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Apresenta também como meta desenvolver ações de capacitação e assessoramento para a organização de 2.500 catadores (as) em cooperativas, disponibilizando infraestrutura e logística necessárias para o seu funcionamento, estimulando a busca da elevação do grau de escolaridade dos beneficiários para participar de programas como o PRONATEC, EJA entre outros.

Para alcançar esta meta foi estimado o valor total de R\$2.648.407,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete centavos) dos quais R\$100.000,00 (cem mil) correspondem à fonte Fecop, e R\$2.548.407,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sete reais) correspondem a recursos oriundos do Governo Federal. No tocante a fonte Fecop, foi programado para o 1º semestre de 2015 o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) **(Quadro 58)**.

Não houve execução no 1º semestre de 2015 em função de entraves no processo licitatório. O edital nº 20130013-SCidades/Cosan, para contratação da empresa com a finalidade de executar a meta do projeto, foi lançado em 26/05/15 e a licitação na modalidade pregão eletrônico ocorreu no dia 12/06/15. Encontra-se na fase de análise da proposta do 4a arrematante, uma vez que as primeiras foram desclassificadas. Tão logo seja efetivada a contratação com a empresa vencedora, as atividades serão iniciadas.

3.5.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Os recursos empenhados pela SCidades no período em análise estão alocados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), contemplada com R\$9.107.102,62 (**Quadro 59**). Isso resulta da execução dos projetos que envolvem os maiores volumes de recursos, como é o caso do Projeto Rio Maranguapinho, cuja área de atuação é a RMF, e dos projetos desenvolvidos no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida.

O volume de recursos empenhados na RMF pela Secretaria das Cidades resulta principalmente da necessidade de reduzir o elevado déficit habitacional qualitativo e quantitativo existente nessa região.

Os projetos que contemplam as demais macrorregiões, incluindo a zona rural, têm execução prevista para o segundo semestre de 2015.

Quadro 59 – Distribuição dos Recursos Aplicados 1º semestre de 2015

Macrorregião	Valor Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	9.702.102,62	100,00	1.508	80,43
2-LITORAL OESTE	0,00	0,00	0,00	0,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	0,00	0,00	0,00	0,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	0,00	0,00	0,00	0,00
5-SERTÃO CENTRAL	0,00	0,00	0,00	0,00
6-BATURITÉ	0,00	0,00	0,00	0,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	367	19,57
8-CARIRI/CENTRO SUL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	9.702.102,62	100,00	1.875	100,00

Fonte: Gerência Executiva do Fecop (GEF)

3.5.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**
 - o O Residencial Aldemir Martins apresenta 96% da obra executada e o Residencial Santo Sátiro apresenta 55% da obra executada.
 - o Realizado o pagamento das medições dos Residenciais em execução (Residenciais Aldemir Martins e Santo Sátiro) e do Trabalho Técnico Social nos Residenciais Leonel Brizola e Lupe de Paula (Residenciais já concluídos e com famílias morando).
- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**
 - o Iniciada a obra dos equipamentos comunitários (Escola, creche e Unidade Básica de Saúde), tendo executado 2% dos serviços.
- **Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e II - PAC I)**
 - o Indenizadas e pagas 164 benfeitorias, sendo 67 com recursos do Fecop e 97 com recursos do CPAC.
 - o Continuadas as obras de urbanização com 53,85 % dos serviços executados.
- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho IV - PAC II)**
 - o Iniciada a obra de urbanização, estando 5,40% dos serviços executados.
- **Projeto Rio Cocó (Ações Habitacionais)**
 - o Negociadas e pagas 13 (treze) indenizações de benfeitorias.
 - o O percentual total da área da obra de urbanização do Rio Cocó, liberado até o momento, é de 27%.
- **Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)**
 - o Iniciada a obra da Barragem Cocó, estando com 8% dos serviços executados.
 - o Continuada a obra de Urbanização do Trecho III (Br116 à Av. Paulino Rocha), estando com 58% dos serviços executados, correspondendo a 12% do total da urbanização (Trechos I, II e III).
 - o Efetuadas 26 indenizações de benfeitorias de imóveis que ocupavam a área da obra de urbanização.

- **Dendê (Ações Habitacionais)**

- o Iniciada a obra do Residencial Dendê, apresentando o percentual de execução de 3,56% dos serviços.
- o Iniciada a elaboração do Projeto Técnico Social, tendo executado 25% do projeto.

- **Aluguel Social para Família de Baixa Renda**

- o Firmados 42 (quarenta e dois) Termos de Acordo, sendo 36 (trinta e seis) com beneficiários do Projeto Rio Cocó e 6 (seis) Termos de Acordo com beneficiários do Projeto Rio Maranguapinho.

- **Habitação Rural – PNHR**

- o Do total de 1.200 U.H previstas no projeto, foram contratadas 847 U.H, em 17 municípios: Cascavel(49), Catarina(49), Caucaia(125), Fortim(37), Irauçuba(22), Itapajé(28), Itarema(47), Nova Olinda(50), Ocara(38), Pacujá(55), Pedra Branca(17), Porteiras(50), São Benedito(27), Tejuçuoca(36), Trairi(50), Tururu(71), Umirim(96).
- o Foram concluídas 50 unidades habitacionais no município de Trairi. Os demais municípios encontram-se com suas obras em andamento.
- o Percentual de evolução física das obras Trairi I (50%), Pacujá I (27,03%), Pacujá II (0%), Fortim I (27,03%), Ocara I (7,89%), Nova Olinda I (75,59%) e Catarina I (62,35%).

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2**

- o Executadas 122 ligações prediais, beneficiando aproximadamente 500 habitantes da região da sub-bacia. Levando em consideração o acumulado das ligações prediais, temos um total de 5.380 ligações realizadas, beneficiando 25.741 habitantes.

- **Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II**

- o Com as 3 (três) medições registradas, foram executados 81 benefícios de Melhorias Sanitárias Domiciliares – MSDs, fazendo com que aproximadamente 367 habitantes tivessem acesso a esgotamento sanitário através de kits sanitários.

Dificuldades

- **Rio Maranguapinho (Ações Habitacionais)**

- o A demora no processo de renovação do Alvará de construção da obra do Residencial Santo Sátiro, em função da necessidade de aprovações dos projetos complementares, fez com que o ritmo da obra do Residencial ficasse bem lento, visto que, sem o alvará não é possível a liberação das medições junto a Caixa.

- **Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização – Trecho Zero – PAC II)**

- o Demora da Caixa na aprovação dos projetos, fator esse que impactou no atraso na licitação referente aos equipamentos comunitários (em função da necessidade de complementações nos projetos e orçamento) e, impedindo, com isso, um melhor desempenho por parte da Construtora. Destaca-se que somente é possível receber pagamento das medições com a devida aprovação da Caixa.

- **Dendê (Ações Habitacionais)**

- o Burocracia no processo de liberação de medições;
 - o Construtora com ritmo lento.

- **Fogões Sustentáveis**

- o Demora no processo licitatório.

- **Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza Sub-bacia SE-2**

- o Dificuldade na execução da Estação Elevatória de Esgoto e Rede Coletora de Esgoto, ocasionando atraso na elaboração da medição final do empreendimento.

- **Melhorias Sanitárias Domiciliares – Programa Ceará II – KFW II**

- o O lapso temporal, desde o cadastramento dos imóveis até o início da execução das obras, ocasionou diversos impactos e conseqüente atrasos/dificuldades na construção das MSDs, entre eles: a mudança de endereço das casas, falecimento de beneficiários, construção de novas habitações, a desistência de beneficiários na interligação do sistema de água (pois ser usuário de SAA é um dos critérios para ser beneficiado com MSD), desistência do usuário no benefício sem motivo relevante, etc.

- **Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira**
 - o Existência de contratemplos na execução direta dos serviços, principalmente quanto ao rebaixamento de lençol freático, ocasionou diversos impactos e conseqüentes atrasos no assentamento dos tubos e intervenção nas vias públicas.

- **Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan em Caucaia**
 - o Demora no processo licitatório.

- **Inclusão Social e Produtiva de Catadores**
 - o Entraves no processo licitatório.

3.6. Secretaria da Infraestrutura

3.6.1. Aspectos Gerais

A SEINFRA foi criada pela Lei Nº 12.961 de 03 de Novembro de 1999, dentro do processo de Reforma Administrativa do Governo do Estado e tem como competência as áreas de Transportes, Obras, Energia e Comunicações definidas pela Reforma Administrativa do Governo atual, através da Lei 13.875, de 7 de fevereiro de 2007, alterada em 09 de novembro de 2007, pela Lei 14.005.

O Governo Estadual reputa a infraestrutura como pré-condição para o crescimento sustentável. Esta lógica norteia todas as ações da SEINFRA, possibilitando vislumbrar cenários de curto e médio prazo, onde a infraestrutura será um dos grandes atrativos para a instalação de grandes projetos produtivos no Estado.

Considerando que a existência de uma adequada infraestrutura de transportes constitui fator fundamental para a expansão de nossa economia, investimentos de grande magnitude estão planejados, cabendo destacar os empreendimentos nas áreas de energia, transporte rodoviário, portuário e ferroviário.

O projeto proposto inclui-se no Plano Estadual de Logística e Transporte do Ceará – PELT, com vistas a contribuir através da implantação de infraestrutura de transporte para situar o Estado no rumo do desenvolvimento sustentável.

No PPA 2012 / 2015, o projeto situa-se no âmbito do Programa 003 – Transporte e Logística do Estado do Ceará e contribui para o alcance do Objetivo 001 – Implantar, remodelar, recuperar e operacionalizar o Sistema Metro-Ferroviário do Estado, para atender a necessidade de deslocamento da população do Estado do Ceará; Meta 00001 – Atender 506.000 usuários/dia útil ao final de 2015 na RMF; Iniciativa 00059 – Implantação do Trem de Passageiros com VLT – Parangaba / Mucuripe.

Quadro 60 – Execução Financeira da SEINFRA

MAP P	Projeto	Limite Anual	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
285	Desapropriação de faixa de domínio e Estações para Implantação do VLT Parangaba-Mucuripe	7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21
Total		7.000.000,00	3.718.016,40	53,11	3.514.777,97	50,21

Fonte: FECOP

3.6.2. Desenvolvimento

Programa Transporte e Logística do Estado do Ceará

O projeto Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Mucuripe inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, na categoria de projetos Estruturantes, subcategoria Infraestrutura Comunitária.

Constitui-se basicamente de ações de desapropriação das áreas de domínio e estações do VLT. Estas são condições indispensáveis para que possam ser desenvolvidas todas as demais ações que beneficiarão aproximadamente 20% da população de Fortaleza.

O projeto compõe o Eixo – Sociedade Justa e Solidária do Plano Plurianual, na área de Infraestrutura e Logística, especificamente no componente de Infraestrutura Complementar das Regiões do Estado do Ceará, e visa disponibilizar às comunidades isoladas o acesso ao serviço de telefonia fixo comutada. Embora ligado a área de infraestrutura da política de governo, o projeto tem ação abrangente e vinculação com outros projetos, visto que, como meio de comunicação acessível à população carente, possibilita a utilização de diversos outros serviços do Governo Estadual, como saúde, educação, segurança pública, defensoria, etc, assim como comercialização de produções locais e busca de informações com as demais esferas da sociedade.

Sabe-se que transportes de massa atendem, sobretudo a parcela mais pobre da população que não dispõe de veículo particular e sofre com a morosidade para percorrer distâncias mais longas. É importante ressaltar ainda que a implantação do VLT Parangaba – Mucuripe propiciará a ligação entre diversos polos geradores e atratores de viagens, como: a região hoteleira, o porto do Mucuripe, a rodoviária de Fortaleza, o aeroporto, universidades, hospitais, além de dois importantes terminais de ônibus do município (Parangaba e Papicu), gerando mobilidade urbana e aumentando a acessibilidade das mais diversas classes sociais da população. O projeto beneficiará a cidade, de modo geral, configurando-se como um revitalizador de áreas subutilizadas e contribuindo para a urbanização de vários bairros.

O projeto foi aprovado na primeira reunião ordinária do CCPIS de 2015 no valor de R\$ 2.000.000,00, destinados à desapropriação e indenização de 40 imóveis localizados na faixa de domínio destinada à implantação do VLT, além do pagamento de 455 aluguéis sociais. A aprovação de laudos de desapropriação de mais 100 imóveis, bem como a necessidade de adquirir um terreno localizado na faixa de domínio destinada à implantação do VLT, demandaram um aporte adicional de recursos para viabilizar o cumprimento das metas, que passaram a dispor da seguinte forma: (I) Desapropriar e indenizar 140 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT; (II) Adquirir 1 (um) terreno localizado na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT; e (III) Efetuar o pagamento de 455 aluguéis sociais.

3.6.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

O projeto está situado na Região Metropolitana de Fortaleza, especificamente em Fortaleza, onde será implantado o Veículo Leve sobre Trilhos-VLT, tendo a sua extensão de 12,7 Km, iniciando na Estação Mucuripe até a Parangaba.

Quadro 61 – Distribuição dos Recursos Aplicados até Junho/ 2015

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada*	%
1-RMF	3.718.016,40	100,00	1.323	100,00
TOTAL	3.718.016,40	100,00	1.323	100,00

* Número de pessoas beneficiadas com o aluguel social.

Fonte: GEF

3.6.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- Desapropriados e indenizados 35 imóveis localizados na faixa de domínio, destinada à implantação do VLT.
- Adquirido um terreno localizado na faixa de domínio destinado à implantação do VLT.
- Efetuado o pagamento de 321 aluguéis sociais.

Dificuldades

- Falta da documentação legal (certidão do IPTU e Cartorária) necessária para o pagamento das indenizações e para aquisição de terreno
- O volume de ações judiciais, que dificultam as negociações e, conseqüentemente, atrasa o processo de desapropriação de imóveis.
- A escassez de recursos enfrentada no período, dificultando os processos de pagamento de desapropriação.

3.7. Gabinete do Governador

3.7.1. Aspectos Gerais

A Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude – COJUV foi instituída em 2007, ainda como Assessoria, na estrutura do Gabinete do Governador – GABGOV, como órgão executivo do Governo do Estado do Ceará, de assistência direta e imediata ao Governador, em todos os assuntos que dizem respeito aos jovens e as jovens, considerando a faixa etária de 15 a 29 anos e as políticas públicas de juventude, utilizando para isso ações diretas e/ou transversais. Desde 2009 o GABGOV assumiu a execução do ProJovem, e desde 2013 eles utilizam a contrapartida do Estado com recurso do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP os Programas ProJovem Campo - “Saberes da Terra” e o ProJovem Urbano.

O ProJovem tem o objetivo de ofertar a elevação de escolaridade aos jovens que tenham de 18 a 29 anos, não tenham concluído o ensino fundamental e saibam ler e escrever.

O ProJovem Campo e o ProJovem Urbano apresentam programação de recursos do Governo Federal para o ano de 2015 na ordem de R\$21.640.777,11 (vinte e um milhões, seiscentos e quarenta mil, setecentos e setenta e sete reais e onze centavos).

O ProJovem Urbano I teve suas atividades letivas encerradas em maio do corrente ano e o último desembolso foi realizado no valor de R\$1.085.236,07 (um milhão, oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e seis reais e sete centavos). O prazo de encerramento do Contrato de Gestão foi prorrogado até dezembro de 2015 para fins de encerramento financeiro, com o pagamento de funcionárias do programa que se encontram gestantes e com estabilidade garantida até o período citado.

Quadro 62 – Execução Financeira do GABGOV

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	86	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano (I).	1.085.236,10	1.085.236,10	1.085.236,07	100	1.085.236,07	100
2	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Urbano (II).	3.711.657,60	2.474.438,40	1.237.219,20	50	1.237.219,20	50
3	103	Projovem Campo “Saberes da Terra”	1.455.552,00	970.368,00	485.184,00	50	485.184,00	50
Total			6.252.445,70	4.530.042,50	2.807.639,27	61,98	2.807.639,27	61,98

Fonte: Gerência Executiva do FECOP

3.7.2. Desenvolvimento

O projeto desenvolvido pelo GABGOV inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Educação, abrangendo os projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios.

ProJovem Urbano

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano é um Programa do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial e participação cidadã. Em 2015 foram executadas duas turmas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano I e II.

A Resolução CD/FNDE Nº 54 de 21 de novembro de 2012, estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios com cem mil ou mais habitantes, para o desenvolvimento de ações do Programa Projovem Urbano, para entrada de estudantes em 2013. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; atender aos jovens catadores de resíduos sólidos; ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011).

O ProJovem Urbano I iniciou suas turmas no dia 23 de setembro de 2013. Com duração de 18 meses, os jovens beneficiados ao final do curso tiveram a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, ter uma qualificação profissional inicial e receber o estímulo de desenvolver atividades comunitárias, por meio das 3 dimensões: Educação Básica (Português, Matemática, Inglês, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. Vale ressaltar que o curso é dividido em 6 Unidades Formativas, cada uma com a duração de 3 meses: I – Juventude e Cultura; II – Juventude e Cidade; III – Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania.

O projeto atendeu iniciou o atendimento a 8.600 jovens em 42 municípios do Estado e 2 Unidades Penitenciárias, conforme relação abaixo. Deste total de jovens, 8.509 permaneceram no programa até o seu encerramento, sendo que apenas 3.753 foram certificados em nível fundamental, segundo dados do Sistema Integrado do Ministério da Educação – SIMEC.

MUNICÍPIOS ATENDIDOS - Turma I			
Nº	MUNICÍPIOS	Nº	MUNICÍPIOS
1	Acarape	23	Massapê
2	Acaraú	24	Monsenhor Tabosa
3	Aiuaba	25	Nova Russas
4	Aquiraz	26	Ocara
5	Aracati	27	Pacajus
6	Ararendá	28	Pacoti
7	Acopiara	29	Pacujá
8	Aratuba	30	Paraipaba
9	Camocim	31	Parambu
10	Canindé	32	Paramoti
11	Crateús	33	Penaforte
12	Farias Brito	34	Piquet Carneiro
13	General Sampaio	35	Quixeramobim
14	Guaiuba	36	Quixeré
15	Horizonte	37	Reriutaba
16	Icapuí	38	Saboeiro
17	Ipu	39	Tamboril
18	Ipueiras	40	Tauá

19	Itapajé	41	Tianguá
20	Jaguaribe	42	Várzea Alegre
21	Limoeiro do Norte	43	Penitenciária Francisco Hélio Viana
22	Madalena	44	Presídio Penal Feminino Desembargador Auri Moura Costa.

No 1º semestre de 2015, período de encerramento das turmas do Projovem Urbano I, os jovens tiveram aulas da Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania. E no mês de abril foram realizadas as cerimônias de formaturas das turmas.

Formatura da Turma do Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa



Formatura da Turma do Município de Pacoti



O ProJovem Urbano II iniciou novas turmas no dia 23 de junho de 2015. Com duração de 18 meses, os jovens beneficiados ao final do curso terão a oportunidade de concluir o Ensino Fundamental, ter uma qualificação profissional inicial e receber o estímulo de desenvolver atividades comunitárias, por meio das 3 dimensões: Educação Básica (Português, Matemática, Inglês, Ciências Humanas e Ciências da Natureza), Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. Vale ressaltar que o curso é dividido em 6 Unidades Formativas, cada uma com a duração de 3 meses: I - Juventude e Cultura; II - Juventude e Cidade; III - Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania.

No final do 1º semestre de 2015, foram iniciadas as aulas da Unidade Formativa I (Juventude e Cultura). O projeto vem atendendo 4.800 jovens em 24 municípios do Estado, conforme relação a seguir:

MUNICÍPIOS ATENDIDOS – Turma II - 2015/2017			
Nº	MUNICÍPIOS	Nº	MUNICÍPIOS
1	Alto Santo	13	Guaraciaba do Norte
2	Assaré	14	Hidrolândia
3	Barbalha	15	Icó
4	Barro	16	Itapiúna
5	Boa Viagem	17	Itatira
6	Capistrano	18	Missão Velha
7	Cariré	19	Pacatuba
8	Cedro	20	Pentecoste
9	Coreaú	21	Santa Quitéria
10	Forquilha	22	Tabuleiro do Norte
11	Frecheirinha	23	Trairi
12	Graça	24	Umirim

Destaca-se que, o resultado dos jovens que tiveram o grau de escolaridade elevado, ou seja, jovens capacitados, só poderá ser mensurado ao final dos 18 meses de curso, ou seja, em março de 2017.

Os educadores responsáveis pela Formação Continuada da Unidade Formativa I (Juventude e Cultura) foram capacitados e participaram de formação no período de 01 a 05 de Junho do corrente ano, no espaço de treinamento Acrópole – Maranguape/CE com equipe de formadores da URCA (Universidade Regional do Cariri). No período de junho de 2015 foram

realizadas aulas inaugurais, solenidade de lançamento do ProJovem Urbano nos municípios que aderiram a edição 2015/2017.

ProJovem Campo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo – Saberes da Terra é um Programa do Governo Federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial, inclusão digital e participação cidadã.

A Resolução CD/FNDE Nº 11 de 16 de Abril de 2014, estabelece os critérios e as normas para a transferência de recursos financeiros, ao Distrito Federal, aos Estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo – Saberes da Terra, para o ingresso de estudantes a partir de 2015. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos.

As atividades do projeto serão iniciadas em julho de 2015 e atenderá a 1.200 jovens em 17 municípios do Estado, conforme relação abaixo:

MUNICÍPIOS ATENDIDOS - 2015/2017			
Nº	MUNICÍPIOS	Nº	MUNICÍPIOS
1	Aracati	10	Ipueiras
2	Ararendá	11	Jaguaruana
3	Araripe	12	Mauriti
4	Cascavel	13	Pindoretama
5	Caucaia	14	Pires Ferreira
6	Crateús	15	Quixeramobim
7	Fortim	16	São Luís do Curu

8	Guaiúba	17	Tianguá
9	Icapuí		

Destaca-se que, o resultado dos jovens que tiveram o grau de escolaridade elevado, ou seja, jovens capacitados, só poderá ser mensurado ao final dos 24 meses de curso, ou seja, em maio de 2017.

3.7.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Ressalte-se que na seleção dos municípios a serem beneficiados, foram consideradas: a situação socioeconômica da Região/município; as estruturas cedidas e o cumprimento dos aspectos de governabilidade das Prefeituras em edições atuais e anteriores (exemplo: o transporte dos alunos e de educadores); bem como os municípios inseridos nos Territórios da Cidadania; entre outros.

Quadro 63 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado (R\$)	%	População Beneficiada	%
1-RMF	367.290,66	13,08	1.237	11,59
2-LITORAL OESTE	279.829,78	9,97	1.140	10,18
3-SOBRAL/IBIAPABA	535.573,96	19,08	2.125	18,98
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	283.202,63	10,09	1.731	10,10
5-SERTÃO CENTRAL	227.291,74	8,10	1.084	11,47
6-BATURITÉ	228.278,98	8,13	647	8,82
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	377.889,16	13,46	1.245	11,12
8-CARIRI/CENTRO SUL	508.282,36	18,10	1.985	17,73
TOTAL	2.807.639,27	100	11.194	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Nota-se que em relação aos recursos empenhados no primeiro semestre de 2015, no valor de R\$ 2.807.639,27 (dois milhões, oitocentos e sete mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e sete centavos), estão contempladas em todas as Macrorregiões de Planejamento do Estado; sendo que a Região de Sobral/Ibiapina apresentou 18,98% dos recursos destinados à execução do PROJOVEM, tendo em vista que possuem municípios contemplados nas três edições dos programas em análise neste relatório, e a população beneficiada de 2.125 jovens. Por tanto, o recurso empenhado na referida Região foi no valor de R\$ 535.573,96 (quinhentos e trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e três reais e noventa e seis centavos).

Na Região 6 – Baturité, beneficiou a população de apenas 987 jovens, tendo em vista apresentar a menor extensão regional e contar somente com seis municípios que receberam os ProJovens, sendo 04 (quatro) no ProJovem Urbano IV e 02 (dois) no ProJovem Urbano V.

3.7.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 5.914 jovens capacitados, em 42 municípios e 2 Unidades Prisionais no Projovem Urbano I;
- 3.753 jovens certificados em nível fundamental no Projovem Urbano I;
- 307 educadores capacitados no Projovem Urbano I;
- 4.800 jovens matriculados nas turmas do Projovem Urbano II, em 24 municípios;
- 1.200 jovens matriculados nas turmas do Projovem Campo em 17 municípios;

Dificuldades

- Evasão de 91 jovens dos 8.600 matriculados no Projovem Urbano I;
- Irregularidade dos transportes escolares dos municípios, principalmente nos meses de janeiro e junho/14, que são meses das férias do ensino regular, o que ocasionou o aumento dos índices de infrequência dos jovens.
- Escolas nos municípios em péssima condição estrutural, sendo que em algumas localidades, os laboratórios de informática sempre estavam indisponíveis para uso. Ressalta-se ainda que as cozinhas eram pequenas e sem espaço adequado de refrigeração e armazenamento de alimentos;
- Atraso no repasse de recurso do Projovem Urbano II e Projovem Campo por parte do Governo Federal, o que ocasionou o atraso no desembolso das parcelas ao ente executor.

3.8. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

3.8.1. Aspectos Gerais

Criada em 1995, a SECITECE tem como missão principal coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Dentre seus objetivos estão planejar, fiscalizar, coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à educação superior, à educação profissional, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do Estado, bem como, formular e implementar as políticas do governo no setor, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CECT.

Para isso, envolve órgãos de governo federais, estaduais e municipais, instituições públicas e privadas de ensino e setor empresarial com missão de gerar divisas, emprego e crescimento para todo o Estado.

Para materializar esse cenário a SECITECE conta com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que para o exercício de 2015, os recursos totalizam em R\$4.561.689,55 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), distribuídos conforme quadro abaixo:

Quadro 64 – Execução Financeira da SECITECE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	395.084,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	239	Agentes Digitais	568.000,00	138.720,00	133.140,00	95,98	133.140,00	95,98
5	294	Inclusão Social e Produtiva	678.605,00	539.511,00	5.000,00	0,93	5.000,00	0,93

		Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop)						
		Total	4.561.689,55	3.478.231,00	138.140,00	3,97	138.140,00	3,97

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.8.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SECITECE incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais e Estruturantes, nas seguintes categorias:

Projetos Assistenciais

- Segurança Alimentar e Nutricional, que agrega os projetos que contribuem para o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Projetos Estruturantes

- Inclusão Produtiva Urbana que inclui os projetos de fomento e capacitação profissional, adequados às vocações locais, com vistas à inserção e reinserção no mercado formal de trabalho.
- Inclusão Produtiva Rural, incluindo projetos direcionados a agricultura familiar, por meio de ações de assistência técnica, extensão rural e fomento.
- Infraestrutura Comunitária, que envolve projetos de construção e reforma de equipamentos públicos que beneficiam toda a comunidade.

3.8.2.1 Projetos Assistenciais

Segurança Alimentar e Nutricional

Nesta categoria encontra-se contemplado o projeto Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral, que visa contribuir para a permanência dos alunos dos cursos de graduação na Universidade, por meio da concessão de auxílio alimentação para que os tenham condições de custear suas refeições diárias, enquanto a UVA não dispõe de um Restaurante Universitário. Cada aluno beneficiado recebe R\$225,00 por mês, que equivale a aproximadamente R\$10,00 por dia útil.

O Projeto foi aprovado em junho com limite anual no valor de R\$120.000,00 e sem limite programado para o primeiro semestre. As atividades serão iniciadas no segundo semestre do corrente ano.

Quadro 65 – Projetos Assistenciais – Segurança Alimentar e Nutricional

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.8.2.2 Projetos Estruturantes

Inclusão Produtiva Urbana

O projeto Programa Bolsa Universidade da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral contribui para a viabilização da permanência dos alunos de baixa renda dos cursos de graduação na Universidade, por meio da concessão de estágio remunerado nos diversos setores/departamentos da própria UVA e em algumas instituições públicas, a saber: Tribunal de Justiça do Ceará, Defensoria Pública e Justiça Federal. Cada aluno beneficiado pelo Programa recebe uma bolsa de R\$400,00 para uma carga horária de 20 horas/semanais.

O projeto foi aprovado no mês de junho, sendo selecionados 162 alunos que iniciaram as atividades no mesmo mês. Contudo, não houve execução financeira uma vez que as bolsas referentes ao mês de junho serão pagas apenas em julho do corrente ano.

Tratando-se de outra ação desta categoria, o Projeto Agentes Digitais visa a ampliação das ações estratégicas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em diversas regiões, através da implementação de cursos de capacitação para formação de mão de obra qualificada em gestão de negócios e a criação de uma rede de incubadoras de TIC. Conta com a parceria das prefeituras dos municípios contemplados e com o apoio das Instituições de Ensino na área de TIC, nas localidades onde se instalarem o Projeto.

O projeto iniciou as atividades beneficiando 120 jovens egressos do ensino médio regular na faixa etária entre 16 e 28 anos em aproximadamente 6 Pólos distribuídos na macro-região do Ceará, mediante consultoria e assistência técnica em ações de gestão, monitoria. Os jovens serão apoiados na implantação e operacionalização de incubadoras de TIC.

Nesta categoria apenas o projeto Agentes Digitais tinha recurso programado para o primeiro semestre e apresentou 95,98% da execução prevista para o período.

Quadro 66 – Projetos Estruturantes – Inclusão Produtiva Urbana

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	5	Programa Bolsa Universidade da Universidade Vale do Acaraú – UVA, na Cidade de Sobral	395.084,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	239	Agentes Digitais	568.000,00	138.720,00	133.140,00	95,98	133.140,00	95,98
Total			963.084,55	138.720,00	133.140,00	95,98	133.140,00	95,98

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Inclusão Produtiva Rural

O Projeto de Inclusão Social Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité foi aprovado na reunião do CCPIS em fevereiro de 2015. Trata-se de ações que estão contribuindo para o fortalecimento da cadeia do caju nas regiões beneficiadas, através de modelos participativos de organização da produção, melhoria de produtos e processos agroindustriais, implantação de unidades coletivas e individuais de castanha e pedúnculo, transferência e capacitação associativa, tecnológica, gerencial e ambiental, conquista de novos mercados, dentre outros meios voltados para fortalecer núcleos produtivos que contribuam para a geração de postos de trabalho e de renda.

Destaca-se com base nas metas e no cronograma de execução previstos, que foram retomadas as articulações com as comunidades até então assistidas pelo INTERCAJU. As comunidades de Mulatão em Itapipoca, Sítio Trinta e Nove em Amontada, Lagoa Nova/Lagoa do Meio/Urubu em Trairi, não se mostraram muito receptíveis a manter as parcerias com o Projeto INTERCAJU. As demais comunidades encontram-se bastante interessadas na retomada e consolidação das atividades que deverão ser complementadas nessa nova etapa do projeto.

Deve-se salientar que as comunidades de Batalha, em Trairi, Torém, em Itapipoca e Cajueiro Encarnado, em Itarema deverão aderir à formação dos núcleos de apicultores interessados em integrar as cadeias do caju e apicultura para produção de mel, uma das principais metas do INTERCAJU.

Após os contatos com as comunidades a serem assistidas pelo INTERCAJU foram elaborados os termos de referência para aquisição de máquinas, equipamentos e perfuração de poços e prestação de serviços de assessoria, assistência técnica e apoio as atividades do projeto. Todas as licitações estão em andamento, e com previsão de ocorrerem em agosto de 2015.

Com intuito de divulgar os produtos derivados do caju, houve participação da equipe do projeto no 22º Encontro Regional da ABRASEL em Fortaleza no período de 24 a 26 de março de 2015.

Quadro 67 – Execução Financeira da SECITECE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité (Fecop)	678.605,00	539.511,00	5.000,00	0,93	5.000,00	0,93
Total								

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

Infraestrutura Comunitária

Trata-se do projeto Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, na cidade de Sobral que visa beneficiar alunos de baixa renda, oriundos de outros municípios, que nos períodos letivos residem em Sobral, e não dispõe de recursos financeiros suficientes para custear o aluguel de um imóvel.

O Decreto de Utilidade Pública do prédio que abrigará a Residência foi publicado em 29/05/2015 e a UVA está aguardando as providências da PGE, através da Comissão Central de Desapropriação e Perícias da Procuradoria do Patrimônio e Meio Ambiente - PROPAMA para a efetivação da

desapropriação do imóvel. Deste modo a execução financeira deverá ocorrer apenas no segundo semestre.

Quadro 68 – Execução Financeira da SECITECE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	75	Implantação da Residência Universitária da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, na Cidade de Sobral - Ce	2.800.000,00	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total								

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.8.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

Quadro 69 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	72.420,00	52,43	40	3,67
2-LITORAL OESTE	0,00	0,00	683	62,83
3-SOBRAL/IBIAPABA	17.180,00	12,44	182	16,74
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	16.280,00	11,79	20	1,83
5-SERTÃO CENTRAL	0,00	0,00	0	0
6-BATURITÉ	0,00	0,00	122	11,22
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	32.260,00	23,35	40	3,67
8-CARIRI/CENTRO SUL	0,00	0,00	0	0
TOTAL	138.140,00	100,00	1.087	100,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.8.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 206 famílias de 16 associações/cooperativas, beneficiadas com o projeto Inclusão Social Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiaçu e Maciço de Baturité.
- 162 alunos de cursos de graduação da Universidade Vale do Acaraú – UVA beneficiados com estágios.
- 120 jovens beneficiados com o Projeto Agentes Digitais.

Dificuldades

- Demora no andamento das licitações, que resultou no atraso do cronograma de execução financeira.
- Demora na conclusão do processo de desapropriação, que se encontra na Procuradoria Geral do Estado – PGE, resultando no atraso do cronograma financeiro

3.9. Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas

3.9.1. Aspectos Gerais

Em cumprimento as diretrizes definidas em seu plano de Governo, o Governo do Estado do Ceará, instituiu a Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas, que foi criada pela Lei Estadual nº 15.773, de 10 de março de 2015, que alterou a Lei Estadual nº 13.875, de 7 de fevereiro de 2007.

A estrutura organizacional foi definida de acordo com o Decreto nº 31.695, de 23 de março de 2015, que dispõe sobre a estrutura organizacional, a distribuição e a denominação dos cargos de provimento em comissão, constitui órgão da Administração Direta Estadual, de natureza substantiva, regendo-se por Regulamento próprio, pelas normas internas e a legislação pertinente em vigor.

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas (SPD) constitui-se, portanto, no Órgão Central articulador do Sistema Estadual de Políticas sobre Drogas e da Política Pública sobre Drogas do Estado do Ceará, tendo como missão desenvolver e coordenar as políticas sobre drogas, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população.

No processo de integração e intersetorialidade das políticas sobre drogas, compete à Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas:

- Coordenar a Política Estadual sobre Drogas e apoiar os municípios na implementação das Políticas Municipais sobre Drogas;
- Fomentar o desenvolvimento de políticas públicas nos diversos setores governamentais para promoção de saúde, prevenção ao uso indevido de drogas, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas e seus familiares, em articulação com os órgãos federais, estaduais, municipais e em parceria com organizações representativas da sociedade civil;
- Articular ações integradas nas diversas áreas (saúde, educação, segurança pública, cultura, esporte e lazer, dentre outras) de modo a garantir a intersetorialidade da Política Estadual sobre Drogas;
- Prestar assessoramento direto ao Governador e aos Secretários estaduais nos assuntos relacionados às políticas públicas sobre drogas;
- Coordenar, articular, integrar e executar as ações dos Centros de Referência sobre Drogas;

- Identificar e promover programas e projetos relacionados ao uso de drogas, entre as secretarias temáticas, e com outras entidades governamentais, movimentos sociais, setor privado e terceiro setor, visando contribuir para o aperfeiçoamento e efetividade das ações referentes às Políticas sobre Drogas;
- Promover estudos e pesquisas sobre drogas, buscando contribuir na produção de indicadores e no direcionamento das Políticas Estadual e Municipais sobre Drogas;
- Instituir o Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas e o Conselho Estadual sobre Drogas;
- Instituir a Política Estadual sobre Drogas, no âmbito da prevenção, tratamento, atenção e reinserção social, a qual deverá ser descentralizada e intersetorial, contando com o apoio do Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, com o Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Assistência Social e da sociedade civil organizada, adequada às peculiaridades locais e priorizando os territórios mais vulneráveis, a serem identificadas por diagnósticos periódicos, elaborados em conjunto com os Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre drogas;
- Promover e garantir a integração da rede de serviços das políticas setoriais conforme intervenções para tratamento, recuperação, redução de danos, reinserção social e ocupacional para o usuário e seus familiares, em articulação com o SUS e SUAS e demais órgãos federais, estaduais, municipais e em parceria com organizações representativa da sociedade civil;
- Incentivar e fortalecer a criação dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas sobre Drogas;
- Garantir a implementação, efetivação e melhoria dos programas, ações e atividades de redução da demanda (prevenção, tratamento, recuperação e reinserção social e ocupacional) e redução de danos, levando em consideração os indicadores de qualidade de vida, respeitando as potencialidades, princípios éticos e a pluralidade cultural;
- Garantir os serviços de atenção à saúde do dependente de drogas que estiver cumprindo pena privativa de liberdade ou submetido a medida de segurança com articulação intersetorial.
- Desenvolver programas de formação para os servidores públicos estaduais, visando subsidiá-los no acolhimento e encaminhamento dos problemas relacionados ao uso de drogas;

Apresentam-se ainda outras prerrogativas da SPD que se referem à promoção e garantia de direitos humanos, à autonomia dos sujeitos e ao cuidado em liberdade. Essas premissas partem da compreensão complexa do fenômeno contemporâneo do uso problemático de

drogas, que exige, então, uma intervenção integrada, multidisciplinar e ampla que extrapola o cunho curativo, e propõe ações no âmbito da prevenção, acolhimento e tratamento e reinserção social e profissional, na busca da garantia de promoção de direitos.

Dessa forma, as diretrizes estratégicas da SPD se constituirão em projetos do âmbito da Prevenção, Acolhimento e Tratamento e Reinserção Social e Profissional que constituirão o programa “Ceará na trilha da cidadania: promoção de direitos, prevenção e cuidado no uso de drogas”.

Quanto ao eixo Prevenção destacam-se projetos caracterizados como prevenção universal-primária, direcionados ao público em geral que não apresentam necessariamente situação de vulnerabilidade ou uso problemático de drogas; Prevenção seletiva-secundária que é direcionada a pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco ao uso problemático de drogas; e Prevenção indicada-terciária cuja ações se direcionam a sujeitos em situação de vulnerabilidade que já fazem uso de drogas e visam reduzir os danos relacionados ao uso problemático de drogas e a situação de vulnerabilidade.

Quanto ao eixo Acolhimento e Tratamento, o programa prevê projetos de fortalecimento e ampliação da rede de cuidado quanto ao uso de drogas. Esse fortalecimento se dará em grande parte indiretamente através da formação de profissionais que atuam na rede, visto que as reponsabilidade da coordenação, acompanhamento e execução dos dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde e das Secretarias Municipais de Saúde do Estado. No entanto, o estado contribuirá com o fortalecimento da RAPS a partir dos convênios com as comunidades terapêuticas e da interiorização de serviços, como ampliação dos leitos de desintoxicação em hospitais gerais e, em especial, com a construção de oito complexos regionais, que serão descritos adiante.

O eixo reinserção social e profissional direcionar-se-á principalmente a três públicos: internos e egressos de comunidades terapêuticas, onde a reinserção profissional integrará sua Linha de Cuidado; internos e egressos dos Centros Educacionais, atendendo a preocupação do Estado na garantia dos direitos dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; e a população de rua, compreendendo que esse público como extremamente vulnerável ao uso problemático de drogas e que ainda se encontram à margem das políticas públicas e da sociedade, fazendo-se, assim, necessário construir programas e ações direcionados a ele.

Ressalta-se que todos os projetos apresentam um caráter inerente de intersetorialidade, apontando para o apoio do Ministério da Saúde e SENAD; indicando parcerias com outras

Secretarias, programas e projetos do Governo do Estado e Prefeituras Municipais, em especial a Educação e a rede SUS e SUAS; articulando com os movimentos sociais e valorizando projetos e iniciativas comunitárias.

Na busca de viabilizar a consecução de seus objetivos, conta-se com os recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), para o desenvolvimento de quatro projetos que integram o programa Ceará na Trilha da Cidadania, envolvendo o valor de R\$1.842.624,00 (hum milhão, oitocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e quatro reais). Os projetos estão programados para execução no segundo semestre de 2015.

Quadro 70 – Execução Financeira da SPD

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	6	Ponto de Cidadania	564.754,00	0,00	0,00	0	0,00	0
2	7	Fortalecendo Minha Comunidade	476.490,00	0,00	0,00	0	0,00	0
3	12	Juventude em Ação	450.560,00	0,00	0,00	0	0,00	0
4	25	Juventude do Futuro	350.820,00	0,00	0,00	0	0,00	0
			1.842.624,00	0,00	0,00	0	0,00	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.9.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SPD incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Assistenciais, na seguinte categoria:

- Política sobre Drogas, abrangendo os projetos que promovem a inclusão social de pessoas por meio da redução dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção relacionados ao uso de drogas.

O projeto Ponto da Cidadania visa apoiar uma necessidade premente de melhoria das condições de vida das pessoas em situação de rua, via de regra usuárias de drogas, por meio da oferta de um espaço de acolhimento e apoio psicossocial, nos locais de concentração desse público, na Região Metropolitana de Fortaleza, com o propósito de fomentar o cuidado com a

saúde, o autocuidado e a cidadania. A implantação desse projeto se dá a partir da instalação de 01 contêiner (com 2 banheiros e sala de atendimento), que servirá como ponto de apoio para equipe (4 profissionais de saúde, 6 agentes redutores de danos e 2 profissionais de serviços gerais). O contêiner funcionará de segunda a sexta por 12 horas/dia e aos sábados e domingos 8 horas/dia. Serão oferecidos aos usuários, espaço para higiene pessoal, insumos (sabonete, kit saúde dental, kit feminino, preservativos e primeiros socorros básicos), atendimento psicossocial e encaminhamento para rede SUS e SUAS de acordo com as necessidades detectadas.

Já o Projeto Fortalecendo Minha Comunidade prevê o apoio a 80 projetos ou iniciativas desenvolvidas por ONG's, Associações Comunitárias e outras Entidades que tenham atuação comunitária na Promoção da Cidadania e Prevenção do uso de Drogas, a fim de reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção relacionados ao uso de drogas. Entende-se que a promoção do cuidado comunitário a partir da valorização, do apoio e incentivo financeiro e acompanhamento de iniciativas comunitárias que atuam como fatores de proteção são de fundamental importância para constituição e fortalecimento de uma Rede Social de Apoio no território. As iniciativas serão selecionadas a partir de um concurso e receberão como apoio a importância de R\$10.000,00 para a execução das ações.

O Projeto Juventude em Ação está voltado especificamente para os alunos que estão cursando o ensino médio nas escolas estaduais, utilizando metodologia específica no campo da prevenção ao uso de drogas. Serão envolvidos nas ações os profissionais da educação, os alunos, seus familiares e lideranças comunitárias, por meio da aplicação de Jogos, a realização concurso artístico, cultural e literário, elaboração de peças teatrais, realização de campanhas educativas, produção de textos, livros, cartilhas e gibis, realização de rodas de conversas, exposições e premiações. Inicialmente serão atendidas 10 escolas e em cada uma serão mobilizados e capacitados na metodologia do projeto 10 profissionais da educação, bem como serão orientados pelo menos 500 alunos que serão os mobilizadores sociais em suas comunidades. Cada aluno replicará a metodologia do projeto que contem um jogo, no mínimo, 02 vezes no período de 03 meses junto a familiares, amigos e pessoas de sua comunidade, perfazendo 02 partidas com 04 pessoas, totalizando 8 participantes no período.

Por fim, temos o Projeto Juventude do Futuro que consiste na implantação de 03 Programas do Ministério da Saúde no contexto escolar (EEF - 1ª e a 9ª séries), beneficiando crianças de 06 a 09 anos (Jogo Elos); alunos de 10 a 14 anos (#Tamojunto) e seus familiares (Fortalecendo Famílias). São programas focados na Prevenção na direção do desenvolvimento de hábitos de sociabilidade, fortalecendo dos vínculos saudáveis num ambiente familiar e reflexões sobre os

fatores de risco que podem levar ao uso de drogas. Os profissionais da educação receberão uma formação para desenvolver e apoiar a metodologia desses programas.

Nesse primeiro semestre tivemos apenas a aprovação dos projetos em meados do mês de junho de 2015. A programação física e financeira ficou definida para execução a partir do segundo semestre. Portanto, não houve liberação ou programação de recursos financeiros para o primeiro semestre, ou seja, não houve empenho nem pagamento nesse período, conforme mostra o quadro acima.

3.9.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

No primeiro semestre de 2015 não houve execução física e nem financeira no primeiro semestre de 2015. Contudo, na programação das ações foi considerada a regionalização de metas, de forma que as ações sejam executadas em todas as macrorregiões do estado.

Quadro 71 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	-	-	-	-
2-LITORAL OESTE	-	-	-	-
3-SOBRAL/IBIAPABA	-	-	-	-
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	-	-	-	-
5-SERTÃO CENTRAL	-	-	-	-
6-BATURITÉ	-	-	-	-
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	-	-	-	-
8-CARIRI/CENTRO SUL	-	-	-	-
TOTAL	0,00	0	0,00	0

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.9.4. Principais Resultados / Dificuldades

A Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas – SPD foi implantada oficialmente no mês de março de 2015 e para os projetos de investimento ou projetos finalísticos, não existia orçamento. Deste modo, para cada novo projeto, a SPD necessitou de uma Lei de Crédito Especial para os projetos que foram aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de

Inclusão Social - CCPIS. Para solucionar o problema, negociou-se com a SEPLAG a elaboração/definição de Objetivos, de Iniciativas e de Ações para criar as condições orçamentárias para a execução desses projetos. Em seguida, a SEPLAG elaborou uma Lei de Crédito Especial para ser enviada a PGE e ao Gabinete do Governador para assinatura e posterior envio à Assembleia Legislativa para aprovação. Esse trâmite não foi concluído até o dia 30 de junho, o que impossibilitou um avanço mais célere na implementação das ações do Projeto.

Entretanto, todas as atividades preparatórias para o início da execução das ações nos municípios selecionados já foram iniciadas, aguardando somente a aprovação do Crédito Especial para a contratação dos serviços necessários ao andamento do projeto.

3.10. Secretaria do Esporte

3.10.1. Aspectos Gerais

O governo do Estado do Ceará vem desenvolvendo uma política de esporte e lazer com o objetivo de consolidar, resgatar, democratizar e universalizar o acesso ao esporte e ao lazer, em todas as suas dimensões, por meio da valorização, inclusão, promoção e oferta de oportunidades, em suas diversas áreas, ao conjunto da sociedade, de maneira democrática e participativa. A atual política estadual da cultura encontra-se integrada à política do esporte da União, por intermédio do Plano Operativo Anual e do Sistema Nacional do Esporte e Lazer, que articula, organiza e integra as administrações federal, estaduais e municipais, bem como contempla e interage com os demais atores culturais da sociedade brasileira. O Sistema Estadual de Esporte e Lazer é coordenado e gerenciado pela Secretaria do Esporte – SESPORTE, que tem a atribuição de implementar, acompanhar e monitorar as informações dos indicadores estabelecidos no Plano Estadual de Esporte e Lazer.

A atuação da SESPORTE tem como linhas de ação a capacitação e incentivo ao desporto, ceará no rendimento, esporte, lazer e educação por meio da inclusão social, infraestrutura esportiva. Para a concretização do objetivo de desenvolver o esporte e o lazer e democratizar seu acesso, a atual gestão se utiliza de instrumentos legais que estabelecem as suas principais atribuições institucionais, como o planejamento, a normatização, a coordenação, a execução e a avaliação da política do esporte do Ceará.

O Projeto Viva+ é um projeto de continuidade, que beneficia crianças, jovens e adultos, dependentes de drogas, em situação abaixo da linha pobreza e que estejam em sistema de internato em 14 (quatorze) Comunidades Terapêuticas credenciadas pela Assessoria Especial de Políticas Públicas Sobre Drogas do Governo do Estado (1. Casa de Abraão; 2. Grão de Mostarda; 3. Catarina Laboure; 4. Moradores do Henrique Jorge; 5. IVC – Instituto Volta ao Caminho; 6. Lar das Marias; 7. Atos; 8. Desafio Nova Vida; 9. Renata Couras; 10. Vida Manará; 11. Fazenda da Esperança; 12. Caverna de Adulão; 13. Associação Ágape e 14. Monte Sião). Em média são atendidos 50 indivíduos por núcleo, totalizado até 700 beneficiados entre crianças, jovens e adultos.

O FECOP vem financiando o Projeto Viva+ nos anos anteriores possibilitando assim a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e adultos dependentes de drogas.

Para materializar esse cenário a SESPORTE conta com o apoio financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que para o exercício de 2015, os recursos totalizam em R\$683.578,72 (seiscentos e oitenta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e setenta e dois centavos).

Quadro 72 – Execução Financeira da SESPORTE

Nº	MAPP	Projetos	Limite Anual	Limite até Junho	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	11	Projeto Viva Mais	200.000,00	97.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	477	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE.	265.886,07	265.886,07	265.886,07	100,00	265.886,07	100,00
3	496	Construção de Coberta de Quadra Poliesportiva no Povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.	217.692,65	217.692,65	124.395,80	57,14	124.395,80	57,14
Total			683.578,72	581.178,72	390.281,87	67,15	390.281,87	67,15

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.10.2. Desenvolvimento

Os projetos desenvolvidos pela SESPORTE incluem-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Esporte, abrangendo os projetos que promovem a inclusão social de pessoas por meio de práticas esportivas.

No esforço de fomentar a prática esportiva inclusiva, destaca-se o Projeto Viva+ que visa a inclusão e a melhoria da qualidade de vida de jovens e adultos dependentes de drogas, com situação de pobreza e que estejam em sistema de internato nas Comunidades Terapêuticas credenciadas pela Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas do Governo do Estado do Ceará. São realizados serviços de atividades esportivas, recreativas, lúdicas, desportivas e de lazer

direcionadas a contribuir com a reabilitação dos dependentes de drogas. O Projeto está implantado nas dependências de 14 (quatorze) Comunidades Terapêuticas de Fortaleza e Região Metropolitana, contribuindo de forma concreta com o trabalho destas importantes comunidades. As modalidades esportivas e atividades previstas no projeto são: futsal, vôlei, basquete, futebol de campo, badminton; atividades complementares: peteca, frescobol, bambolê; jogos de raciocínio: UNO, monopoly deal, jenga, mastermind senha, cilada, hora do rush, e jogos de tabuleiro: dama, xadrez e dominó. As 07 (sete) Comunidades Terapêuticas que tem o maior número de internos possuem carga horária de 12 (doze) horas/aula semanais e as 7 (sete) Comunidades Terapêuticas que tem o menor número de internos possuem carga horária de 9 horas/aula semanais.

Além da execução do Projeto Viva +, outros dois projetos contribuem para o alcance do desenvolvimento e fortalecimento do esporte de inclusão, que são: a construção de coberta de quadra poliesportiva no distrito de Sucesso no Município de Tamboril-CE e a construção de coberta de quadra poliesportiva no povoado de Nova Roma no Município de Tamboril-CE.

A construção desses equipamentos visa disponibilizar um espaço adequado voltado a realização das diversas modalidades esportivas e prática de atividade física, proporcionando momentos de diversão, entretenimento e lazer.

Os beneficiados pela construção das cobertas das quadras poliesportivas nos Distritos de Sucesso e Nova Roma localizada no Município de Tamboril – CE são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e portadores de deficiência que queiram praticar alguma atividade física, esportiva ou de lazer.

Dessa forma, a construção das cobertas da quadras possibilitará que a população do Distritos de Sucesso e Nova Roma tenha a sua disposição um local apropriado para a prática de atividades físicas, esportivas, de lazer e sócio-culturais, assim como também, uma maior disponibilidade de horários para as aulas de educação física dos alunos de 4 escolas públicas e um espaço para o conagraçamento de toda a comunidade, beneficiando uma população de aproximadamente 1.200 pessoas.

3.10.3. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

A alocação dos recursos por Macrorregião demonstra que a alocação dos recursos neste primeiro semestre concentrou-se apenas na Região 4 – Sertão dos Inhamuns, que absorve 100,00% do

valor total empenhado no período. Tal aplicação refere-se aos projetos de construção de coberta de quadras no município de Tamboril.

Na RMF apesar de haver a ocorrência de pessoas beneficiadas com o projeto Viva+ não teve empenho realizado em 2015 ainda, uma vez que a previsão de desembolso é para o segundo semestre deste ano. Assim ao projeto encontra-se com as suas atividades em execução contando com os recursos referentes ao ano de 2014.

Quadro 73 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	0,00	-	700	43,75
2-LITORAL OESTE	-	-	-	-
3-SOBRAL/IBIAPABA	-	-	-	-
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	390.281.87	100	900	56,25
5-SERTÃO CENTRAL	-	-	-	-
6-BATURITÉ	-	-	-	-
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	-	-	-	-
8-CARIRI/CENTRO SUL	-	-	-	-
TOTAL	390.281.87	100	1.600	100

Fonte: Gerência Executiva do FECOP (GEF)

3.10.4. Principais Resultados / Dificuldades

Resultados

- 01 coberta de quadra 100% concluída e outra com 30,77% de execução no município de Tamboril.
- 700 pessoas atendidas com atividades esportivas nas 14 entidades que oferecem tratamento para dependentes químicos.

Dificuldades

- Não foi registrado dificuldades no semestre pela Secretario do Esporte

3.11. Secretaria da Cultura

3.11.1. Aspectos Gerais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, como responsável pela gestão, formulação e acompanhamento das Políticas Culturais do Estado, tem como missão executar, superintender e coordenar as atividades de proteção ao patrimônio cultural do Ceará, difusão da cultura e aprimoramento cultural das expressões do povo cearense.

A Secretaria da Cultura compreende a pobreza sob a ótica da multidimensionalidade de forma a não restringi-la à privação de renda, mas traduzindo-a também enquanto necessidade de acesso à alegria, ao entretenimento, à informação, ao conhecimento e às artes. A cultura atua, nessa perspectiva, como um vetor de desenvolvimento social. A Secult entende que a leitura amplia o discernimento crítico, informa e traz conhecimento para o leitor, resultando em uma formação cidadã aferida pela evolução da proficiência leitora dos beneficiários.

Dentre as principais atividades de difusão da cultura cearense enquadra-se o Projeto Agentes de Leitura, enquanto ferramenta de minimização das consequências que a privação de renda traz para as famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, inclusas no Cadastro Único do Governo Federal.

Para a execução desta ação, a Secretaria da Cultura – SECULT captou junto ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, o valor de R\$492.638,36 (quatrocentos e noventa e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e seis centavos) para o ano e limite semestral programado no valor de R\$268.239,36 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos). O projeto terá execução no segundo semestre.

Quadro 74 – Execução Financeira da SECULT

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	68	Projeto Agentes de Leitura	492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00
Total			492.638,36	268.239,36	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.11.2. Desenvolvimento

O projeto desenvolvido pela SECULT inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Cultura, a qual envolve as ações de oferta de oportunidades culturais, artísticas e de lazer às pessoas em situação de vulnerabilidade social, buscando promover o desenvolvimento cultural com inclusão e participação de todos os setores da sociedade.

O Projeto Agentes de Leitura é um programa de continuidade, que se iniciou em 2006, passando a ser executado com recursos exclusivos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza, a partir de 2010. Vem promovendo, desde seu lançamento, a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias.

Em seu formato atual, o Projeto Agente de Leitura deve proporcionar o pagamento de bolsas no valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) para jovens que cursaram o ensino médio, e no valor de R\$1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais) para articuladores, que devem ser graduados em Letras e/ou Pedagogia. O projeto lhes fornece todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicletas) e disponibiliza acervo bibliográfico. Incluem-se nos custos do projeto a realização de encontros periódicos dos Agentes, com o objetivo de troca de experiências exitosas e discussão de problemas e entraves.

O trabalho dos Agentes de Leitura é desenvolver atividades junto às famílias beneficiadas por meio de visita domiciliares quinzenalmente, apresentando-lhes o acervo, leitura de livros, rodas de leituras e atividades de interpretação dos livros já trabalhados.

As atividades do projeto não foram iniciadas no primeiro semestre de 2015. Contudo, no segundo semestre a SECULT fará o Chamamento Público dos 109 (cento e nove) agentes de leitura aptos a continuarem no Projeto Agentes de Leitura. A partir dessa ação inicia-se as renovações dos termos de concessão de bolsas e a formação continuada, com a realização do VI Encontro Agentes de Leitura.

3.11.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 75 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	0,00	0,00	0	0,00
2-LITORAL OESTE	0,00	0,00	0	0,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	0,00	0,00	0	0,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	0,00	0,00	0	0,00
5-SERTÃO CENTRAL	0,00	0,00	0	0,00
6-BATURITÉ	0,00	0,00	0	0,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	0	0,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	0,00	0,00	0	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.11.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Sem resultados no período.

Dificuldades

- O atraso para o início das atividades foi devido ao fato de a gestão anterior da SECULT (Setembro de 2013 a Dezembro 2014) ter deixado um saldo devedor junto aos agentes de leitura, importando no valor de R\$58.320,00 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte reais) em bolsas que não foram pagas. A atual gestão solicitou ao procurador do Estado do Ceará um parecer para que o mesmo se posicionasse em relação ao processos de Reconhecimento de Dívida dos Agentes de Leitura e, sendo o Procurador favorável ao pleito, o Secretário da Cultura, Guilherme Sampaio, assinou os processos que foram encaminhados para publicação no D.O.E. Após a publicação, o processo será enviado para Assessoria de Desenvolvimento Institucional - ADINS e posterior pagamento da dívida.

3.12. Conselho Estadual de Educação

3.12.1. Aspectos Gerais

O Conselho Estadual de Educação – CEE tem como finalidade normatizar a área educacional do Estado, interpretar a legislação de ensino, aplicar sanções, aprovar o Plano Estadual de Educação e planos de aplicação de recursos, bem como, exercer as demais atribuições constitucionais e legais previstas, conforme preceitua a Lei nº 13.875, de 07 de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo.

As competências e organização do Conselho Estadual de Educação - CEE se encontram inseridas no Decreto nº 29.159, de 16 de janeiro de 2008, D.O. de 18 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Regimento Interno deste órgão.

Este órgão tem como missão normatizar, acompanhar e avaliar o sistema estadual de ensino, para o desenvolvimento da educação com qualidade e equidade.

Os objetivos macros do referido órgão estão destacados a seguir:

- ampliar a articulação com os diferentes segmentos sociais organizados e instituições afins;
- atender com celeridade e prontidão as demandas da sociedade;
- fortalecer as relações com os usuários e parceiros.

Para viabilizar o cumprimento de seus objetivos e desenvolver o Projeto Formação de Gestores Escolares para a Educação Básica – CEFEB, o Conselho Estadual de Educação - CEE captou recursos adicionais do Fundo Estadual de Combate a Pobreza – FECOP, na ordem de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), programados para o ano de 2015.

Quadro 76 – Execução Financeira do CEE

Nº	MAPP	Projeto	Limite Anual	Limite Jan-Jun	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
1	38	Formação de Gestores Escolares para Educação Básica – CEFEB	400.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total								

Fonte: Gerência Executiva do FECOP - GEF

3.12.2. Desenvolvimento

O projeto desenvolvido pelo CEE inclui-se, segundo classificação da Gerência Executiva do FECOP, baseada no Decreto Nº 29.910, de 29 de setembro de 2009, no grupo de Projetos Estruturantes, na seguinte categoria:

- Educação, que abrange projetos vinculados à educação formal em seus diversos estágios, desenvolvidos de forma complementar às ações regulares do Estado.

O Projeto de Formação de Gestores Escolares para Educação Básica visa contribuir para a melhoria dos indicadores da educação por meio da habilitação de gestores, coordenadores de escola e técnicos da Secretaria da Educação das escolas da rede pública municipal.

O caráter inovador do programa de formação exige contratação por meio de bolsas de renomados professores, entre doutores, mestres e especialistas, para a docência nos polos de formação, bem como do pessoal de apoio com vistas a assegurar a logística e execução do Projeto.

O início da execução das atividades preparatórias do projeto somente foi possível no final de junho de 2015, tendo em vista que a publicação da dotação orçamentária ocorreu apenas em 24 de junho. Deste modo, o projeto terá sua execução financeira e a continuidade das atividades no segundo semestre.

3.12.3. Aplicação de Recursos por Macrorregião

Quadro 77 – Distribuição dos Recursos Aplicados

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	0,00	0,00	0	0,00
2-LITORAL OESTE	0,00	0,00	0	0,00
3-SOBRAL/IBIAPABA	0,00	0,00	0	0,00
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	0,00	0,00	0	0,00
5-SERTÃO CENTRAL	0,00	0,00	0	0,00
6-BATURITÉ	0,00	0,00	0	0,00
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	0,00	0,00	0	0,00
8-CARIRI/CENTRO SUL	0,00	0,00	0	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0	0,00

Fonte: Gerência Executiva do FECOP – GEF

3.12.4. Principais Resultados e Dificuldades

Resultados

- Atividades preparatórias iniciadas no final de junho do corrente ano.

Dificuldades

- Dificuldade financeira do próprio município para cumprir os acordos firmados na parceria com o Estado.